

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**Mestrado Interdisciplinar Saúde, Sociedade & Ambiente**

**Ana Caldeira de Barros**

**BRAÚNAS E LAGOA DA PEDRA: questões socioambientais e de saúde de  
comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina,  
Minas Gerais**

Diamantina

2016



**Ana Caldeira de Barros**

**BRAÚNAS E LAGOA DA PEDRA: questões socioambientais e de saúde de  
comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina,  
Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar Saúde, Sociedade & Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Herton Helder Rocha Pires  
Coorientador: Dr. João Victor Leite Dias

**Diamantina**

**2016**

Ficha Catalográfica-Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Adriane Gaia CRB11-873

B277b 2016	<p>Barros, Ana Caldeira de. Braúnas e Lagoa da Pedra: questões socioambientais e de saúde de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina, Minas Gerais./Ana Caldeira de Barros. 134 p.: il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Herton Helder Rocha Pires. Coorientador: Prof. Dr. João Victor Leite Dias.</p> <p>Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde, Sociedade &amp; Ambiente) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade &amp; Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2016.</p> <p>1. Braúnas. 2. Lagoa da Pedra. 3. Comunidades rurais. 4. Unidades de conservação. 5. Plantas medicinais. 6. Etnobotânica. I. Pires, Herton Helder Rocha. II. Dias, João Victor Leite. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade &amp; Ambiente IV. Título.</p> <p style="text-align: right;"><b>CDD 307.72</b></p>
---------------	--

Elaborada com dados fornecidos pelo (a) autor (a)

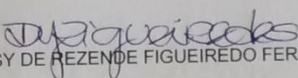
ANA CALDEIRA DE BARROS


**BRAÚNAS E LAGOA DA PEDRA: questões socioambientais e de saúde de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina, Minas Gerais**

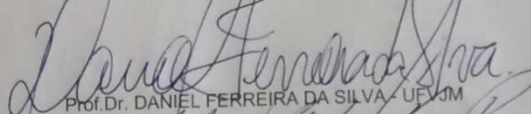
Dissertação apresentada ao  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO  
EM SAÚDE, SOCIEDADE E  
AMBIENTE, nível de MESTRADO  
como parte dos requisitos para  
obtenção do título de MESTRE


Orientador : Prof. Dr. Herton Helder  
Rocha Pires

Data da aprovação : 16/08/2016

  
Prof.ª Dr.ª DAISY DE REZENDE FIGUEIREDO FERNANDES - UFVJM

  
Prof.ª Dr.ª BETHÂNIA ALVES DE AVELAR FREITAS - UFVJM

  
Prof. Dr. DANIEL FERREIRA DA SILVA - UFVJM

  
Prof. Dr. HERTON HELDER ROCHA PIRES - UFVJM

DIAMANTINA



## AGRADECIMENTOS

Às forças divinas e de luz deste universo.

Aos meus pais pelo amor incondicional. Ao Marcelo pela presença e companheirismo. Aos meus irmãos, Luiza e Pedro, pelo apoio de sempre.

À Vivi, Adelsin e Ravi pelo amoroso acolhimento, impagáveis.

Aos meus tios e tias, especialmente aos do grupo “Diamantina” pelas boas vibrações e carinho.

Ao professor Dr. Herton Helder Rocha Pires pela orientação e ao professor Dr. João Victor Leite Dias pela co-orientação e elaboração das figuras.

Às comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra pela disponibilidade e atenção, especialmente ao casal Cléa e Dos Reis por todo o suporte dado.

À Secretaria de Saúde da prefeitura de Diamantina, especialmente a Denise Resille, Maria Thereza Lopes F. Santos e Zélio Jaime da Silva pelo auxílio.

À professora Dr<sup>a</sup>. Fabiane Nepomuceno da Costa pela identificação do material botânico coletado.

A equipe do Parque Nacional das Sempre Vivas pela pronta disponibilização das informações sistematizadas.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. Rosana Passos Cambraia e Dr<sup>a</sup>. Silva Regina Paes pela generosidade e incentivo.

À Anna Paola, amiga sempre perto.

Aos colegas de mestrado pela companhia, especialmente ao colega Fábio pelas providenciais caronas e Luciana, pelo cuidado.



## RESUMO

As comunidades rurais sofrem de iniquidades em saúde e normalmente têm menor acesso a ela quando comparadas às comunidades urbanas. Se localizadas no entorno de unidades de conservação, podem apresentar características específicas de convivência com o ambiente, tal como a preponderância de uso de plantas medicinais nativas em relação ao uso de plantas cultivadas. Por outro lado, essas comunidades podem sofrer com insegurança e incertezas, devido às restrições de uso da biodiversidade impostas pela legislação ambiental vigente. Acredita-se que são nas práticas populares de saúde, como o uso de plantas medicinais, que a população busca apoio para o enfrentamento das situações de adoecimentos. O objetivo desse trabalho foi estudar as comunidades rurais de Braúnas e Lagoa da Pedra quanto aos seguintes aspectos sociodemográficos e de saúde: composição familiar, escolaridade, dados ocupacionais, socioeconômicos; sistemas de produção de alimentos e extrativismo, saúde do trabalhador e ao uso da medicina popular. As comunidades envolvidas no estudo são localizadas aproximadamente a 100 km da sede de Diamantina e a 20 km do distrito de Senador Mourão, na margem direita do rio Jequitinhonha, na zona de amortecimento do Parque Nacional das Sempre Vivas, em Minas Gerais. A área da pesquisa faz parte da mesorregião do Alto Jequitinhonha, nordeste do estado, transição de Cerrado e Mata Atlântica. Entre janeiro e abril de 2016, foram aplicados questionários estruturados em 36 domicílios, em que viviam 120 pessoas. As comunidades plantavam principalmente feijão nas margens do rio, sendo esta atividade e a venda da produção a mais importante ocupação e fonte de renda local. A maior parte dos entrevistados relatou cultivar hortaliças e legumes (72%) ou outros alimentos em seus quintais (97%) para autoconsumo. A criação de animais de produção e/ou de estimação foi relatada por 94% dos entrevistados. A maioria das casas tinha estrutura de adobe, cobertura de telha de barro e piso de cimento, sendo que a principal carência de saneamento ambiental foi a presença de fossa rudimentar na maioria das residências. As comunidades apresentaram relações específicas de convivência com o ambiente local. Nesse âmbito, foram citadas pelos entrevistados 139 plantas de uso medicinal, seus locais de coleta, modo de fazer e indicações terapêuticas. Os principais agravos investigados são comuns aos processos de adoecimentos de outras comunidades rurais do país, tais como parasitoses intestinais e acidentes com animais peçonhentos. Além desses, hipertensão arterial, problemas de pele e respiratórios também foram recorrentes.

Palavras-chave: Comunidades rurais. Medicina tradicional. Plantas medicinais. Saúde da população rural. Unidades de conservação.

## ABSTRACT

The rural communities suffer with health disabilities and usually have less access to health systems compared to urban communities. If these communities are located in conservation units' surroundings, they can exhibit specific familiarities with their local environment, such as the main use of native medicinal plants instead the use of cultivated herbal plants. In contrast, these communities can suffer uncertainties about the use of local biodiversity given the present environment policy. There is a belief that popular health practices, such as medicinal plants, can help to improve common illness. The main object is to study the rural communities of Braúnas and Lagoa da Pedra according to the following socioeconomic and health aspects: family composition, educational level, active work force, food production and extrativism, workers' health and popular health practices. These two communities are situated at the northeast of Minas Gerais State and within the Alto Jequitinhonha mesoregion, proximally 100 km from Diamantina, MG . and 20 km from Senador Mourão District. They are also located in a buffer zone of Sempre Vivas National Park and within the biome transition zone of Cerrado and Atlantic Forest. Between January and April/2016 structured questionnaires were applied on 36 households, in which inhabit 120 dwellers. These communities cultivate mainly beans in the rivers margins and this activity is the main source of local income. The interviewers mostly cultivated vegetables (72%) or other kind of crops (97%) and farm animals or pets (94%) in their backyards for selfpreservation. Almost all houses were made of adobe, covered by clay tiles and cement floor and the main lack of environmental sanitation condition found is rudimentary cesspits. The communities have familiarities with local environment and in this case, 139 medicinal plants were described by interviewers, such as their extraction location, how to prepare and their therapeutics indications. The main illness concerns investigated in this study are common to other Brazilians' rural communities, such as intestinal parasites and accidents with venomous animals. Besides these illnesses, hypertension, skin rashes and breathing problems also occur frequently.

Key words: Rural Settlements. Traditional medicine. Medicinal plants. Rural health. Conservation units.



## LISTA DE SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CODECEX – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas

DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação GESTA/UFMG –

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/Universidade Federal de Minas Gerais

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MPF – Ministério Público Federal

OBTEIA – Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas - Teia de saberes e práticas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PARNA – Parque Nacional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNS – Pesquisa Nacional em Saúde

PNSIPCF – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

PNSST – Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho

PNSTT – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ZA – Zona de Amortecimento



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>7</b>
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1 COMUNIDADES RURAIS E SAÚDE .....</b>	<b>9</b>
<b>3.2 USO POPULAR DE PLANTAS MEDICINAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 LOCAL DE ESTUDO .....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO .....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 POPULAÇÃO PARTICIPANTE.....</b>	<b>27</b>
<b>4.4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>4.6 COLETA DE DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>4.7 ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>29</b>
<b>4.8 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>29</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>6 CONCLUSÕES .....</b>	<b>75</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>134</b>



## 1 INTRODUÇÃO

As comunidades rurais do Alto Jequitinhonha utilizam do ambiente para alimentação e geração de renda. Assim, realizam coleta de flores sempre-vivas e outras matérias primas de artesanato, plantas medicinais, lenha, frutos e outros alimentos que completam sua dieta. Sendo que parte dessas coletas pode ser comercializada em mercados locais e podem contribuir para a complementação da renda familiar e para a manutenção da família na área rural. (RIBEIRO *et al.*, 2005; CALIXTO *et al.* 2009; PAULINO *et al.* 2014).

As comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra estão localizadas no município de Diamantina, zona rural do distrito de Senador Mourão, no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas (PARNA das Sempre Vivas), a menos de um quilômetro do limite desta unidade de conservação (UC)<sup>1</sup>. Segundo o relatório de atividades do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) realizado em junho de 2013, as principais atividades econômicas destas comunidades envolvem a agricultura e pecuária. Outras atividades para a subsistência incluem o extrativismo vegetal, caça e pesca, e o garimpo de cristais e diamantes. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o plano de manejo de uma UC estabelece regras que regem o uso da área e o seu zoneamento, inclusive nas áreas de entorno em que as atividades humanas estão “sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. (BRASIL, 2000). Devido à proximidade das comunidades em relação ao PARNA das Sempre Vivas, é possível inferir que há restrições em suas áreas de atividades. Essas restrições podem levar a dificuldades de acesso a alimentos tradicionalmente utilizados provenientes do extrativismo, às plantas medicinais para cuidados de saúde e a matérias primas que contribuem para geração de renda das famílias. Essa situação pode originar conflitos das comunidades em relação à UC.

As populações do campo apresentam os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridades e de analfabetismo devido às dificuldades ao acesso aos bens e serviços indispensáveis à vida. (BRASIL, 2004b). Nesse sentido, é relevante empreender estudos que tenham como foco as comunidades rurais, de forma a esclarecer as condições de vida dessas populações, identificando suas carências e principais necessidades. Além disso, estudar as comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra poderá contribuir para

---

<sup>1</sup> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

minimizar possíveis conflitos locais com a implantação do plano de manejo do PARNA das Sempre Vivas.

O Mestrado Interdisciplinar Saúde, Sociedade & Ambiente está inserido na grande área de concentração “multidisciplinar” e na área “interdisciplinar”, sendo este estudo vinculado à linha de pesquisa “tecnologia e vigilância em saúde” e seu tema integrante da agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde no tópico “saúde, ambiente, trabalho e biossegurança”.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi caracterizar as comunidades rurais de Braúnas e Lagoa da Pedra, localizadas no limite do PARNA das Sempre Vivas, quanto a aspectos sociodemográficos e de saúde.

Os objetivos específicos foram:

- Caracterizar as comunidades quanto aos aspectos sociodemográficos: composição familiar, escolaridade, dados ocupacionais, socioeconômicos,
- Caracterizar os sistemas de produção de alimentos e extrativismo, no contexto geográfico de entorno do PARNA das Sempre Vivas,
- Avaliar aspectos relacionados aos agravos de saúde da comunidade,
- Avaliar a utilização de plantas medicinais utilizadas nas comunidade.



### 3 REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1 COMUNIDADES RURAIS E SAÚDE

Um conceito abrangente de comunidade, discutido por Cândido (1987), é o de um agrupamento humano apoiado em equipamento institucional mínimo, de modo a permitir as diversas atividades de seus membros, sejam estas religiosas, recreativas, políticas, administrativas, econômicas e outras.

Lefebvre (1949), de maneira mais específica, conceituou a comunidade rural camponesa considerando atividades, relações sociais e território. Para este autor, a comunidade rural camponesa é um agrupamento humano com relações sociais historicamente determinadas, formado por um conjunto de famílias em um determinado território. Constituem grupos elementares que possuem, por um lado, bens coletivos e, por outro, bens “privados” e que se encontram ligados por normas coletivamente aceitas. Para Lefebvre (1999), o meio rural era inicialmente o espaço de grupos sociais coesos para realizar o trabalho agrícola.

Segundo Barros (2010) o método mais simples e amplamente empregado, tanto ao nível global quanto regional, para distinguir o espaço rural do urbano, é a análise da população por tamanho demográfico. O critério por densidade demográfica emprega a proporção de número de habitantes em relação a uma determinada área, sendo de fácil operacionalização e compreensão, uma vez que as áreas rurais são menos densamente povoadas que as áreas urbanas.

Endlich (2006) discute duas outras formas de classificação utilizadas globalmente, a classificação por atividades econômicas e por delimitações administrativas. No critério por ocupação econômica o meio rural vincula-se às atividades primárias e o urbano com atividades secundárias ou terciárias.

No Brasil, no critério de delimitação administrativa, utiliza-se a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que delimita o urbano como o perímetro designado por lei municipal, e o rural como “toda a área situada fora do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Considerando a legislação brasileira, que identifica como urbana até mesmo as sedes de distritos, o Brasil teria atingido um grau de urbanização de 84,3%. (VEIGA, 2002). De acordo com o censo demográfico de 2010, 15,63 % da população do Brasil vive em áreas consideradas rurais. Soares *et al.* apresentam a análise sobre os dados do censo demográfico de 2010:

Dentre todos os municípios brasileiros 71 (1%) apresentam toda a sua população residindo em domicílio urbano. Em 3.875 (70%) municípios a população residente em área urbana é superior a rural. Em apenas 1.619 (29%) municípios a população residente em domicílio rural supera o urbano [...] (sendo a região nordeste a que concentra o maior número desse tipo de município). (SOARES *et al.*, 2014, p. 6).

Contudo, ao se adotar a densidade populacional como critério, considerando como rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km<sup>2</sup>, o Brasil rural seria formado por cerca 80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30% da população brasileira. (VEIGA, 2002). Ainda segundo este autor, o rural é necessariamente territorial e não setorial, não podendo ser identificado exclusivamente com o que está fora do perímetro urbano e nem com as atividades exclusivamente agropecuárias. Silva (2001), em concordância, afirma que o meio rural brasileiro apresenta múltiplas atividades além das primárias, e cada vez menos habitantes do campo trabalham apenas na agricultura.

Marques (2002) aponta ainda a existência de estudos voltados para a discussão de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o país, alinhados na perspectiva da superação da extrema desigualdade social que marca a sociedade brasileira através da definição de políticas de valorização do campo. Associada a esta grande diversidade social do meio rural está sua diversidade natural, refletindo complexa problemática social e ambiental, que representa ao mesmo tempo grande potencial de desenvolvimento. E, assim, é essencial compreender os diferentes significados do espaço rural.

Em síntese, conforme expresso por Marques:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (MARQUES, 2002, p.109).

Ainda segundo Marques (2002) é necessário pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana, mas buscando identificar a sua contribuição para a transformação de nossa sociedade. A autora coloca que, a despeito da condição de subordinação sócio-cultural vivenciada pelas populações rurais, decorrente de fatores tais como a sua limitação de acesso à educação formal ou da imposição de tecnologias e saberes produzidos em contextos sociais externos, as histórias e geografias locais representadas na cultura rural podem fazer a diferença no processo de transformação de nossa sociedade.

Nesse sentido, Girardi (2008) apresenta as principais questões debatidas em relação às novas características do campo: “[...] a intensificação da pluriatividade, o aumento

das atividades não agrícolas em áreas rurais, a mecanização crescente da atividade agropecuária, o agronegócio e os movimentos socioterritoriais no campo.”. Em complementação, Carneiro (1998), expõe que a expansão da sociedade urbano-industrial, principalmente após a década de 80, influenciou diretamente o campo, mas não o descaracterizou.

Ribeiro *et al.* apontam o papel fundamental da família na constituição da sociedade rural. As famílias:

[...] se reúnem em comunidades, que articulam parentesco, ambiente, espaço e história para formar unidades de reprodução de cultura e técnica material, de trocas de bens e dons. Famílias e comunidade são depositárias de um histórico de convívio, aprendizado e experimentação que forma um acervo respeitável de conhecimentos sobre o meio. (RIBEIRO *et al.*, 2007, p. 3).

Neste contexto, torna-se pertinente a caracterização de comunidades rurais no âmbito da agricultura familiar. No Brasil, a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece requisitos para definir o agricultor familiar: aquele que pratica atividade no meio rural, de propriedade menor ou igual a quatro módulos fiscais e que tenha o percentual mínimo da renda familiar originado das atividades desenvolvidas no seu empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (BRASIL, 2006).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostra que a agricultura familiar tem contribuição essencial para a segurança alimentar, para a economia, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, para a conservação da agrobiodiversidade, para a utilização sustentável dos recursos naturais e para a resiliência aos impactos das mudanças climáticas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2014). Freitas e Garcia (2012), em análise do censo agropecuário 2006 do IBGE, observaram que 74% dos trabalhadores do campo no Brasil encontram-se na agricultura familiar, embora esta detenha apenas 24% da área ocupada pelo total de estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Sabourin (2009) afirma que a agricultura familiar não é valorizada de forma adequada no Brasil e que existe uma falsa ideia de baixa produtividade e especialização para o abastecimento do mercado interno. Para contrapor esta ideia, o autor analisa dados do censo agropecuário 2006 do IBGE e explicita que a agricultura familiar é responsável por cerca de 40% da renda bruta agrícola do país e mesmo sendo desprovida em terras, recursos naturais e apoios públicos, produz mais por hectare e ocupa um contingente sete vezes maior de mão de obra do que a agricultura patronal, de maneira que unidades de 20 a 100 hectares produzem tanto quanto a agricultura patronal, mas utilizando menos da metade da terra.

As características de uma sociedade do campo são sintetizadas por Moraes (2014) em três pontos: a relativa autonomia face à sociedade global já que a produção tem como fim principal o sustento da família e a satisfação das necessidades, podendo ou não ser vendida; a família como a unidade central da economia camponesa e a sociedade de interconhecimentos e a prática do policultivo.

Para Ribeiro *et al.* (2007), no Alto Vale do Jequitinhonha, a essência da prática agrícola da população rural está na relação intrincada com o ambiente que a circunda, sendo que seu vasto conhecimento dos recursos naturais locais orienta a tomada de decisão nas práticas de plantio e uso de recursos; organizados em sistemas de gestão comunitária. De acordo com esses autores, essa forma de organização:

[...] governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares, permitindo que, na região, o uso intenso do solo conviva com a maior cobertura percentual de vegetação nativa manejada de Minas Gerais. (RIBEIRO *et al.*, 2007, p. 6).

Ainda segundo Ribeiro *et al.* (2007) a gestão compartilhada ou comunitária contribui para que as famílias atravessem intempéries com poucas perturbações, contando com suas redes comunitárias de solidariedade ou rendas monenárias vindas de bolsas, aposentadorias e emigrações sazonais que permitem diversificar e estabilizar sua reprodução. Os autores colocam que a produção da agricultura familiar no Alto Vale do Jequitinhonha é diversificada, para o autoconsumo e há pouca comercialização local. Os agricultores seguem o modelo de produção tradicional, isto é: o manejo da vegetação para repor a fertilidade dos solos; a produção autônoma capaz de satisfazer grande parte de suas necessidades alimentares; o fato de não usar trator, veneno ou adubo nas lavouras. Para estes autores o mercado nacional de bens agrícolas não é determinante de sua pauta produtiva, resistindo à modernização de seus costumes, cultura e regimes agrários.

Em estudo realizado no município de Couto de Magalhães de Minas, Alto Jequitinhonha, Paulino *et al.* (2014) observaram que grande parte da produção rural é voltada ao consumo familiar, com pouco ou nenhum emprego de tecnologia. Estes autores verificaram ainda que o excedente da produção segue para o abastecimento do comércio local, contribuindo para a manutenção das famílias no meio rural.

Para Gazolla e Schneider (2007), baseados nos estudos dos autores clássicos Alexander Chayanov e Eric Wolf dos anos 70, o autoconsumo é uma característica genuína das sociedades agrícolas familiares. Segundo aqueles autores a produção para o autoconsumo da agricultura familiar da região do Alto Uruguai, norte do Rio Grande do Sul define essa prática, sendo esta modalidade de produção importante para a manutenção das práticas sociais

e alimentares familiares, constituindo uma via de sociabilização das famílias e comunidades rurais por meio das trocas de alimentos e sementes.

Ribeiro *et al.* (2005) e Calixto *et al.* (2009) mencionam que os agricultores familiares do Alto Jequitinhonha realizam extrativismo de frutos (como pequi e panã), plantas medicinais e matéria prima para artesanato (como flores sempre-vivas), sendo principalmente comercializados nas feiras livres municipais. Para ambos os autores o extrativismo é um componente importante na região, pois é realizado durante todo o ano, complementa e varia a dieta e garante acesso aos bens de uso doméstico como madeiras, sabões, remédios, ornamentos e lenha, contribuindo com o sustento das famílias. Ribeiro *et al.* (2005) relatam ainda que ocorre o extrativismo de diamantes e ouro pelos lavradores.

No Brasil, o trabalho rural perpassa pela agropecuária, floresta, extrativismo e a pesca artesanal e é marcado por grandes disparidades, como o acesso à terra, relações de produção, tecnologias e valor e destino da produção. (DIAS, 2006), além disso, é uma das atividades de maior risco à saúde entre diferentes setores da economia. (FARIA, 2005; FREITAS; GARCIA, 2012).

Garcia (2014) pontua que o mercado de trabalho agrícola é extremamente heterogêneo, onde estão presentes trabalhadores assalariados vinculados ao agronegócio e trabalhadores ocupados em atividades de subsistência e que há uma falsa premissa sobre a abundância de mão de obra, já que esta se encontra em queda. Segundo o autor os trabalhos sazonais ou pontuais, sem vínculo empregatício normal ou permanente, como capinas, construção de cercas ou diaristas têm sido a principal fonte de ocupação de parcela dos trabalhadores rurais e tem como possível causa a relativa escassez de terras para absorver essa mão de obra autônoma e a deficiente regulação do mercado de trabalho agrícola. Nesse sistema, chama atenção a questão da insegurança no trabalho agrícola, considerando que muitos não dispõem de condições para assegurar sua subsistência.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), confirmam a elevada informalidade dos trabalhos rurais, sendo que apenas 20% destes contribuem com a previdência social (GARCIA, 2014), o que se relaciona a baixo grau de proteção social do trabalho agrícola. (BUAINAIN; DEDECCA, 2008).

Buainain e Dedecca (2008) elucidam que a heterogeneidade das atividades rurais brasileiras tem origem nas desigualdades socioeconômicas do passado e são recorrentes no presente, principalmente pelo tipo de mercado livre nascido após a abolição da escravatura, que resguardou as relações precárias de trabalho, sem muita intervenção do Estado. Outra característica do trabalho rural é a diminuição do número de ocupações remuneradas e

aumento das não remuneradas, estas associadas a processos produtivos voltados principalmente para a sobrevivência daqueles que as exercem.

Por outro lado, atividades de natureza não agrícolas vem sendo praticadas por parcela da população com domicílio rural, assim como as ocupações agrícolas estão sendo praticadas por população de domicílio urbano. Dados do IBGE estimam que quase 50% dos ocupados na agricultura residem em áreas urbanas e que há um crescimento da parcela da população rural ocupada em atividades não agrícolas, sendo 3,74 milhões de pessoas segundo o Censo 2010. (GARCIA, 2014; BUAINAIN; DEDECCA, 2008).

Garcia (2014) explicita três grupos de ocupações no trabalho agrícola: empregados (30%), conta própria (28%) e trabalhadores na produção para o próprio consumo (27%), sendo que o percentual de não remunerados é de 12% e o de empregadores, de 2%. Em 2012, eram 5,5 milhões de trabalhadores sem rendimento em um universo de 13,7 milhões de pessoas ocupadas. Cita que em torno de 15% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas trabalham em média até 14 horas semanais no trabalho principal, outros 34% entre 15 e 39 horas semanais, 36% entre 40 e 48 horas semanais e 14% mais de 49 horas semanais. Em relação a renda média dos trabalhadores, o autor aborda que essa é sempre inferior se comparada com áreas urbanas, sendo equivalente a 50% da média brasileira. Ainda segundo o autor essa realidade “[...] configura-se um grande estímulo para o deslocamento dos residentes rurais em direção as áreas urbanas, cujo objetivo é a obtenção de melhores salários e de serviços urbanos.”

Ainda segundo Garcia, há uma diminuição do número de pessoas ocupadas por família na agricultura familiar devido principalmente a:

[...] a) redução do tamanho médio das famílias rurais; b) envelhecimento dos agricultores familiares; c) migração dos jovens para os centros urbanos [...] que aportam mais oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida do que a área rural (GARCIA, 2014, p.563).

Alguns autores relatam que no Brasil são poucos os estudos que abordam as condições de saúde de trabalhadores rurais. (FEHLBERG *et al.*, 2001; FARIA, 2005; DIAS, 2006). Para Dias (2006) os determinantes da saúde dos trabalhadores não são apenas os fatores de risco ocupacionais físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos, mas também os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais.

Freitas e Garcia (2012) observaram que as principais pesquisas envolvendo a saúde do trabalhador rural, estão focadas no uso de agrotóxicos e suas consequências, e que pouco se estuda temas como condições precárias e degradantes de trabalho. Nesse

âmbito, destacam-se no país algumas políticas públicas que tratam da saúde do trabalhador de forma geral. A lei (nº 8.080/90) orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS) inclui a saúde do trabalhador no campo de atuação do SUS e a define como:

[...] um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...] (BRASIL, 1990, art. 6º, §3º, p. 2).

Em 2011, foi promulgada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) que tem como objetivo:

[...] a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho; [...] (BRASIL, 2011, p. 1).

São responsáveis pela implementação e execução da PNSST o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. (BRASIL, 2011). Em 2004, foi elaborado pelos referidos ministérios o documento com os fundamentos da Política, em que foi proposta: “[...] a superação da fragmentação, desarticulação e superposição das ações implementadas pelos setores Trabalho, Previdência Social, Saúde e Meio Ambiente”. (BRASIL, 2004a, p. 4). Nesse sentido, Dias e Silva (2011) afirmam que, pela primeira vez no Brasil, um documento oficial explicita responsabilidades e ações de órgãos de governo envolvidos no tema. Tais autores mencionam, ainda, que é inovador incluir na promoção e proteção da saúde no trabalho no Brasil todos os tipos de trabalhadores (formalmente contratados ou informais), considerando o grande número de desempregados ou conviventes com a precarização do trabalho.

Em 2012, instituiu-se a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) no sentido de definir os princípios, diretrizes e estratégias, em todas as esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento de ações no âmbito da saúde dos trabalhadores (BRASIL, 2012). Dentre os objetivos desta política está a ampliação do entendimento de que a saúde do trabalhador deve ser abordada de forma transversal, levando em conta a atividade de trabalho realizada pelo atendido no momento de cada intervenção de saúde. Gómez (2013) reconhece que a promulgação da PNSTT é um avanço para a saúde dos trabalhadores, mas que ainda há muitos desafios para sua real implementação, sendo necessário enfrentá-los de forma coletivas entre os atores envolvidos.

Na esfera da saúde do trabalhador da agricultura, a lei 5.889 de 1973 estabelece que devem ser observadas as normas de segurança e higiene para os locais de trabalho rural, estabelecidas em portaria do Ministério do Trabalho. (BRASIL, 1973). Em relação aos

agrotóxicos, a lei n.º. 7.802 de 1989 dispõe sobre a responsabilidade pelos danos causados à saúde dos trabalhadores, quando da produção, comercialização, utilização e transporte de produtos agrotóxicos. (BRASIL, 1989). Em 2005, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, a NR 31, que estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o trabalho rural com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou em 2001 a Convenção 184, denominada Segurança e Saúde na Agricultura. No mesmo ano, foi elaborada a Recomendação 192, do mesmo tema, complementando a Convenção nos tópicos de vigilância da segurança e da saúde no trabalho e medidas de prevenção e de proteção, além de propor a extensão da proteção prevista na Convenção, para a categoria de agricultores autônomos, não considerada anteriormente. Organização Internacional do Trabalho. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2001a; 2001b). Embora o Brasil não a tenha ratificado até o momento, a NR 31, citada anteriormente, tem orientação nos princípios estabelecidos pela Convenção 184.

De acordo com Carneiro *et al.* (2014) e Organization of Family Doctors (WONCA) (2002) há que se considerar a negligência do poder público em relação à saúde de comunidades rurais, sendo destacado o menor acesso destas comunidades quando comparado com o de urbanas. Também é necessário considerar as especificidades da saúde nas populações rurais e não apenas sobrepor os cuidados dados à população urbana, como tem sido feito até então. Segundo Veiga (2002), o rural é considerado nos programas governamentais como um setor em atraso.

O projeto “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” mostra que no meio rural a distribuição de conflitos é preponderante se comparada ao meio urbano, sendo que uma das principais populações atingidas são os agricultores familiares. A explicação dada para esta situação está relacionada às atividades econômicas do atual modelo de desenvolvimento, que interferem nos territórios e modos de vida dessas populações. São considerados conflitos em saúde: a assistência médica inadequada, a insegurança alimentar, as doenças decorrentes da poluição, os acidentes, o agravamento de doenças transmissíveis causadas pela degradação ambiental e ausência de saneamento básico e a falta de estudos que vinculem a saúde aos problemas ambientais locais. (FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, 2010).

Soares *et al.* (2014) relatam para as populações do campo, florestas e águas no Brasil altas de taxas de acidentes por animais peçonhentos, de incidência de Hanseníase, Leishmaniose Tegumentar Americana e Tuberculose. Também são relatadas altas letalidades atribuídas às hantavíroses e ao tétano acidental.

No estado de Minas Gerais, Silva *et al.* (2005) descreveram que os principais riscos à saúde de agricultores foram: acidentes com ferramentas manuais, máquinas ou provocados por animais, acidentes com animais peçonhentos, exposição a agentes infecciosos e parasitários endêmicos, exposição às radiações solares por longos períodos, exposição a ruído e à vibração de tratores, motosserra e outros, exposição a partículas de grãos armazenados provocando doenças respiratórias, jornada de trabalho prolongada sem pausas, exposição a agrotóxicos e fertilizantes causando intoxicações mortais.

Segundo Faria os riscos à saúde do trabalhador rural, em geral, ocorrem a partir de exposições a:

[...] poeiras orgânicas e inorgânicas, microrganismos e suas toxinas, zoonoses, químicos [...], derivados do petróleo, riscos físicos (ruído, radiação solar, exposição às intempéries), riscos mecânicos e fatores comportamentais. (FARIA, 2005, p. 11).

Em ambientes rurais os acidentes ocorrem pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causem a perda ou a redução, temporária ou permanente da capacidade laboral. (FEHLBERG *et al.*, 2001). Segundo Silveira *et al.* (2005) os acidentes ocupacionais estão relacionados à ruptura abrupta das relações entre a saúde do trabalhador e as condições e/ou ambientes de trabalho. Estes autores reportam que os acidentes severos que provocam lesões graves ou óbitos têm ocorrido prioritariamente com mão de obra menos qualificada e de menor poder decisório. Menegat e Fontana (2010) estudando trabalhadores rurais no estado do Rio Grande do Sul verificaram que os com menor poder aquisitivo, dispendo de poucos recursos para organizarem seu processo de trabalho, estão mais expostos aos riscos laborais.

Alguns autores chamam atenção para o elevado quantitativo de subregistro dos acidentes de trabalho. (FARIA *et al.*, 2000; FEHLBERG *et al.*, 2001; SILVEIRA *et al.*, 2005; DIAS, 2006), sendo que um dos fatores para essas subnotificações é que as fontes de registro de acidentes são vinculadas aos trabalhadores formais por meio de comunicados de acidentes de trabalho da Previdência Social ou registro de atendimento em hospitais. (FARIA *et al.*, 2000; FEHLBERG *et al.*, 2001; DIAS, 2006). A situação se agrava na agricultura o fato de que o número de trabalhadores informais na agricultura é superior ao número de trabalhadores formais. (GARCIA, 2014).

Outro fator que, provavelmente, leva ao subregistro dos acidentes de trabalho é que eventos de menor gravidade não são normalmente notificados, pois não necessariamente requerem cuidados médicos ou demandas previdenciárias. (FARIA *et al.*, 2000; FEHLBERG *et al.*, 2001; DIAS, 2006). Outro desafio é a não qualificação da rede pública para identificar agravos à saúde dos trabalhadores rurais como acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. (SILVEIRA *et al.*, 2005).

Faria (2005) em revisão de 28 estudos internacionais e nacionais sobre acidentes de trabalho verificou que as taxas de acidentes fatais variaram de 11,6 a 38,0/100.000 habitantes. A autora observou que em estudos de base populacional a taxa de acidentes variou de 5,8 a 23,1/100 pessoas/ano. Além disso, ela constatou que os casos mais graves, como os acidentes fatais ou os que necessitaram hospitalização, estiveram relacionados principalmente ao uso de máquinas agrícolas. A autora pontua, ainda, que existem lacunas importantes a respeito da gravidade dos acidentes de trabalho rural no Brasil, pois são raros os estudos de base populacional envolvendo agricultores e; que há falhas metodológicas que não permitem a utilização de seus dados para estimativas de acidentes de trabalho.

Fehlberg *et al.* (2001) observaram entre 580 trabalhadores rurais na zona rural de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, que os principais acidentes de trabalho foram provocados por ferramentas manuais e por animais domésticos. Bochner e Struchiner (2003), em trabalho sobre a epidemiologia dos acidentes ofídicos no Brasil em um período de 100 anos, verificaram que esses acidentes são mais comuns em trabalhadores rurais, do sexo masculino e de idade produtiva, entre 15 e 49 anos. A maioria dos dados do estudo tem sua origem no Estado de São Paulo, entre os anos de 1986 e 1993.

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), sancionada em 2011 e modificada em 2013 propõe diminuir as iniquidades existentes no meio rural por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. A PNSIPCFA reconhece a vulnerabilidade em saúde da população do rural e entre seus objetivos está a redução dos adoecimentos decorrentes do uso de substâncias tóxicas, o risco ergonômico e a exposição contínua aos raios ultravioleta. (BRASIL, 2013).

Por meio dos movimentos sociais, academia, gestores e trabalhadores do SUS, foi criado em 2012 o Observatório OBTEIA (Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas - Teia de saberes e práticas) cujo objetivo é

monitorar e avaliar a implantação da PNSIPCFA, constituindo um espaço de coleta e processamento de informações e promoção do debate sobre referenciais teóricos críticos e métodos de pesquisas coerentes com o modo de vida dessas populações. Deste modo, a OBTEIA contribui para tomada de decisões e ações no campo das políticas públicas vinculadas a essa temática. (CARNEIRO *et al.*, 2014).

O reconhecimento e valorização dos saberes e as práticas tradicionais de saúde das populações do campo e da floresta é um dos princípios da PNSIPCFA. (BRASIL, 2013). Segundo Silva *et al.* (2014), os movimentos sociais do campo têm uma concepção de saúde na qual o indivíduo é um ser integrado ao espaço onde vive, no qual os cuidados com o solo, com as sementes, com as plantas medicinais, com a água são essenciais para essas populações e que são nas práticas populares de saúde que a população busca apoio para o enfrentamento das situações de adoecimentos. Nesse contexto, mulheres e homens utilizam das plantas medicinais (chás, xaropes, garrafadas, tinturas, elixires), sementes crioulas, rezas, benzimentos, acupuntura, homeopatia ou terapia comunitária, sendo também erveiros, raizeiros, parteiras, massagistas ou auriculoterapeutas, podendo ainda estar vinculados às ações de saúde de instituições como, Igrejas Católicas, Igrejas Pentecostais, Centros Espíritas, Terreiros, entre outros.

### **3.2 USO POPULAR DE PLANTAS MEDICINAIS**

De acordo com Amorozo (1996), o manejo de ambientes por comunidades locais ainda precisa ser melhor conhecido, e constitui um tema que merece investigação aprofundada, por sua complexidade. Estas populações ainda detêm uma grande quantidade de informação inexplorada pela ciência sobre formas de se lidar com ambientes biologicamente diversificados, que podem ser úteis para nossa compreensão destes ecossistemas e de sua sustentabilidade.

Segundo Oliveira (1985), a medicina popular é a prática de cura que oferece respostas concretas aos problemas causados por doenças no dia-a-dia, representando não somente uma alternativa à saúde formal, mas muitas vezes como resistência a não eficácia da biomedicina atual, sendo também uma prática viva e em processo constante de mudanças.

Sistemas médicos locais são formados por crenças e por grande conhecimento prático e teórico relacionados à saúde, doença, atores sociais e recursos medicinais disponíveis, como plantas, animais e materiais inorgânicos. Esses sistemas não são estáticos e evoluem continuamente, sendo o uso de plantas medicinais um fator importante. Este uso é

produto de experimentações empíricas durante a história de uma comunidade e representa uma adaptação de sua cultura ao longo do tempo. No Brasil, cinco milhões de pessoas requerem as plantas medicinais para cuidados básicos de saúde. (ALENCAR *et al.*, 2014)

Alguns autores apontam que a valorização do saber local sobre as plantas medicinais em comunidades rurais é fundamental para a cura, principalmente em locais com pouca ou nenhuma estrutura em saúde. (SILVA; PROENÇA, 2008; CUNHA; BORTOLLOTO, 2011; TULER; SILVA, 2014). Em situações de tratamento médico precário, a medicina popular se desenvolve e contribui para que os indivíduos busquem autonomia sobre a própria saúde por meio do diagnóstico e tratamento de doenças com medicamentos caseiros. (SILVA; PROENÇA, 2008).

Para a Articulação Pacari<sup>2</sup> a medicina popular apresenta-se como um sistema de cura utilizado pelo povo para o tratamento de seus diversos males, sendo realizada principalmente pelas mulheres no cuidado com a própria família e com a comunidade. (DIAS; LAUREANO, 2009). Oliveira (1985) descreve que essas práticas em geral são realizadas por agentes isolados como raizeiros, benzedeiros, ervateiros, parteiras ou por agentes institucionalizados como médiuns e pais de santos. Já Dias e Laureano discutem que a autoidentidade de quem pratica a medicina tradicional assume um caráter social:

Essas múltiplas identidades, contudo, não podem ser interpretadas como individuais, pois compartilham experiências comuns de cura por meio do uso da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais e, por isso, constituem uma identidade social. (DIAS; LAUREANO, 2014, p. 6)

A Articulação Pacari acrescenta que os conhecedores tradicionais são especialistas em caracterizar ambientes do Cerrado, identificar suas plantas medicinais, fazer coleta da parte medicinal destas, diagnosticar doenças e preparar e indicar remédios caseiros. (DIAS; LAUREANO, 2009).

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos formalizou a importância da medicina popular para a melhoria da saúde das populações, considerando o uso sustentável da biodiversidade. Entre suas diretrizes está “promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros”. O que seria viabilizado pela criação de parcerias do governo com movimentos sociais visando uma melhor utilização sustentável de plantas medicinais; a identificação e implantação de mecanismos de validação/reconhecimento que levem em conta o diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional e o técnico-científico; ações de salvaguarda do patrimônio imaterial garantindo a transmissão

---

<sup>2</sup> Rede socioambiental formada por organizações comunitárias que praticam medicina tradicional através do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado.

do conhecimento tradicional entre gerações e; apoiar as iniciativas comunitárias para a organização e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e populares. (BRASIL, 2006).

No entanto, os remédios caseiros, um dos principais recursos utilizados na medicina tradicional, ainda não possuem regulamentação específica para sua preparação e distribuição. Essas práticas vêm sendo interpretadas como ilegais, pois infringem o art. 273 do Código Penal brasileiro que criminaliza a disponibilização de produto terapêutico sem registro no Ministério da Saúde. (DIAS; LAUREANO, 2014). Ainda segundo estas autoras, a criminalização:

[...] impacta negativamente a dinâmica, transmissão e salvaguarda da medicina tradicional e, por isso, precisa ser revista a partir de um esforço coletivo e amplo diálogo entre governo e povos tradicionais. (DIAS; LAUREANO, 2014, p.4).

Brandão *et al.* (2008) descrevem que o Brasil têm a maior biodiversidade vegetal do planeta e que muitas das espécies medicinais usadas pela população são exóticas, introduzidas na época da colonização. Segundo os autores, o uso das plantas nativas, herdado da cultura Ameríndia, é bem menos popular, sendo necessários esforços para proteger essas plantas e o conhecimento tradicional associado. Só na região da Estrada Real em Minas Gerais, os naturalistas da época da colonização registraram 200 espécies de plantas medicinais nativas, número justificado pelo vínculo entre a cultura indígena e os habitantes das áreas rurais.

Tuler e Silva (2014) mencionam que o uso de plantas medicinais no Brasil é influenciado por diferentes tradições étnicas e este conhecimento é repassado geralmente pela oralidade. Segundo Silva e Proença (2008) a renda familiar baixa e a presença dos curadores populares na região também podem influenciar o conhecimento a respeito das plantas e, além disso, Gandolfo e Hanasaki (2014) concluíram que a coexistência com o ambiente natural pode igualmente contribuir para a manutenção dos sistemas de conhecimento local.

Cunha e Bortolo (2011) apresentam que pessoas mais idosas conhecem um maior número de plantas medicinais, o que, segundo Silva *et al.* (2011), se deve à maior susceptibilidade dessas doenças e ainda por terem vivenciado mais experiências com remédios caseiros, dado o tempo de vida. Sobre o conhecimento dos jovens, Silva *et al.* (2011) citam que essa faixa etária, influenciada pela modernização e a emigração para os centros urbanos em busca de emprego, tem preferência pelo tratamento alopático convencional, no entanto, só observaram diferença significativa de conhecimento por idade entre as mulheres que utilizam com maior frequência. Por outro lado, outros estudos não encontraram relação entre idade e conhecimento de plantas (SILVA; PROENÇA, 2008;

GANDOLFO; HANASAKI, 2014) ou entre escolaridade, sexo, local de nascimento, zona de procedência rural ou urbana. (SILVA; PROENÇA, 2008).

Silva *et al.* (2011), por sua vez, verificaram que o fatores laborais, associado à idade, pode ser determinante nos padrões de conhecimento tradicional de plantas medicinais, sendo que trabalhadores em atividades rurais têm mais conhecimento que os trabalhadores que desenvolvem suas atividade em outros locais não rurais.

No que diz respeito ao sexo, para Tuler e Silva (2014), nas comunidades rurais, as mulheres especialmente são quem guardam grande parte desse conhecimento e, de acordo com Pinto *et al.* (2006), são elas que dominam melhor o conhecimento das plantas cultivadas próximas ao domicílio.

Sobre os fatores de risco para a extinção do conhecimento tradicional local, Tuler e Silva (2014) indicam que a degradação ambiental e a introdução de novos valores culturais sobrepondo modos de vida tradicionais podem reduzir a transmissão do conhecimento empírico entre gerações. Silva *et al.* (2011) acrescentam que a migração de jovens rurais para o meio urbano pode prejudicar a transmissão das práticas médicas locais entre gerações.

Santoro *et al.* (2015) observam que a extinção local de espécies de plantas medicinais, seja por perda de habitat ou exploração excessiva também é um risco para a permanência do conhecimento medicinal local. Além disso, a perda por migração ou morte de algum conhecedor especialista pode trazer prejuízo a um sistema local de cura fazendo desaparecer um conhecimento exclusivo, se esse não tiver sido compartilhado. Alencar *et al.* (2014) pontuam que o esquecimento de como tratar uma enfermidade pela falta de uso de determinada planta pode ser um fator de risco. Considerando essas possíveis perturbações, para além da riqueza de espécies, Santoro *et al.* (2015) complementam que é essencial para a resiliência de um sistema médico local baseado em recursos naturais o conhecimento de diferentes plantas para a mesma indicação terapêutica, o que denominam espécies redundantes.

O acesso às plantas medicinais se dá por meio de cultivo doméstico em quintais e pelo extrativismo em áreas de vegetação nativa ou em áreas antropizadas, ambas no entorno das moradias. (SILVA-ALMEIDA; AMOROZO, 1998; SILVA; PROENÇA, 2008; CUNHA; BORTOLO, 2011; TULER; SILVA, 2014). Alencar *et al.* (2014) observaram que plantas exóticas podem desempenhar um papel complementar nos sistemas médicos locais, sendo utilizadas para indicações terapêuticas que plantas nativas disponíveis não abarcam. Nesse âmbito, podem contribuir para a resistência desse sistema médico local.

### 3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com Monteiro e Fávero (2011), um dos marcos da temática ambiental na modernidade diz respeito à criação de áreas naturais protegidas, entre elas, as Unidades de Conservação (UC). Para estes autores, estas foram concebidas no imaginário urbano, tendo como referência a dicotomia sociedade/natureza.

Pereira reforça esse pensamento, abordando que os desafios para as UC perpassam pela ideia da natureza do homem ocidental, como algo apartado dele, e, portanto, manipulável. Nesse sentido, a separação entre sociedade e natureza é:

[...] uma construção social que historicamente atendeu a diversas razões: algo a ser adorado e temido, a ser apropriado e transformado, a ser redefinido pelas manipulações genéticas. A natureza é, a despeito de tudo isso, a base sobre a qual se edificam nossas crenças, nossa economia, nossas políticas e nossa própria existência (PEREIRA, 2011, p. 13).

Aí, em especial, estão as UC de proteção integral, que por sua definição requerem a retirada de antigos moradores de seu interior para a preservação da natureza. A implantação de parques – unidades de proteção integral da natureza – é comumente feita em espaços rurais, sobrepondo-se a territórios materiais e imateriais anteriormente constituídos pelas comunidades tradicionais que ali habitam. Diegues e Arruda (1999) esclarecem que esse modelo de área protegida foi proposto e adotado pelos norte americanos, que inicialmente destinavam as áreas naturais para o descanso das populações urbanas do capitalismo industrial. Os autores descrevem que teorias científicas no âmbito ecológico reafirmaram a ideia de que as áreas protegidas não deveriam permitir a permanência das populações tradicionais, mesmo aquelas que se estabeleceram antes da implementação das UC.

De acordo com Arruda (1999), esse modelo caracteriza a relação entre sociedade e natureza como conflitante, em que comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais e as populações que resistem e permanecem em áreas de conservação ou seu entorno, ao exercerem seu modo de vida raramente são reconhecidas e normalmente são criminalizadas por esse ato, fundamental para a sua reprodução sociocultural.

A sobreposição de territórios tradicionais ou desterritorialização por UC é uma das principais causas de conflitos nesses locais. (VALLEJO, 2003). Segundo Arruda (1999) os números são preocupantes, existindo em regiões de maior ou menor densidade demográfica, desde a Amazônia, onde 35% das unidades de conservação se sobrepõem a áreas indígenas, passando pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, onde em 39% das UC existem moradores, até o Rio de Janeiro, onde 73% delas têm moradores no seu

interior. No Alto Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, quatro unidades de conservação de diferentes categorias já se sobrepõem a oito comunidades remanescentes de quilombos. (ALMEIDA, 2014).

Sonda (2002) discute que o simples ato de criação de uma UC não assegura, de modo algum, a sua proteção. A conservação ambiental deve considerar o contexto econômico, social e político global e local, sem o qual se torna impeditiva a formulação e concretização de políticas públicas ambientais apropriadas.

Segundo a lei do SNUC, de nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, os parques nacionais têm a função de preservar ecossistemas de grande relevância ecológica, permitir realização de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental e turismo ecológico. Para seu estabelecimento, há uma série de requisitos impostos. (BRASIL, 2000).

Em estudo sobre a realidade de comunidades locais após a implantação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto no estado de Minas Gerais, Morais (2014) concluiu que a regularização fundiária nessas localidades contribuiria para a amenização dos conflitos presentes, pois permitiria melhor diálogo e aproximação das comunidades que perderam seu território com as UC. Neste contexto, o autor pontuou que é necessário propor alternativas de renda e de uso de recursos naturais a essas populações, sendo necessário que as novas atividades visem à construção e ao fortalecimento da família, do trabalho, da renda e dos elos construtores de cidadania. O autor verificou, ainda, que o distanciamento entre as comunidades e os gestores das UC traz divergências. Uma delas é que não são as atividades humanas tradicionais exercidas na zona de amortecimento (ZA) dos parques que os tem impactado, como registrado nos planos de manejos das UC. A outra é que a comunidade enxerga a implantação das UC unicamente como restritiva e não como necessária à manutenção da biodiversidade. No sentido de compreender esses conflitos e vislumbrar conciliações, o autor propõe a análise do SNUC em relação à gestão das UC.

O SNUC prevê três instrumentos de gestão que contribuem para efetivar o papel das unidades de conservação: o Conselho gestor, o Plano de Manejo e a ZA. (MORAIS, 2014; BRASIL, 2000). Segundo a lei, as UC de proteção integral tem obrigatoriedade de estabelecer um Conselho Consultivo, cuja representação deve ser paritária entre poder público e sociedade civil. (BRASIL, 2000). Morais (2014) sugere que esse espaço de gestão seja priorizado para transformar o cenário centralizado de gestão ambiental vigente no país. O autor acrescenta que a participação no Conselho deve ser calcada em princípios democráticos de gestão e com visão integradora sociedade-natureza.

O Plano de Manejo de UC também é instrumento de gestão obrigatório por lei, que estabelece o zoneamento e as normas de uso e manejo da área. (BRASIL, 2000). Morais (2014) indica a necessidade de o Plano ir além da normatização, contribuindo para orientar o caminho de ações que visem a real implantação das UC.

As ZA são áreas de entorno de UC sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos na unidade, sendo o órgão administrador da UC o responsável por estabelecer a regulamentação da ocupação e uso dos recursos (BRASIL, 2000). Morais (2014) afirma que na prática não há clareza se as ZA são instrumentos para conservação ou para o desenvolvimento sustentável.

Comunidades rurais no entorno de UC podem apresentar características específicas de convivência com o ambiente, em parte pela proximidade aos recursos naturais. Alguns estudos buscaram caracterizar o uso de plantas medicinais em sistemas de medicina popular no entorno de áreas de preservação e verificaram que o maior número de citações de uso de plantas nativas ou espontâneas têm sido predominante nessas comunidades, se comparadas ao número de citações de uso de plantas cultivadas. (SOUZA; FELFILI, 2006; SANTOS *et al*, 2008; SILVA; FREIRE, 2010). Sob esse horizonte, Silva e Proença (2008) ressaltam a importância dos remanescentes de vegetação nativa enquanto fonte desse recurso de saúde.

No entanto, Santos *et al.* (2008) chamam atenção para a insegurança e incertezas que sofrem as populações que vivem em áreas de conservação ou seu entorno, sobre sua permanência ou não no local. Nesse sentido, sugerem que o saber e a transmissão do conhecimento podem estar comprometidos, pois se estas áreas forem desapropriadas, ocorrerá um rompimento do vínculo com seus locais de origem e prejuízo de suas relações comunitárias.

## **4 MATERIAIS E MÉTODOS**

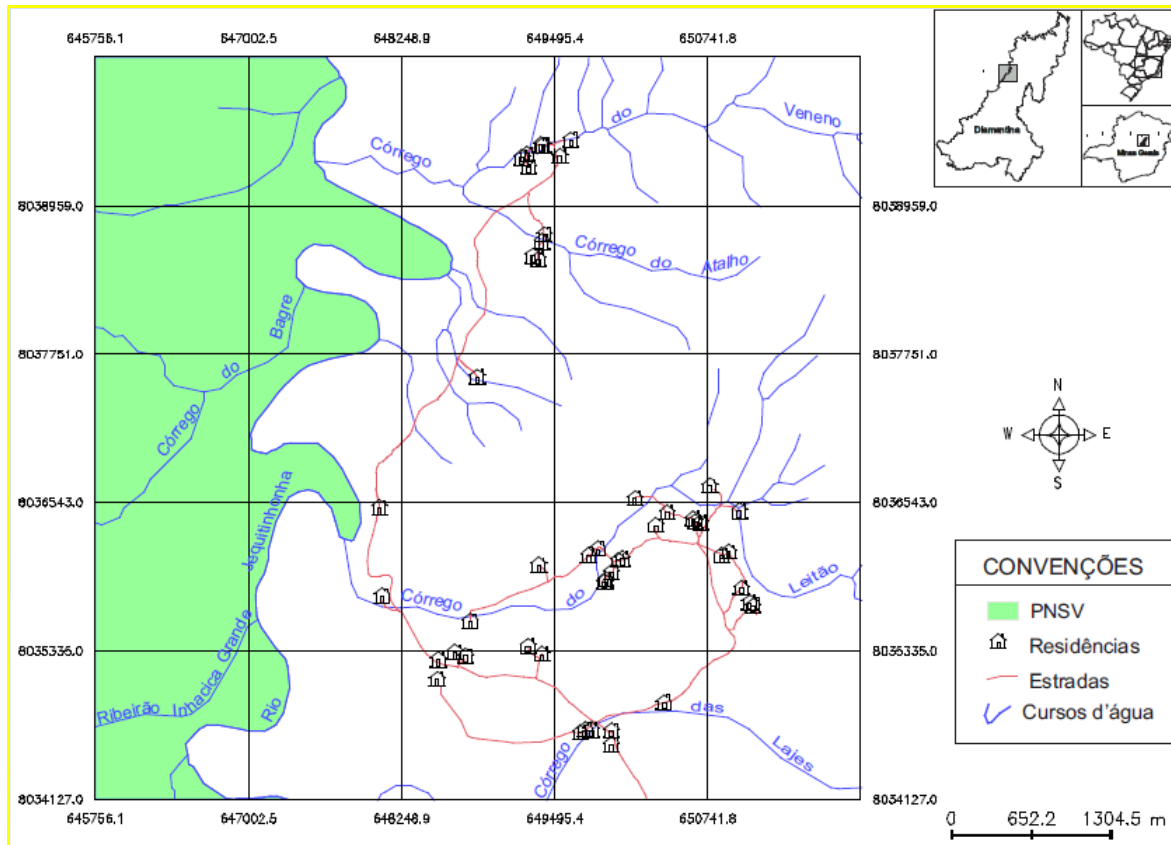
### **4.1 LOCAL DE ESTUDO**

Cientes das divergências do conceito de “rural”, optamos, no presente estudo, por utilizar a definição do IBGE, e caracterizar as comunidades em questão como comunidades rurais.

As comunidades envolvidas no estudo são denominadas Braúnas e Lagoa da Pedra, localizadas a aproximadamente 100 km da sede de Diamantina e a 20 km do distrito de Senador Mourão, principal distrito urbano fora da sede do município e o mais populoso.

(DIAMANTINA, 2009). As comunidades estão localizadas na margem direita do rio Jequitinhonha, em área limítrofe ao Parque Nacional das Sempre Vivas (FIGURA 1).

Figura 1 – Mapa das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa

O Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais descreve o processo legal de criação do distrito de Senador Mourão: Inicialmente o povoado era denominado Pindaíbas, sendo que em 1º de outubro de 1887 foi criado na localidade o distrito policial e distrito de paz. Posteriormente, sem registro de datação, passou a chamar-se Campinas de São Sebastião. Já em sete de setembro de 1923, de acordo com a lei nº 843, a localidade passou a distrito sendo chamado de Campinas. Somente com o decreto da lei nº 1058 de 31 de dezembro de 1943, deu-se a atual denominação Senador Mourão. (BARBOSA, 1995).

A área da pesquisa faz parte da mesorregião do Alto Jequitinhonha, nordeste do estado de Minas Gerais. Está em área de transição dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Segundo Galizoni (2002), parte da região é permeada por áreas planas, de altitude elevada, chamadas de chapadas. As famílias agricultoras consideram-nas inaptas para o plantio, devido

sua baixa fertilidade e as usam para criação de gado e para extrativismo (lenha, madeira, plantas medicinais e frutos). Há ainda a presença de grotas, localizadas nas encostas e partes baixas, próximas a cursos d'água, estas consideradas pelas famílias como terras de alta fertilidade natural e abundância de recursos. Os campos são faixas de transição entre a chapada e as grotas, também inaptos para o cultivo, mas apresentando grande diversidade vegetal.

A temperatura média anual é de 22,5°C e a pluviosidade está entre 1100 e 1200 mm, de acordo com a base de dados WorldClim (disponível [www.worldclim.org](http://www.worldclim.org)). (HIJMANS *et al.*, 2005).

#### **4.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO**

Estudo do tipo observacional, descritivo, consistindo de levantamento sobre aspectos de saúde, sociodemográficos e sistemas de produção de alimentos e extrativismo, junto à população das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra.

Uma base de dados sobre o perfil sociodemográfico, de saúde, além do sistema de produção e extrativismo da população das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra foi constituída no programa LibreOffice Calc a partir de dados obtidos de questionários estruturados.

Posteriormente as plantas utilizadas como remédios caseiros mencionadas no estudo foram coletadas, com ajuda dos entrevistados que as citaram ou de outros entrevistados indicados pela comunidade como referências de conhecimento em remédios caseiros. Prontuários de saúde das famílias entrevistadas também foram consultados para verificação dos principais agravos à saúde.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva.

#### **4.3 POPULAÇÃO PARTICIPANTE**

Foram convidados a participar deste estudo um responsável por cada residência das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, município de Diamantina, Minas Gerais, que atendia aos critérios de inclusão e exclusão abaixo especificados.

#### **4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO**

Incluíram-se neste estudo indivíduos residentes nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra que na data da entrevista estavam com 18 anos completos, desfrutando de autonomia para responder aos questionários.

#### 4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram excluídos deste estudo todos os indivíduos que apresentaram algum impedimento que impossibilitou sua participação no procedimento de entrevista (ausência da localidade devido à viagem por período indeterminado ou migrados para fora do município).

#### 4.6. COLETA DE DADOS

Antes do início da entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e explicado aos participantes (APÊNDICE 1). Após o consentimento do entrevistado, o TCLE foi assinado e uma cópia entregue ao participante.

Foram entrevistados 36 moradores das comunidades, sendo 25 de Braúnas e 11 de Lagoa da Pedra, sendo cada um representante de uma unidade domiciliar. Para tanto, foi aplicado um questionário estruturado com 67 questões abertas e fechadas divididas em nove blocos: identificação do entrevistado (17 questões), caracterização do ambiente domiciliar e produção da propriedade (29 questões), composição familiar (três questões), dados socioeconômicos da família (três questões), caracterização do ambiente ocupacional da família (quatro questões), antecedentes de agravos à saúde da família (quatro questões), extrativismo (quatro questões), organização política (duas questões) e acesso à comunidade/deslocamento (uma questão) (APÊNDICE 2). Para adequação do questionário à pesquisa realizada, foram conduzidas duas entrevistas piloto com moradores das fazendas Tocos e Dom Bosco, distantes cerca de cinco quilômetros de Braúnas e Lagoa da Pedra.

Para a realização das entrevistas foram necessárias três viagens a campo, duas com duração de dois dias e uma com duração de três dias (08 a 10 de janeiro, 19 e 20 de março e 02 e 03 de abril de 2016). Nestas viagens os domicílios foram georreferenciados por meio de aparelho de GPS – *Global Positioning System* (Garmin™ GPS Map76S®).

As plantas foram coletadas junto aos entrevistados que as citaram ou aos participantes que foram indicados pela comunidade como conhecedores de plantas medicinais. A coleta de material botânico ocorreu em duas viagens, sendo a primeira de três dias e a segunda de um dia (21 a 23 de abril e 22 de maio de 2016). Os pontos de coleta foram georreferenciados por meio de aparelho de GPS (Garmin™ GPS Map76S®). Após a coleta, o material foi colocado em prensa e levado ao Herbário Diamantina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), para ser identificado pela professora Dr<sup>a</sup> Fabiane Nepomuceno da Costa, do Departamento de Ciências Biológicas da UFVJM.

Além da pesquisa na rede mundial de computadores, foi realizada pesquisa documental sobre o processo histórico de ocupação das comunidades na Câmara e Biblioteca

Municipal de Diamantina. Nestes últimos, não foram encontradas informações relacionadas às comunidades estudadas.

Os prontuários de saúde da família da Unidade da Estratégia de Saúde da Família de Senador Mourão foram também consultados. Nos documentos foram investigados os principais motivos de procura ao serviço de saúde bem como os agravos relatados pelas comunidades envolvidas no estudo. Ocorreram seis viagens à Senador Mourão para visitas e coleta de dados na Unidade de Saúde (18 de maio; 01,14 e 29 de junho, 05 e 12 de julho de 2016).

#### **4.7 ANÁLISE DE DADOS**

Os dados georreferenciados foram descarregados no *software* GPS Track Maker® versão 13.9 e exportados em formatos de arquivos “.gpx” para posterior análises geográficas empregando os softwares Terra View 4.2.2 e SPRING 5.3 (CÂMARA *et al.*, 1996). Um mapa de distribuição das edificações da comunidade foi construído no programa SPRING 5.3. (CÂMARA *et al.*, 1996) e mapas de fluxos migratórios foram construídos no TerraView 4.2.2 e exportados para o SPRING 5.3. (CÂMARA *et al.*, 1996).

#### **4.8 ASPÉCTOS ÉTICOS DA PESQUISA**

Este estudo respeitou os aspectos éticos estabelecidos na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos. O mesmo foi submetido à Plataforma Brasil, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pelo parecer nº 1.305.766, sendo aprovado em 17 de novembro de 2015.

O município de Diamantina, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, empenhou uma carta de instituição copartícipe do estudo (ANEXO 1).

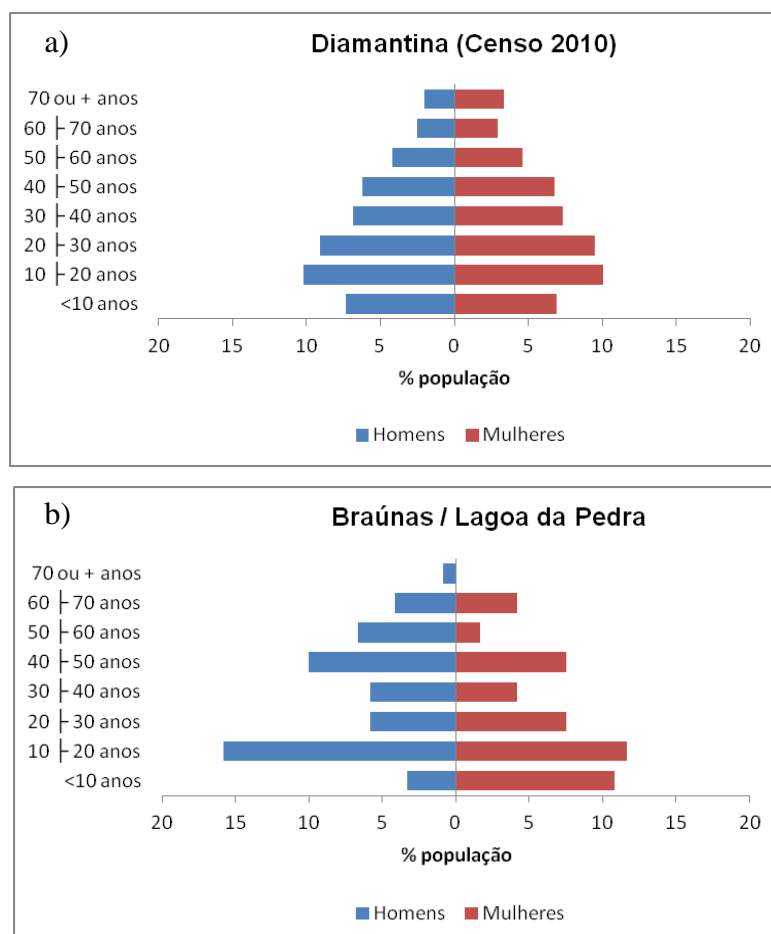
Todos os participantes convidados a responder aos formulários durante as entrevistas foram previamente esclarecidos nos termos descritos no TCLE, conforme indicado no apêndice 1, confirmando seu aceite e assinatura.

### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra são compostas por 44 casas. Em Braúnas estão 34 casas, uma escola municipal, duas igrejas e dois bares sendo que um funcionando nas dependências de uma das casas. Seis das casas em Braúnas não são habitadas permanentemente, sendo casas de temporada para trabalho ou lazer. Em Lagoa da Pedra estão 10 casas.

Das 38 casas habitadas de forma permanente nas comunidades estudadas, 36 foram pesquisadas, com concordância de um responsável em preencher o questionário. Nestas casas residiam 120 pessoas, sendo 57 do sexo feminino e 63 do sexo masculino. A faixa etária dos moradores variou entre seis meses a 76 anos. A Figura 2a apresenta a pirâmide etária das comunidades estudadas, sendo observado que a faixa etária mais numerosa foi a compreendida entre 10 e 20 anos, o que também é observado para o município de Diamantina como um todo (FIGURA 2b). Entretanto, as comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra apresentam um estreitamento na pirâmide nas faixas entre 20 e 40 anos, perfil distinto do apresentado pelo município. Esse fato pode se dever aos movimentos migratórios de adultos jovens em busca de condições de trabalho e estudo, conforme discutido de forma mais pormenorizada adiante.

Figura 2 – Pirâmides etárias: a) dos moradores das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 120); b) dos moradores do município de Diamantina segundo o censo demográfico de 2010 (n = 45.880).



Fonte: Dados da pesquisa

Foi observado que residiam de uma a 10 pessoas por casa, sendo que em nove casas residiam apenas um morador (TAB. 1).

Tabela 1 – Número de moradores por casa nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n=120).

Número de pessoas por casa	Número de casas	Total de moradores
1	9	9
2	4	8
3	8	24
4	8	32
5	2	10
6	2	12
7	1	7
8	1	8
10	1	10
Total	36	120

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao local de nascimento, 91 pessoas nasceram no município de Diamantina, 28 pessoas nasceram fora dele e uma pessoa não soube informar (TAB. 2). Das 91 pessoas que nasceram do município de Diamantina, 62 nasceram na própria comunidade de Braúnas/Lagoa da Pedra (nasceram quando a mãe morava na comunidade) (TAB. 3).

Tabela 2 – Naturalidade dos moradores das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra por município de nascimento, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n =120).

Estado	Municípios	Número de pessoas
MG	Diamantina	91
MG	Araçuaí	1
MG	Belo Horizonte	3
MG	Bocaiuva	1
MG	Buenópolis	2
MG	Couto de Magalhães de Minas	4
MG	Felício dos Santos	1
MG	Itacambira	1
MG	Presidente Kubitschek	1
MG	Senador Modestino Gonçalves	2
MG	Setubinha	1
MG	Turmalina	1
MG	Olhos d'Água	9
BA	Barreiras	1
	Não soube informar	1
Total		120

Fonte: Dados da pesquisa

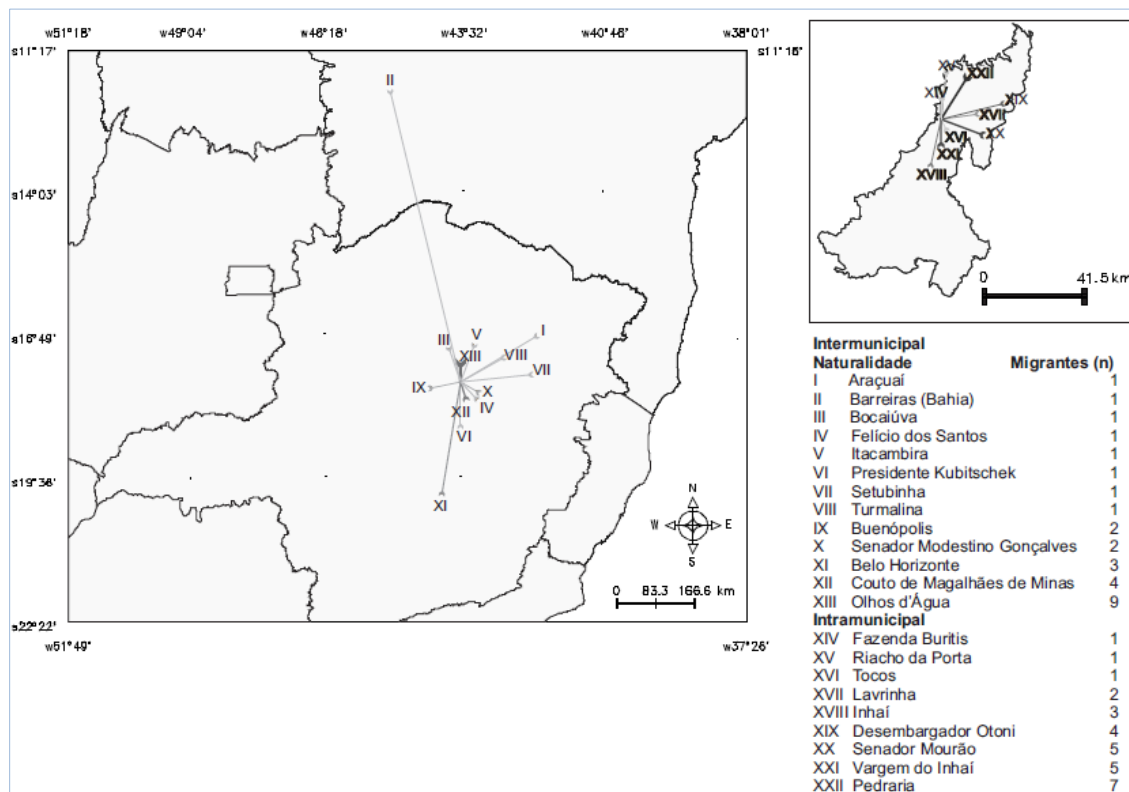
Tabela 3 – Localidade de nascimento dos moradores de Braúnas e Lagoa da Pedra que nasceram no município de Diamantina, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 91).

	<b>Distrito</b>	<b>Localidades</b>	<b>Número de pessoas</b>
<b>Município de Diamantina</b>	Senador Mourão	Próprio distrito	5
		Braúnas/Lagoa da Pedra	62
		Lavrinha	2
		Fazenda Buritis	1
		Pedraría	7
		Riacho da Porta	1
		Tocos	1
	Desembargador Otoni	Próprio distrito	4
Inhaí	Próprio distrito	3	
	Vargem do Inhaí	5	
<b>Total</b>			<b>91</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 3 ilustra os fluxos de imigrantes para as comunidades de estudo.

Figura 3 – Origem dos imigrantes moradores de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n=57).

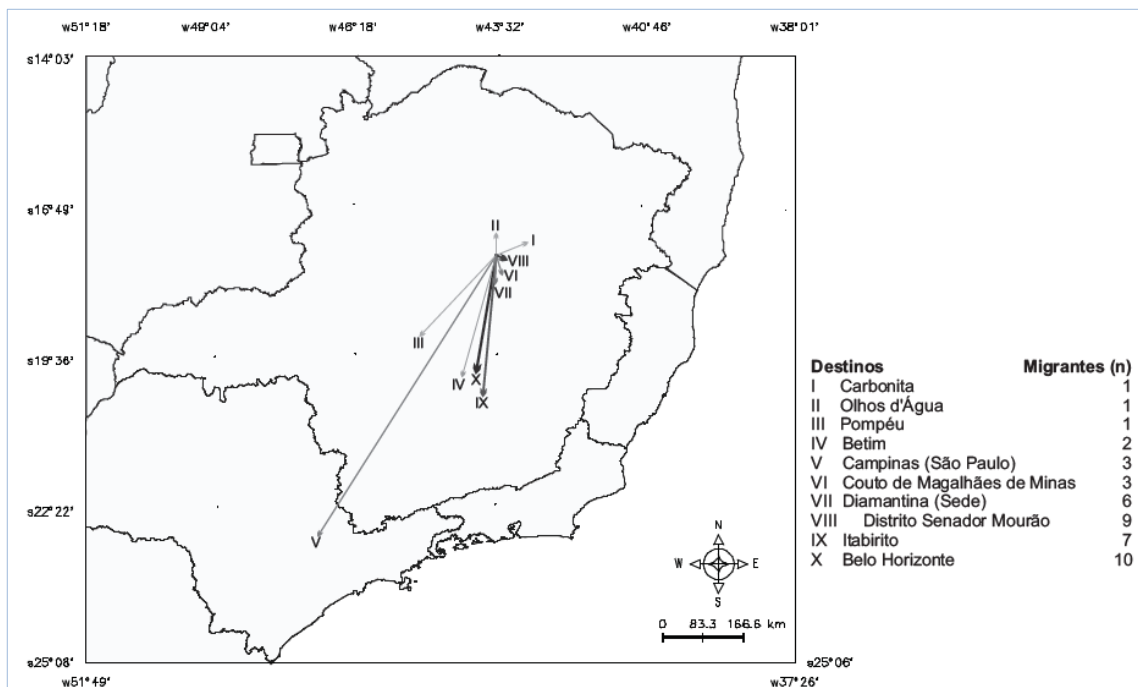


Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com relato dos moradores, o estabelecimento nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra ocorreu principalmente após a finalização de atividades de mineração de uma grande empresa em meados de 1980. Neste momento, o plantio de feijão surge como uma alternativa de geração de renda para os trabalhadores dispensados, que ao longo do tempo foram construindo suas moradias próximas às áreas de cultivo. Possivelmente, por laços familiares e solidários novos moradores chegaram nesses locais e se estabeleceram, participando do processo de conformação das comunidades atuais. (GALIZONI, 2000).

Além das 120 pessoas residentes em Braúnas e Lagoa da Pedra no período da coleta de dados, foi relatada a emigração de 43 pessoas (22 mulheres e 21 homens) em busca de atividades fora da comunidade, sobretudo para trabalho ou estudo (TAB. 4). Quanto aos destinos dos emigrantes, o maior número de pessoas emigrou para Belo Horizonte (n = 10), para o distrito de Senador Mourão em Diamantina (n = 8) e para Itabirito (n = 7), (FIG. 4; TAB. 4). Estas pessoas apresentam atualmente idades entre 18 e 43 anos, que corresponde justamente à faixa de idade em que houve estreitamento da pirâmide etária das comunidades de estudo, quando comparada à do município.

Figura 4 – Locais de destino dos emigrantes nascidos em Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 43).



Fonte: Dados da pesquisa

Este resultado está de acordo com a atual realidade rural brasileira, determinada pelo envelhecimento do campo e o êxodo de jovens para os centros urbanos em busca de diferentes condições de vida. (GARCIA, 2014; SILVA, 2014).

Tabela 4 – Pessoas nascidas em Braúnas e Lagoa da Pedra emigradas, em relação ao destino, motivo, ano e idade de saída da comunidade, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 43).

<b>Sexo/Idade</b>	<b>Destino</b>	<b>Motivo da emigração</b>	<b>Ano da saída</b>	<b>Idade de Saída</b>
M/40	Betim	trabalho/pedreiro	1995	21
F/43	Diamantina (Sen. Mourão)	casamento	1996	23
F/?	Belo Horizonte	trabalho/faxineira	2001	?
F/30	Diamantina (Sen. Mourão)	dona de casa	2001	15
M/29	Campinas *	trabalho/em topografia	2001	14
M/26	Campinas *	trabalho/segurança condomínio	2001	11
M/33	Olhos d'água	trabalho/em firma	2001	18
F/22	Diamantina (sede)	dona de casa	2002	8
F/18	Couto de Mag. de Minas	morar com a mãe	2002	4
F/20	Couto de Mag. de Minas	morar com a mãe	2002	6
M/28	Betim	trabalho/cabeleireiro	2002	14
M/27	Couto de Mag. de Minas	trabalho/garimpeiro	2002	13
M/29	Carbonita	trabalho/instrutor em autoescola	2004	17
M/28	Diamantina (Sen. Mourão)	trabalho/produtor musical	2004	16
F/26	Diamantina (Sen. Mourão)	morar	2005	15
F/32	Diamantina (sede)	trabalho/enfermeira	2006	22
M/24	Pompéu	trabalho/com motosserra	2006	14
M/28	Diamantina (Sen. Mourão)	trabalho/em carvoaria	2006	18
M/23	Diamantina (sede)	trabalho/em carpintaria	2006	13
M/33	Belo Horizonte	trabalho/policial	2006	23
F/31	Belo Horizonte	estudo/curso de direito	2007	22
F/29	Belo Horizonte	dona de casa	2007	20
F/24	Belo Horizonte	estudo/ensino básico	2008	16
F/26	Belo Horizonte	dona de casa	2008	18
F/32	Campinas *	trabalho/ supermercado	2008	24
M/27	Belo Horizonte	trabalho/caminhoneiro	2008	21
M/28	Diamantina (sede)	trabalho/pedreiro	2008	20
M/28	Belo Horizonte	trabalho/caminhoneiro	2008	20
F/?	Itabirito	acompanhar marido	2010	?
M/27	Diamantina (Sen. Mourão)	trabalho/garimpeiro	2011	22
F/23	Diamantina (sede)	estudo/Enferm. UFVJM	2012	19
M/23	Itabirito	trabalho/porteiro	2012	19
F/22	Itabirito	trabalho/caixa supermercado	2013	19
F/21	Itabirito	trabalho/bico em restaurante	2013	18
M/21	Itabirito	trabalho/em açougue	2013	18
M/22	Diamantina (Sen. Mourão)	trabalho/garimpeiro	2013	19
M/19	Itabirito	trabalho/supermercado	2013	16
F/20	Diamantina (sede)	estudo/BHU UFVJM	2014	18
F/19	Diamantina (Sen. Mourão)	casamento	2014	17
F/20	Diamantina (Sen. Mourão)	casamento, trabalho/faxineira	2014	18
F/18	Belo Horizonte	trabalho/ em loja	2015	17
F/18	Belo Horizonte	trabalho/ em padaria	2015	17
M/30	Itabirito	trabalho/operador de máquina	2016	30

Fonte: Dados da pesquisa/\* Estado de São Paulo

Segundo Carvalho *et al.* (2009) um dos fatores que contribui para a saída dos jovens rurais para os centros urbanos é a busca pela independência financeira por meio do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando trabalham na propriedade com seus pais. Em outro contexto, a juventude rural, quanto confrontada com o projeto futuro de permanência no campo reivindica uma série de melhorias, como acesso a lazer, espaços de convivência e qualidade em infraestrutura e serviços (SILVA, 2014). Portanto, para explicar a saída desses jovens das comunidades pode ser necessário considerar questões para além da busca do emprego.

Em Minas Gerais, a média de moradores por domicílios em aglomerados rurais ou povoados é de 3,4 de acordo com o censo de 2010. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Nas comunidades estudadas a média foi de 3,3 moradores, o que remete ao dado apresentado no censo. Já Paulino (2013), estudando a população rural do município de Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, encontrou uma média de 2,7 moradores por residência, dado explicado pelo êxodo rural em busca de trabalho pelos mais jovens.

Quanto ao grau de escolaridade foi observado que 43 moradores não completaram o ensino fundamental e 21 pessoas nunca estudaram em escola formal (TAB. 5).

Tabela 5 – Escolaridade dos moradores da comunidade de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 120).

<b>Escolaridade</b>	<b>Número de Pessoas</b>	<b>%</b>
Não estudou/Só assinam	21	17,5
Ensino fundamental incompleto	43	35,8
Ensino fundamental em andamento	31	25,8
Ensino fundamental completo	1	0,8
Ensino médio incompleto	6	5,0
Ensino médio em andamento	2	1,7
Ensino médio completo	4	3,3
Crianças fora da idade escolar	12	10,0

Fonte: Dados da pesquisa

Dados da PNAD de 2013 demonstram que a taxa de não alfabetizados na zona rural para pessoas com 15 anos ou mais era de 15,9%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Nas comunidades estudadas a taxa de analfabetismo foi mais alta se comparada aos valores nacionais, sendo de 17,5%.

Por outro lado, o fato de ser verificado entre os emigrantes de Braúnas e Lagoa da Pedra que há três estudantes universitárias e uma enfermeira pode contribuir para inspirar caminhos profissionais entre jovens em idade escolar das comunidades. Sob esse contexto, a UFVJM assume um importante papel na formação dos jovens da região, acolhendo os que concluíram o ensino médio, e propiciando a formação para a escolha profissional. Neste sentido a UFVJM tem como missão: “Produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional.”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, 2016). O acesso destes estudantes ao ensino superior em sua própria região poderá contribuir para uma formação mais próxima à realidade do Vale do Jequitinhonha e para suas potencialidades.

Em 2004, foi instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes na zona rural. O Programa repassa recursos financeiros em caráter suplementar aos estados e municípios. (BRASIL, 2004). Em 2007, foi criada uma linha de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, por municípios e estados, de veículos novos para o transporte escolar. (BRASIL, 2007). Em 2009, houve a ampliação dos benefícios do Programa para o ensino infantil e médio. (BRASIL, 2009). O município de Diamantina acessa esses recursos e os estudantes de Braúnas e Lagoa da Pedra têm sido beneficiados.

Contudo, por falta de melhorias na manutenção das estradas de acesso às comunidades, durante a estadia da pesquisadora para sua coleta de dados, foi relatado por moradores que o transporte escolar deixou de levar alunos de Lagoa da Pedra à escola de Senador Mourão, durante aproximadamente um mês, acarretando em prejuízos no rendimento escolar.

Em relação às questões ocupacionais e fontes de renda dos entrevistados, se destacou o trabalho rural autônomo, a renda por aposentadoria e por pensão (TAB. 6). Em relação aos subsídios provenientes de programas sociais do governo federal, foram observados que 13 participam do Bolsa Família e um acessa o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse resultado confirma a atual vocação agrícola da comunidade, principalmente para o plantio de feijão. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Tabela 6 – Fonte de renda/atividade ocupacional de moradores nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 67).

Rendimento		Citações
Trabalho		
Autônomo	Abertura de poço/cisterna (Sete Lagoas/MG)	1
	Diarista	1
	Dono bar/ponto comercial	2
	Garimpo	3
	Trabalhador rural	34
	Transporte/taxi	1
	Carteira assinada	Agente Comunitário de saúde
	Serviços gerais	1
	Trabalhador rural	1
Sem rendimento	Do lar	4
Aposentados		9
Pensionistas		9

Fonte: dados da pesquisa

Ribeiro *et al.*(2014) em pesquisa no Vale do Jequitinhonha observaram um elevado número de aposentados e pensionistas. Segundo os autores, esses recursos junto aos programas de transferência de renda e produção de autoconsumo são responsáveis por mudanças positivas na segurança alimentar, no bem-estar e no padrão de consumo das populações rurais. Nesse sentido, Aquino e Souza (2007) no município de Encanto, estado do Rio Grande do Norte observaram que a aposentadoria é responsável por mais de 50% da renda monetária em mais de 80% dos domicílios pesquisados e chega a ser a única fonte de renda para mais de 2/3 dos casos analisados. Já Kreter e Bacha (2006) em pesquisa sobre a avaliação da equidade da previdência no meio rural do Brasil verificaram a melhoria do bem estar social e melhoria da distribuição de renda através dos benefícios concedidos ao trabalhador rural, sendo a aposentadoria por idade a que mais impactou na qualidade de vida do beneficiário, assim como de seus familiares.

Segundo dados do IPEA (2010) no país, a porcentagem de trabalhadores não assalariados no meio rural é de 68%. Essa situação pode favorecer a fragilidade social dos trabalhadores, considerando que a ausência de qualquer relação de assalariamento dificulta o seu acesso aos direitos que compõem o patrimônio social associado às relações de trabalho, que segundo Garcia (2014) pode contribuir para a subsistência destas pessoas.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos anteriormente ao período de coleta de dados, foram citadas 54 atividades ocupacionais, sendo 10 relacionadas ao garimpo; cinco a trabalho em pedreira; três ao plantio e colheita de feijão; três a zeladores de propriedades rurais, duas a profissão de eletricitista; duas a profissão de cozinheiro, duas a carvoaria, duas a atendimento comercial, duas a mecânica/lanternagem de automóveis, além de outras 22 (vendedor ambulante, operador de áudio, manobrista, carvoaria, plantação e manutenção de eucalipto, pedreiro, vaqueiro, motorista de ônibus escolar, mecânico industrial, operador de máquinas, repositor de frios em supermercado, soldador, vigilante, transportadora, ajudante em draga de mineração, emprego doméstico). Segundo Buainain e Dedecca (2008) e Garcia (2014) no Brasil, existe uma informalidade e heterogeneidade de atividade exercidas por pessoas que moram no meio rural, sendo que muitas ocupações não estão ligadas à atividade neste espaço. Sendo assim, o relato de diferentes atividades exercidas pelos trabalhadores de Braúnas e Lagoa da Pedra pode estar relacionado à falta de acesso a atividades formais de trabalho.

Para o deslocamento dentro da própria comunidade foi mencionado por 19 entrevistados a utilização de motocicletas, por 11 a utilização de automóveis, por cinco a bicicleta e por três entrevistados o cavalo. Para o deslocamento para fora da comunidade foi mencionado por 17 entrevistados o fretamento de automóveis, por 11 a utilização de automóveis ou motocicletas próprias; por sete a solicitação de caronas, por seis o fretamento de motocicletas, por um o cavalo e por um o deslocamento a pé.

A maior utilização de motocicletas em relação ao transporte de tração animal é verificada por Riquinho e Hennington (2014) na região sul do Brasil e por Silva (2014), no estado de Goiás. Segundo Silva (2014) a substituição por motocicletas ocorre tanto para os afazeres diários quanto para o manejo do rebanho, sendo que a presença de cavalos ainda se mantêm sob uma perspectiva mais cultural na região estudada. Como em Braúnas e Lagoa da Pedra há poucas famílias que se dedicam à criação de gado, os cavalos não são comumente mantidos e nem utilizados em manejos, o que pode contribuir para a não utilização destes nos transportes pelas pessoas da comunidade.

Uma opção para o deslocamento, principalmente para fora da comunidade, já que não existe transporte público é o fretamento de automóvel. Nesta perspectiva, existe em Braúnas um morador que oferece este serviço como sua segunda opção de trabalho, uma vez que é proprietário de uma venda neste local.

Como não existe transporte público nas comunidades, pode haver dificuldade no acesso aos serviços públicos oferecidos no distrito de Senador Mourão, como aos serviços de

saúde. Nesse âmbito, Viegas *et al.* (2015) em estudo sobre fatores que influenciam o acesso ao serviço de saúde em município da região metropolitana de Belo Horizonte apontaram a distância da residência do usuário à unidade de saúde, a deficiência do transporte público e impossibilidade do pagamento de passagem de ônibus, como alguns dos fatores dificultadores do acesso à saúde.

Sobre a organização política da comunidade 24 entrevistados mencionaram participar como associados à Associação dos Produtores Rurais de Braúnas, e dois mencionaram também participarem de outras organizações, um como associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina e outro como membro do Conselho Consultivo do PARNA das Sempre Vivas. Nesse sentido, Matosinho *et al.* (2010) mencionam a importância das associações no meio rural como instrumentos para o alcance de objetivos mútuos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cidadania e do poder de reivindicação pelas populações rurais.

A participação no Conselho Consultivo de UC é paritária entre poder público e sociedade civil (BRASIL, 2000). Assim, a participação de um representante das comunidades estudadas no Conselho Consultivo do PARNA das Sempre Vivas torna-se importante para viabilizar a apresentação de seus anseios neste espaço de gestão da UC.

Dentre as 36 famílias entrevistadas, 33 mencionaram ser o domicílio particular próprio, sendo que desses 16 disseram que não possuem nenhum tipo de registro do imóvel, 10 citaram ter documento chamado de “registro de posse”<sup>3</sup>, quatro citaram que têm registro do imóvel em cartório, dois citaram que têm contrato de compra e venda e um citou que sua residência está no mesmo terreno pertencente aos seus pais. Três entrevistados relataram outros vínculos com os domicílios: dois o usam como emprestado e um reside como trabalhador na propriedade.

O censo agropecuário 2006 apresentou que 74,7% dos estabelecimentos familiares acessam suas terras na condição de proprietários e 170 mil (0,004%) agricultores acessam as terras como “assentados em titulação definitiva”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Em Minas Gerais, a percentagem desta última categoria é de 1,8%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). Nas comunidades estudadas, praticamente a metade dos entrevistados que mencionaram a posse do domicílio ainda não possuem documentação comprobatória, um valor bem acima do estadual e nacional. Esse fato mostra a precariedade da regularização

---

<sup>3</sup> Comprovante de que o processo de registro do imóvel está em andamento.

fundiária local, considerando que esta propicia uma série de benefícios aos agricultores familiares, como a segurança jurídica sobre a posse e domínio da terra, o acesso facilitado ao crédito rural e ao seguro rural. (MELO; MEDEIROS, 2014).

Na tabela 7 está representada a estrutura física das 36 casas de Braúnas e Lagoa da Pedra. Quanto ao tipo de cobertura das casas, 26 apresentam telha de barro, quanto ao piso 21 são de cimento e quanto ao tipo de parede 21 são de adobe. Foram observadas casas com um a 12 cômodos e até seis quartos. Em 31 casas há banheiros sendo os dejetos lançados em fossas rudimentares. Apenas uma pessoa da comunidade faz uso do banheiro da casa de um parente. Foi observado que para 29 casas a água é proveniente de poços ou nascentes e que para seis ela é captada diretamente de córregos próximos à residência. Para 28 casas a água é canalizada até o interior, para seis até o peridomicílio e em duas casas não há canalização de água. Em 33 casas a iluminação é proveniente de rede pública, sendo que 23 apresentam padrão de uso único e 10 compartilham o padrão duas a duas.

Além da água captada diretamente de cursos d'água superficiais foi observado que 13 casas apresentam captação de água pluvial, sendo 12 em Braúnas e uma em Lagoa da Pedra. A captação de água é realizada por canalização do telhado a uma cisterna de capacidade de 16.000 litros, doada pelo programa “Água para Todos” do governo federal, em parceria com o IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

O uso de adobe para a construção de paredes nas casas da maioria dos entrevistados pode estar associado ao domínio da tecnologia na comunidade, a disponibilidade de matéria prima adequada e à dificuldade de acesso ao tijolo industrializado, devido aos custos de transporte e do próprio material. Nesse âmbito, Corrêa *et al.* (2005) observam que a utilização do adobe é uma importante opção em edificações de baixo custo, além de ótimo conforto térmico e não consome energia elétrica para sua fabricação. Estes autores ainda acrescentam que o consumo de água para a produção do adobe é 60 vezes menor que para o tijolo de cimento.

Apesar das folhas de pindoba<sup>4</sup> serem utilizadas culturalmente na cobertura das construções na região, sua utilização fica mais restrita aos anexos no peridomicílio que são utilizados para o armazenamento, processamento e proteção dos animais. O baixo número de casas com cobertura de palha pode estar relacionado ao processo de expansão de energia elétrica referente ao programa “Luz para todos”, lançado em 2003 pelo Governo Federal.

---

<sup>4</sup> Palmeira típica nas localidades estudadas.

(COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, 2016). Segundo os moradores, o programa não contemplava casas com este tipo de cobertura.

Tabela 7 – Características estruturais de domicílios nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n=36).

Variáveis	Número de casas	%	Variáveis	Número de casas	%
<b>Tipo de parede</b>			<b>Número de quartos</b>		
adobe	21	58,3	um	7	19,4
alvenaria (alv.)	7	19,4	dois	7	19,4
pau-a-pique	3	8,3	três	6	16,7
alv. e adobe	2	5,6	quatro	14	38,9
bloco de cimento	1	2,8	cinco	1	2,8
alv. e madeira aparelhada	1	2,8	seis	1	2,8
adobe e pau-a-pique	1	2,8			
<b>Piso</b>			<b>Banheiro</b>		
cimento	21	58,3	intradomicílio	23	63,9
terra	7	19,4	peridomicílio	8	22,2
cerâmica e cimento	4	11,1	inexistente	5	13,9
cerâmica	3	8,3			
cimento e ardósia	1	2,8	<b>Destino dos dejetos</b>		
<b>Material de cobertura</b>			fossas rudimentares	32	88,9
telha de barro	26	72,2	diretamente peridomicílio	4	11,1
telha de amianto	5	13,9			
palha	4	11,1	<b>Origem da água</b>		
telha de barro, telha de zinco e amianto	1	2,8	poço ou nascente	29	80,6
			córrego do Leitão	5	13,9
			córrego do Atalho	1	2,8
			cisterna	1	2,8
<b>Número de cômodos</b>					
um	1	2,8	<b>Canalização de água</b>		
dois	3	8,3	dentro de casa	28	77,8
três	1	2,8	fora de casa	6	16,7
quatro	5	13,9	não canalizada	2	5,6
cinco	5	13,9			
seis	3	8,3	<b>Iluminação artificial</b>		
oito	6	16,7	rede pública	33	91,7
nove	4	11,1	candeeiro/lamparina	2	5,6
dez	2	5,6	lanterna	1	2,8
onze	1	2,8			
doze	1	2,8	<b>Padrão de energia</b>		
			exclusivo	23	63,9
			compartilhado (2 casas)	10	27,8
			não se aplica	3	8,3

Fonte: Dados da pesquisa

A média de morador por dormitório foi de 1,9, a média de cômodos por residência de 6,3 e o número de cômodos por morador foi de 1,9. Observou-se que no máximo quatro pessoas partilham o mesmo dormitório, sendo que moradores de 17 residências relataram

utilizar apenas um cômodo para dormir, de sete residências relataram utilizar dois cômodos, de sete residências relataram utilizar três cômodos, de quatro residências relataram utilizar quatro cômodos e em uma residência foi relatada a utilização de seis cômodos. A grande concentração de pessoas por cômodo pode favorecer a dispersão de estruturas de parasitos intestinais e conseqüentemente facilitar a contaminação. (ANDRADE *et al*, 2011, FORTES *et al.*, 2004). Cirqueira Júnior *et al.* (2015) estudando a ocorrência de parasitoses intestinais em comunidade quilombola do município de Diamantina, Minas Gerais, verificam que apesar da boa estrutura das residências em relação ao grande número de cômodos, existe uma concentração dos moradores em alguns cômodos para dormir, o que pode contribuir com a incidência das parasitoses no local.

Segundo dados da PNAD de 2013, 31, 9% dos domicílios rurais brasileiros acessavam o sistema de rede geral de abastecimento de água e 25, 2% não possuíam água canalizada internamente nos domicílios. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Nas comunidades estudadas 100% das residências são abastecidas com águas coletadas na própria comunidade, contudo, em 5,6% destas não têm água encanada e em 16,7% a canalização não chega ao interior das casas. De acordo com Razzolini e Günther (2008), a quantidade e a qualidade de água disponível influenciam as práticas de higiene pessoal, domiciliar e preparo de alimentos, resultando no controle e prevenção de doenças, aumento da expectativa de vida e produtividade econômica. Ainda segundo as autoras a utilização da água não canalizada pode contribuir para sua contaminação, se as condições de manuseio para sua coleta não foram realizadas com utensílios higienizados. Nesta perspectiva a realização de análises da qualidade da água na comunidade se torna fundamental.

Os dados levantados em Braúnas e Lagoa da Pedra mostram que não há tratamento de esgoto nas comunidades e a maioria das casas utiliza fossa rudimentar, o que remete à atual situação nacional. De acordo com PNAD de 2013, 87,4% dos domicílios rurais possuem ao menos um banheiro ou sanitário. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Segundo Costa e Gulhoto (2014) 75% da população rural brasileira não tem acesso ao tratamento ou coleta de esgoto, sendo que 48% desse total utiliza fossa rudimentar como o destino mais comum de dejetos. Segundo os autores este método não é considerado adequado para a coleta de esgoto, pois não evita a contaminação de águas superficiais ou subterrâneas, levando a agravos à saúde com altas taxas de mortalidade, principalmente por doenças feco-orais. Considerando os possíveis riscos dessa situação, é relevante buscar alternativas para a coleta adequada de dejetos nas comunidades estudadas, tal

como a fossa séptica biogestora, tecnologia social que tem sido implantada em comunidades rurais no país a baixo custo e que contribuem para o saneamento básico nestas regiões. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2010).

Foi observado que o lixo de 32 casas é queimado no próprio peridomicílio, de duas casas é enterrado, de uma é queimado e parte utilizado como adubo e uma casa o lixo é queimado ou enterrado. Segundo Coutinho *et al.* (2011) cerca de 80% da população rural no Brasil não dispõe de serviço de coleta de lixo, assim queimá-lo ou enterrá-lo tem sido a alternativa encontrada por agricultores. Contudo, segundo os autores, esta opção facilita a contaminação da população por agentes patogênicos, além causar prejuízos ambientais. De acordo com o IPEA (2010), essa situação evidencia dificuldades logísticas do serviço de coleta de lixo nessas áreas, além do potencial pouco aproveitado dos domicílios do campo em reaproveitar resíduos, como por exemplo, para a adubação da lavoura.

Em relação à presença de geladeira, apenas cinco casas na comunidade de Braúnas e Lagoa da Pedra não a tem. Paulino (2013) estudando agricultores familiares do município de Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, sugere que a aquisição da geladeira esteja diretamente relacionada à expansão da rede de energia elétrica na região, sendo importante para a preservação dos alimentos e, portanto, contribui para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias. Além disso, é importante relatar que a presença de geladeiras pode contribuir com a conservação de medicamento tanto de uso humano como uso veterinário, principalmente, como nas comunidades estudadas, que se encontram distantes dos centros que oferecem apoio a saúde.

Sobre o tipo de fogão, 24 casas apresentavam fogão a gás e fogão a lenha, 11 somente fogão a lenha e duas apenas fogão a gás. Como observado por Paulino (2013), a presença de fogão à lenha, em grande parte dos domicílios, sendo utilizado sozinho ou em conjunto com o fogão à gás, pode demonstrar que embora a vida moderna ofereça algumas facilidades, tradições costumam ser mantidas. Ainda segundo a autora, além da tradição, para a presença do fogão a lenha, deve-se ao fato da facilidade em encontrar lenha, com nenhum ou poucos gastos, ao passo que o gás possui um valor considerado alto para grande parte das famílias, além da dificuldade na aquisição destes.

Trinta pessoas disseram ter rádio e televisão e seis pessoas disseram não ter nenhum dos dois. Das pessoas que não possuem rádio em suas casas, uma escuta a programação da rádio pela televisão (Sky Tv), uma pelo celular e outra na casa de um vizinho. A rádio mais escutada pelos moradores é a 98,5 FM de Diamantina, (citada por 30 entrevistados), seguida da rádio Universitária (citada por quatro entrevistados), e depois pela

Itatiaia de Belo Horizonte (citada por dois entrevistados) e por fim a Morumbi-Curitiba e Brasília citada cada uma por um entrevistado. Foi verificado que a rádio mais escutada é também um meio de comunicação das pessoas das comunidades, recebendo recados por meio da programação da rádio.

Dentre os entrevistados 26 mencionaram que têm o hábito de cultivar hortaliças/legumes em horta no peridomicílio de suas residências. Todos os entrevistados disseram que o plantio em hortas é para consumo próprio da família, e apenas um disse que parte da produção é doada a outras famílias da comunidade. Foram citadas 37 variedades de hortaliças/legumes, sendo a alface, a cenoura, a beterraba e a couve as mais mencionadas (TAB. 8). Para adubação das hortaliças/legumes foi citado o uso de esterco de boi (25 citações), de esterco de galinha (três citações), de esterco de cavalo (duas citações), adubo químico (duas citações) e restos de alimentos (uma citação). Para o manejo das hortas houve uma citação de uso de inseticida para controle de pragas.

Tabela 8 – Alimentos cultivados nas hortas das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 26).

Hortaliças/legumes	Citações	Hortaliças/legumes	Citações
Alface	23	Brócolis	3
Cenoura	23	Maxixe	3
Beterraba	22	Pimenta	3
Couve	22	Abóbora	2
Alho	17	Espinafre	2
Tomate	14	Ora-pro-nobis	2
Cebolinha	11	Taioba	2
Cebola/ Cebola de cabeça	11	Vagem	2
Salsa/Salsinha	11	Abóbora d'água	1
Repolho	9	Alho poró	1
Almeirão	8	Berinjela	1
Mostarda	7	Caxi	1
Pimentão	7	Chicória	1
Quiabo	5	Chuchu	1
Cebola de folha	4	Inhame	1
Coentro	4	Pepino	1
Jiló	4	Verdura	1
Abobrinha	3		

Fonte: Dados da pesquisa

O cultivo de alimentos em quintais fora do espaço da horta foi mencionado por 35 pessoas, totalizando 67 tipos de vegetais, sendo os mais citados: mandioca, laranjeira, bananeira, milho, cana e mangueira (TAB. 9). Treze entrevistados mencionaram a quantidade de alguns alimentos produzidos na última colheita (QUADRO 1).

Tabela 9 – Plantas cultivadas nos peridomicílios, fora do espaço da horta, das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 35).

Vegetais	Citações	Vegetais	Citações	Vegetais	Citações
Mandioca	24	Melancia	5	Cará – moela	1
Laranjeira	23	Abacate	4	Carambola	1
Bananeira	19	Ameixa	4	Cebola	1
Milho	18	Arroz	4	Cereja	1
Cana	16	Lima	4	Coco	1
Mangueira	16	Pitanga	4	Fava	1
Limão	14	Jambolão	3	Fava branca	1
Mamão	12	Maxixe	3	Feijão de corda	1
Abóbora	10	Pimenta	3	Flores	1
Acerola	10	Romã	3	Gengibre	1
Abacaxi	9	Amendoim	2	Graviola	1
Goiaba	9	Caxi	2	Jambo	1
Café	8	Chuchu	2	Jenipapo	1
Quiabo	8	Cidra	2	Jiló	1
Maracujá	7	Fruta do conde	2	Jurubeba	1
Uva	7	Lichia	2	Maçã	1
Caju	6	Açaí	1	Mexerica	1
Feijão	6	Algodão	1	Pimentão	1
Jaboticaba	6	Almeirão	1	Pocan	1
Urucum	6	Berinjela	1	Ruibarbo	1
Amora	5	Canela	1	Saião	1
Andú	5	Capim cidreira	1	Tamarindo	1
Batata doce	5				

Fonte: Dados da pesquisa

O destino da produção das hortas e quintais principalmente para o autoconsumo tem sido relatado em outras comunidades rurais do Alto Vale do Jequitinhonha. (RIBEIRO *et al.* 2007; PAULINO *et al.*, 2014). Vieira e Lee (2009) ressaltam que é fundamental a valorização dos quintais rurais, pois são esses espaços que garantem a segurança e qualidade alimentar para os agricultores, permitem a conservação da agrobiodiversidade e valorizam os aspectos culturais da agricultura familiar.

Entre os produtos que são processados na própria propriedade as quitandas (bolos, pães e biscoitos) foram mencionadas oito vezes, seguidos da farinha de mandioca mencionada sete vezes, pelo queijo/requeijão mencionados cinco vezes, pelo doce de leite mencionado três vezes e por fim, pelo doce de frutas e pela garapa mencionados cada um uma única vez. Dos produtos processados foi verificada a comercialização de queijo (60 unidades por mês); de doce de leite (60 quilos por mês) e de farinha de mandioca (860 litros da última colheita).

Quadro 1 – Quantidade de alimentos colhidos nos peridomicílios das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais (n = 12).

<b>Produtor</b>	<b>Alimentos (última colheita)</b>
1	1000 melancias, 20 sacos de arroz e 18 sacos de feijão
2	2000 pés de abacaxi
3	20 sacos de laranjas, 30 carinhos de mandioca e 10 cachos de banana
4	a quantidade de mandioca que equivale a 860 litros de farinha
5	a quantidade de mandioca que equivale a 40 pratos de farinha
6	cinco sacos de milho e oito sacos de café
7	cinco sacos de milho e meio saco de feijão
8	três sacos de urucum
9	três sacos de milho
10	três sacos de café
11	dois sacos de milho
12	cinco cestos de milho
12	um saco e meio de mandioca

Fonte: Dados da pesquisa

A criação de animais de produção e/ou de estimação foi relatada por 34 entrevistados. Foram mencionados 11 tipos de animais, sendo o cachorro o mais difundido entre as famílias, seguido das galinhas (TAB. 10). Os entrevistados relataram que a criação de animais é para consumo próprio da família, sendo que cinco mencionaram também que a produção pode ser destinada à venda. A venda de galinhas foi mencionada por quatro pessoas, a de boi por duas pessoas, a de porcos por uma pessoa e a de equinos por outra pessoa.

Foi mencionada por dois entrevistados a venda de ovos e por um a venda de carne bovina.

Quanto à presença de estruturas no peridomicílio 17 entrevistados citaram a presença de galinheiro, seis citaram a presença de curral, seis citaram chiqueiro e um citou a existência de tanque para criação de peixe. Para a preparação e armazenamento de alimentos, foi citada a presença de 10 paióis, três engenhos, oito fornos, quatro casas de farinha e cinco estruturas para armazenamento de mantimentos. Também foi mencionada a presença de duas estruturas para armazenamento de lenha e três garagens.

Tabela 10 – Número de animais de produção e/ou de criação nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 34).

Animal	Número	Citações
Bovinos	107	9
Cachorro	69	24
Codorna	2	1
Equinos	22	7
Galinha	697	22
Galinha d'angola/Cocá	6	2
Gato	16	11
Papagaio	1	1
Pato	40	5
Peru	2	1
Porco	10	3

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o censo agropecuário de 2006 o setor da agricultura familiar produz nacionalmente 58,0% do leite (vaca e cabra) e possuem 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves e 30,0% dos bovinos do país (IBGE, 2006). Contini *et al.* (2012) estudando a produção de alimentos por agricultores familiares do Mato Grosso do Sul, verificaram que as principais criações de animais são de gado leiteiro, gado de corte e criação de galinha. Já Paulino *et al.* (2014) estudando os produtores rurais de Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, verificaram que a criação de animais é destinada tanto para o consumo como para venda, sendo realizada por grande parte dos produtores. Diferente deste perfil, em Braúnas e Lagoa da Pedra foi verificado um reduzido número de criação de animais para o consumo ou para a comercialização. Esta característica pode estar relacionada à ocupação dos espaços para as plantações, onde a presença de animais levaria a prejuízos, segundo mencionado por entrevistados durante a coleta de dados.

Dentre os entrevistados, 26 mencionaram possuir roça<sup>5</sup>, sendo que quatro relataram que a roça fica a menos de um quilômetro de distância de suas casas, 14 relataram que a distância da roça até a casa é de dois quilômetros, quatro disseram que a roça fica a três quilômetros de suas casas, um que fica a cinco quilômetros, um que fica a oito quilômetros e dois que ficam a nove quilômetros.

Para os trabalhos de cultivo e colheita dos alimentos nas roças foi relatado pelos entrevistados o envolvimento de uma a quatro pessoas da própria família, sendo que na

<sup>5</sup> Roça ou roçado da comunidade Braúnas/Lagoa da Pedra: espaço de produção na margem do Rio Jequitinhonha ou próximo às lagoas formadas pelas enchentes anuais do Rio. Essa região é chamada localmente de “vargem”, “baixa” ou “margem”. A principal produção nesses locais é a de feijão.

maioria das vezes apenas uma única pessoas é envolvida. Por outro lado, foi relatada a contratação de serviços no período de plantação e colheita dos alimentos (TAB. 11).

Tabela 11 – Número de pessoas envolvidas na plantação e colheita de alimentos nas roças das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 26).

<b>Trabalhadores da própria família</b>	<b>N. de famílias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>Total</b>
	11	1	11
	9	2	18
	3	3	9
	3	4	12
<b>Subtotal</b>	26	-	50
<b>Pessoas contratadas por família</b>	<b>N. de famílias</b>	<b>Trabalhadores contratados</b>	<b>Total</b>
	6	0	0
	5	2	10
	2	3	6
	3	4	12
	2	5	10
	5	6	30
	1	10	10
	2	20	40
<b>Subtotal</b>	26	-	118

Fonte: Dados da pesquisa

Os entrevistados relataram plantar feijão, milho e arroz em suas roças. A produção de feijão da última colheita, em 2015, foi estimada em 67,14 toneladas principalmente da variedade feijão carioca/carioquina, a de milho foi de 10 toneladas e a de arroz 360 quilos. Além do feijão carioca foi relatado o cultivo do feijão rosinha, do preto, o bico de ouro e o rosinha. A produção de feijão tem como destino principal a comercialização, que segundo os entrevistados são vendidos para atravessadores da cidade de Bocaiúva, Minas Gerais.

Na figura 5, fotografia de plantação de feijão em área de vargem, com colheita manual e utilização de trator com batedeira para debulhar os grãos.

Todos os entrevistados responderam que não há incentivo municipal para comercialização da produção.

No manejo nas plantações foi mencionada a utilização de herbicidas para o controle de ervas daninhas (13 citações) e inseticidas para o controle de pragas (cinco citações).

Figura 5 – Colheita de feijão na comunidade de Braúnas, Diamantina, Minas Gerais, julho de 2016.



Fonte: arquivo pessoal de BARROS, A.C., 2016

Em relação à produção vegetal da agricultura familiar, o censo agropecuário de 2006 destacou que este segmento é responsável por 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (principalmente as variedades feijão-preto, fradinho e de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café e 34,0% do arroz (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). Paulino (2013), em estudo da produção e comercialização da agricultura familiar em Couto de Magalhães de Minas, relatou que a produção das hortas e quintais é principalmente de alface, couve, cebolinha, cenoura, feijão, milho e cana de açúcar. Naquele município, as principais frutíferas cultivadas são laranja, goiaba, banana e manga. Já em Braúnas e Lagoa da Pedra a produção é principalmente de feijão para a comercialização e autoconsumo, de mandioca para o autoconsumo e venda de farinha e de milho para a alimentação e animais.

Nas comunidades estudadas, em geral, há maior número de pessoas contratadas para o plantio e colheita dos alimentos produzidos, quando comparado ao quantitativo de pessoas da própria família. Estes dados diferem do apresentado no censo agropecuário de 2006, em que 90,0% das pessoas ocupadas na agricultura familiar tinham laços de parentesco com o produtor, o que caracteriza a união de esforços em torno de um empreendimento comum. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Como abordado por Vieira e Lee (2009), o uso de substâncias agrotóxicas quase não é realizado nos quintais rurais, pois a produção é destinada primeiramente para o consumo das próprias famílias. Apesar da pouca utilização de herbicidas e inseticidas nas produções do autoconsumo, as populações de Braúnas e Lagoa de Pedra podem estar em risco por exposição aos agrotóxicos utilizados para o manejo da cultura de suas roças e estar sofrendo agravos diretamente relacionados a essa situação.

Segundo Silva *et al.* (2005), dentre os sintomas causados por agrotóxicos relatados por trabalhadores na região metropolitana de Belo Horizonte estão formigamento dos membros inferiores, epigastralgia, cefaleia, tontura, alterações da memória e do sono, além de uma série de alterações em exames laboratoriais, alguns deles sugerindo quadros de imunodepressão e envelhecimento metabólicos precoces.

Em estudo com trabalhadores plantadores de tabaco no Rio Grande do Sul, Mesquita *et al.* (2014) relatam que dentre os agravos relacionados ao modo de produção desses trabalhadores estão os acidentes e intoxicações com agrotóxicos e informam que existe relação entre a causa de diversos tipos de câncer à exposição desses produtos. Santana *et al.* (2013) explicam que a intoxicações por agrotóxicos que ocorrem nas atividades vinculadas ao trabalho são classificadas como acidentes de trabalho e são decorrentes da ingestão, inalação ou absorção dérmica. Os autores pontuam que essas intoxicações são um problema de saúde pública e ocorrem, na maioria, com trabalhadores da agropecuária.

Considerando a relação de uso de materiais da natureza, todos os entrevistados disseram que utilizam lenha ou madeira, 34 disseram que comem frutas do mato, 27 citaram que usam argila/barro em suas casas, 18 citaram a utilização de areia (construção), 17 disseram que pescam e usam pedras (construção) e uma pessoa citou o uso de sementes. Em relação às frutas do mato consumidas, o pequi (32) foi o mais citado, seguido de panã (31), mangaba (28) e gabioba (15) (TAB. 12).

Tabela 12 – Frutas do mato utilizadas para alimentação nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 34).

Frutas	Citações
Araçá	5
Bacupari	4
Cagaita/Cagaiteira	9
Cajuzinho do mato	1
Coco catulé/pindoba	2
Espicha mutambo/ Estica mulambo	2
Gabiroba	15
Grão de galo	1
Jaboticaba do mato/Jaboticabinha do mato/Jaboticaba	9
Jatobá/Jatobá da Mata Virgem	11
Mandapuçá	2
Mangaba	28
Maracujá do mato	1
Marmelo	1
Murici	2
Panã	31
Pequi	32
Rufão	4

Fonte: Dados da pesquisa

Foram citadas pelos entrevistados 139 plantas medicinais, sendo 71 autóctones - plantas nativas do bioma local (TAB. 13), 52 alóctones - plantas cultivadas no local (TAB. 14) e 16 ruderais - plantas espontâneas não nativas do bioma local (TAB. 15). Das 139 plantas citadas, foram coletadas 129, depositadas no Herbário Diamantina da UFVJM e estão em processo de identificação botânica (APÊNDICE 3), outras 10 não foram coletadas por se encontrarem subterrâneas sem parte vegetativa exposta, ou por terem sido mencionadas sem existirem na comunidade.

Em relação ao bioma em que as comunidades estudadas estão inseridas é importante destacar que o Cerrado está entre os seis “*hotspots*” prioritários para a conservação mundial de espécies nativas (TRINDADE-FILHO; LOYOLA, 2011), sendo a segunda maior área de plantas nativas do país (CARAMORI *et al*, 2004), com mais de 6.000 plantas vasculares com valor alimentício e medicinal. (SOUZA; FELFILI, 2006).

Para cada planta mencionada pela população foram levantadas as seguintes informações: nome popular, local de ocorrência, parte utilizada, forma de preparação do remédio caseiro e o motivo da utilização. Para a forma de preparação dos remédios caseiros e

o motivo da utilização foi realizada uma padronização para melhor apresentação das respostas dos entrevistados (APÊNDICE 4). Foram mantidas as indicações terapêuticas na forma citada originalmente.

Apesar do grande número de plantas utilizadas como medicinais nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, a maior parte delas foi mencionada não mais que por três entrevistados (113 plantas) e entre as 100 citações terapêuticas associadas, 56 foram mencionadas apenas uma vez. Segundo Alencar *et al.* (2014), se um sistema de medicina local apresenta um número reduzido de espécies com eficácia para um determinado agravo à saúde, este fato é indicador de fragilidade desse sistema, pois se ocorre a extinção dessas espécies vegetais ou a perda de um membro da comunidade que domina esse conhecimento as informações relacionadas não poderão ser mais utilizadas.

As plantas mais mencionadas foram hortelã roxo, poejo/poejinho, canguçu/canguçu branco; capim cidreira/erva cidreira de capim; boldo; erva cidreira e a carqueja. Já as plantas que apresentaram maior número de motivos para o uso foi canguçu/canguçu branco, boldo e carqueja (TAB 13, TAB, 14).

Pilla *et al.* (2006), em inventário das plantas medicinais conhecidas e usadas pela população do distrito de Martim Francisco, município de Mogi-Mirim, São Paulo mencionam o uso do hortelã para doenças relacionadas com parasitas, o capim cidreira para problemas do sistema nervoso e respiratório, o boldo para afecções do sistema digestivo e a carqueja para diabetes e dor no estômago e o poejo/poejinho para gripe e bronquite, sendo estas indicações terapêuticas comuns às verificadas neste estudo.

Santos *et al.* (2008) em estudo das plantas utilizadas para as principais doenças de maior ocorrência de uma comunidade rural no entorno de UC, no município de Natividade da Serra, São Paulo mencionaram o uso de boldo e carqueja para problemas de digestão e o capim cidreira/erva cidreira de capim para pressão alta, indicações comuns à presente pesquisa. Já o hortelã foi citado para tratamento de dor de urina e dor de bexiga, uso diverso do mencionado pelas comunidades estudadas. Na pesquisa de Pinto *et al.* (2006) sobre o conhecimento popular de plantas medicinais de comunidades rurais da mata atlântica no estado da Bahia, hortelã roxo, o capim cidreira/erva cidreira de capim, o boldo e a carqueja também foram citados, no entanto seus usos não foram explicitados.

Devido ao número e ao espectro de indicações terapêuticas mencionadas, o canguçu ou canguçu branco pode ser considerado um importante recurso vegetal para a saúde local de Braúnas e Lagoa da Pedra. Calixto e Ribeiro (2004) em trabalho sobre o uso de

plantas medicinais no Alto Vale do Jequitinhonha relatam que o canguçu branco foi a planta mais citada coletada em regiões de “chapada”<sup>6</sup>.

Em relação às partes das plantas utilizadas para a preparação dos remédios caseiros, a folha foi a mais mencionada pelos entrevistados sendo citada 80 vezes, seguida pela raiz citada 38 vezes. O chá fervido foi a principal forma de preparo sendo citado 90 vezes e a gripe o principal motivo mencionado pelos entrevistados para utilização das plantas sendo citado 36 vezes, seguido por problemas nos rins, mencionado 22 vezes (TAB. 13, TAB. 14, TAB. 15).

Em outros estudos etnobotânicos a folha também foi a parte dos vegetais mais utilizada para preparos de remédios caseiros (PILLA *et al.*, 2006; PINTO *et al.*, 2006; SANTOS *et al.*, 2008; SILVA; FREIRE, 2010; CUNHA; BORTOLOTTTO, 2011). Já Silva e Freire (2010) mostraram que para preparações com plantas nativas da caatinga, as cascas e raízes são mais mencionadas, enquanto que para as plantas exóticas, a parte mais utilizada foi a folha e discutem que este resultado pode estar relacionado a maior disponibilidade dessa parte da planta nas espécies exóticas durante o ano.

O chá como a principal forma de preparação é também mencionado em outros trabalhos (PILLA *et al.*, 2006; PINTO, *et al.*, 2006; SILVA; FREIRE, 2010; CUNHA; BORTOLOTTTO, 2011). Silva e Freire (2010) em estudo com populações do entorno de UC da caatinga do Rio Grande do Norte verificaram que o chá é a forma mais utilizada para preparar remédios caseiros para plantas exóticas (62%) ou nativas (45%). Cunha e Bortolotto (2011), em estudo etnobotânico das plantas medicinais utilizados pelos moradores do assentamento Monjolinho, município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, observaram que o modo de administração dos remédios caseiros mais citado foi por via oral, sendo o chá a forma principal (77%).

O uso de plantas medicinais para tratar principalmente problemas respiratórios, que incluem a gripe, é também relatado em outros estudos etnobotânicos. (SOUZA; FELFILI, 2005; PILLA *et al.*, 2006; PINTO, *et al.*, 2006; SILVA; FREIRE, 2010; CUNHA; BORTOLOTTTO, 2011). Souza e Felfili (2005) em estudo do uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, Goiás, verificaram que 19% dos usos discriminados são para problemas respiratórios, incluindo a gripe.

---

<sup>6</sup> [...] região alta, plana, com uma vegetação característica, onde predominam plantas herbáceas e arbustivas, mas de terras pouco férteis. (p.12)

Tabela 13 – Plantas autóctones mencionadas pelos entrevistados das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra utilizadas como remédios caseiros, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
1 Alcaçuz	1	campo	raiz	chá fervido	gripe
2 Alecrim da vargem	2	vargem	folha	chá fervido	gripe; febre; sarampo; tosse
3 Amarelinha	1	tabuleiro	raiz	põe na água	rins
4 Araçazinho	1	tabuleiro	folha; casca	chá fervido; põe na água	gastrite; úlcera; infecção do estômago
5 Arnica	2	campo	folha	coloca no álcool	dor (passa na pele)
6 Arruda do campo	1	campo	folha	chá fervido	falta de ar
7 Assa-peixe branco	1	roça	folha	chá fervido	gripe
8 Assa-peixe roxo	1	quintal	folha	chá fervido; infusão	vias respiratórias; antisséptico
9 Bacupari	1	tabuleiro	raiz	garrafada vinho	depurativo
10 Barbatimão	3	tabuleiro	entre-casca	chá fervido; põe na água	cicatrizante (banho); câncer (toma); hemorroidas
11 Barroca	1	só na Fazenda Buriti	folha	chá fervido	gripe (não deve tomar de barriga cheia)
12 Bolsa de pastor	2	baixa	folha	chá fervido	parto e banho para hemorragia e inchaço; inflamação
13 Braço forte	2	horta/quintal	raiz	coloca na pinga	depurativo
14 Bugre	2	mata; horta/quintal	folha	chá fervido; infusão	para tudo; rins
15 Buta	3	horta/quintal; mato	raiz	esfrega/bate e põe na água	depurativo; estômago; infecção útero; digestão
16 Cagaiteira	2	tabuleiro	folha; fruto	chá fervido (folha); esfrega/bate e põe na água (fruto)	pressão; intestino preso; emagrecer
17 Calunga	1	mato	tronco (pau)	põe na água	vermífugo (toma em jejum de manhã)
18 Canela de Perdiz (Perdiz; Pé de Perdiz)	6	campo; baixada; chapada; beira de estrada	raiz	chá fervido; infusão; coloca na pinga	rins; inflamação; broto; depurativo; varize (banho); inflamação de pele
19 Canela Sassafrás	1	beira de córrego	casca	chá fervido	para voz; tosse

(continua...)

Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
20 Cangussú/Cangussú branco	16	chapada; campo; cerrado; alto do morro; campo sujo; fora da comunidade	raiz	chá fervido; infusão; coloca na pinga; garrafada vinho	bom para ter; dor no corpo; picada de bicho; gripe; resfriado; depurativo; antibiótico; para tudo; reumatismo; para criação
21 Carapiá	4	tabuleiro; campo	raiz	rapé; chá fervido	sinusite (para cheirar); febre; liga osso; gripe
22 Carobinha	3	campo sujo (arenoso)	folha	chá fervido; garrada vinho; coloca na pinga	pele; depurativo; infecção (banho)
23 Carqueja	10	horta/quintal; beira de córrego; brejo; baixa; mato; campo	folha	chá fervido; infusão; esfrega/bate e põe na água; coloca na pinga	pressão alta; estômago; vermífugo; dor de cabeça; depurativo; dor; emagrecer; diabete
24 Cavalinha (Rabo de cavalo)	1	brejo; beira do córrego	folha	chá fervido	antibiótico; rins com rinheira
25 Cervejinha (Sabão de bugre)	3	tabuleiro; quintal	raiz	esfrega/bate e põe na água	pedra nos rins; rins
26 Chá de Dotô (Lacraieira; Chá Podre; Dotô)	7	margem de rio; campo; chapada	folha; raiz	chá fervido; infusão; esfrega/bate e põe na água	gripe; estômago; dor de barriga; digestão; cabeça; infecção por dentro
27 Chápeixe	1	chapada	folha	infusão	dor nas vistas
28 Chapéu de couro	4	brejo; beira do córrego	folha	chá fervido; infusão	rins
29 Cipó caboclo	2	beira de vargem; serra (pedreira)	raiz; cipó	chá fervido; coloca na pinga	coluna
30 Cipó de sebo	2	beira de estrada; campo	folha	esfrega/bate e põe na água	ulcera (tomar em jejum de manhã); estômago; dor de cabeça
31 Cipó unha de gato	1	horta/quintal	folha	coloca na pinga	impotência sexual
32 Cipó trindade	1	terra boa	casca (caule), folha	chá fervido	febre; gripe; tosse; estimulante
33 Cipó cravo	1	horta/quintal	casca (caule)	chá fervido	estimulante; gripe
34 Copafba	1	tabuleiro	óleo	ao natural	cicatrizante (passar); infecção (tomar ao natural)
35 Dom Bernardo	1	tabuleiro	folha	chá fervido	pressão
36 Erva de bicho	1	tabuleiro	folha; raiz	chá fervido	hemorroidas (banho)

(continua...)

Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
37 Espinheira santa	2	margem	folha	infusão; chá fervido	rins
38 Fumo bravo		horta/quintal	raiz	chá fervido	antibiótico; pneumonia
39 Grão de Galo	2	tabuleiro	entre-casca; raiz	chá fervido	para dormir; depurativo; broto na pele
40 Imbaúba	1	horta/quintal	folha; flor	chá fervido	rins (folha); pneumonia (flor)
41 Japacanga	1	roça	raiz	esfrega/bate e põe na água	rins
42 Jatobá	1	mata	resina	chá fervido	dor de barriga
43 Jenipapo	1	quintal	fruto	licor; ao natural	fortificante
44 Laranjeira brava	1	horta/quintal	flor; folha	chá fervido; infusão	gripe; batimento forte
45 Maminha de cachorro/Leiteira	3	mata; horta/quintal	raiz	chá fervido; garrafada vinho; coloca na pinga	depurativo
46 Mangaba	1	chapada	seiva	ao natural	hipertensão; diabete
47 Massambê	1	campo	entre casca	põe na água	gastrite
48 Monjolo	2	chapada	semente	coloca na pinga; chá fervido; rapé	reumatismo (passa); dor dente; dor de cabeça
49 Mulher pobre	1	horta/quintal	folha	chá fervido	antibiótico pós parto (banho)
50 Mulungu	3	tabuleiro; beira de córrego	entre-casca; casca (tronco)	chá fervido	para dormir; levanta o moral; pressão
51 Pacari	2	campo; mata	entre-casca	esfrega/bate e põe na água; põe na água	estômago
52 Papaconha	2	tabuleiro; chapada	raiz	chá fervido	gripe
53 Pau d'óleo	1	baixada	óleo	ao natural	Inflamação
54 Pau terra	1	tabuleiro	entre-casca	infusão; põe na água	dor de barriga
55 Pau magro	1	terra boa	folha	chá fervido	inflamação; varize (banho)
56 Pessegueiro do mato	1	tabuleiro; chapada	folha	esfrega/bate e põe na água	vermífugo
57 Pitanga	1	horta/quintal	folha	chá fervido	vermífugo
58 Poainha	1	baixa	raiz	chá fervido	gripe
59 Pregadinho	1	tabuleiro; chapada	raiz	chá fervido	dor de barriga

(continua...)

Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
60 Pustemeira	7	baixa; vargem; chapada; campo	raiz	chá fervido; infusão; coloca na pinga	garganta; inflamação; infecção; depurativo; rins; machucão por dentro
61 Quina (Quina de vara; Três quina)	4	chapada; tabuleiro	raiz	infusão; põe na água	vermífugo
62 Rinheira	8	cerrado; serra; campo; chapada; mato	folha	chá fervido; infusão	rins
63 Ruibarbo	1	campo	raiz	chá fervido; garrafada vinho	depurativo
64 Rufão	1	mata	folha; raiz	chá fervido	hemorroidas (banho)
65 Salsaparrilha	3	baixa; horta/quintal	raiz	infusão; coloca na pinga	infecção no útero; pós parto; inflamação para mulher; rins
66 Sangue de Cristo	1	encosta de serra	folha	chá fervido; infusão	para chagas intestinal; ressecamento; bebedeira
67 Sapê	1	horta/quintal	broto da raiz	chá fervido	para nascer dente
68 Sucupira	1	tabuleiro	entre-casca	põe na água	abrir apetite para quem bebe demais e não quer comer
69 Sucupira branca	1	tabuleiro	entre-casca	põe na água	dor de barriga
70 Tiuzinho	1	campo	folha	chá fervido	parto (banho)
71 Unha d'anta	3	chapada; mata	casca tronco; raiz	chá fervido; põe na água	vermífugo; gripe (casca da raiz)
72 Velame	7	mato perto de casco; chapada; campo; cerrado	raiz	chá fervido; garrafada vinho	depurativo; broto; áfita; pele

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 14 – Plantas alóctones mencionadas pelos entrevistados das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra utilizadas como remédios caseiros, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Nome popular	Citações	Local de Coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
1 Acerola	1	horta/quintal	fruta	suco	gripe, anemia
2 Alecrim	1	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão	calmante
3 Alfavaquinha	1	horta/quintal	folha	chá fervido	garganta; tempero
4 Algodão	7	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão; uso com macilica	rins; dor de barriga; depurativo; intestino; infecção útero

(continua...)

Nome popular	Citações	Local de Coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
5 Amora	1	horta/quintal	folha	infusão	inflamação; menopausa
6 Alho	1	horta/quintal		chá fervido	gripe
7 Artimigio	4	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água; infusão	pressão alta
8 Babosa	1	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água	vermífugo
9 Babosa 1	1	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água	vermífugo
10 Boldo	11	horta/quintal	folha	chá fervido; esfrega/bate e põe na água fria	estômago; dor de cabeça; ressaca; febre; gripe; dor de barriga fígado; boca amargando
11 Café	1	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água	limpar o útero quando menino morre; abortiva
12 Cana bananeira	1	horta/quintal	folha	chá fervido	pressão; rins
13 Canela	1	horta/quintal	folha; casca	chá fervido	estimulante
14 Capim cidreira/Erva cidreira de capim/Erva Cidreira	13	horta/quintal	folha; raiz	chá fervido; infusão	gripe; expectorante; pressão alta ; febre; insônia; calmante
15 Doril (boldinho)	1	horta/quintal	folha	põe na água	dor de cabeça
16 Elevante (Alevante)	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
17 Erva cidreira/ Erva cidreira de folha	10	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão	para o dia-a-dia; gripe; pressão alta; febre; falta de ar; não deve tomar de barriga cheia
18 Espada de São Jorge	1	horta/quintal	folha	ao natural	benção para o fígado
19 Eucalipto	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
20 Eucalipto "cheiroso"	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
21 Funcho	7	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão	calmante; gripe; insônia; para o dia-a-dia
22 Goibeira vermelha/Goibeira	2	horta/quintal	folha; casca	chá fervido	dor de barriga (folha); carne frouxa do dente (casca tronco)
23 Gengibre	4	horta/quintal	raiz	infusão; chá fervido	garganta
24 Hortelã (Hortelã roxo)	19	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão	gripe; garganta; digestão; vermífugo; chiado
25 Hortelã (Hortelã branco)	1	horta/quintal	folha	chá fervido;	gripe; digestão;

(continua...)

Nome popular	Citações	Local de Coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
26 Imburana	1	Chapada	semente	infusão; coloca na pinga	gripe
27 Inhame	1	horta/quintal	raiz	cozida pura	depurativo; para pele
28 Jambolão	1	horta/quintal	semente	soca e coloca na comida; tintura	giabetes
29 Laranja da terra	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
30 Laranjeira	1	horta/quintal	flor; folha	chá fervido	gripe
31 Limão galego (limão)	2	horta/quintal	folha; fruto	chá fervido; suco	dor de barriga (suco); gripe; resfriado (folha)
32 Losna	4	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água	pressão alta; digestão; estômago; cólica
33 Macilica	5	horta/quintal	folha	chá fervido; põe na água fria; toma com folha de algodão	dor de cabeça; gripe; dor de barriga; febre
34 Mamão	2	horta/quintal	folha; flor	chá fervido	colesterol (flor e folha); estômago (folha)
35 Manga espada	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
36 Manjeriço	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
37 Manjeriço branco	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
38 Manjerona	1	horta/quintal	planta toda	chá fervido; coloca na pinga	reumatismos
39 Maracujá	1	horta/quintal	folha	amassa a folha e toma o sumo	infecção por dentro (pancada); pressão alta
40 Melão de São Caetano	2	horta/quintal	folha; fruto	esfrega/bate e põe na água; ao natural (fruto)	dor de cabeça; febre; dor no corpo; vermífugo (fruto)
41 Menta	1	horta/quintal	folha	chá fervido	gripe
42 Milho	1	horta/quintal	cabelo; palha	chá fervido	rins; dor de barriga; depurativo; intestino; infecção útero
43 Pimenta dedo de moça	1	horta/quintal	fruta	xarope	tosse de resfriado
44 Piteira	1	horta/quintal	raiz	coloca na pinga; vinho de cana	anemia; rins; depurativo
45 Plorides	1	horta/quintal	folha	chá fervido	antibiótico; pneumonia
46 Poejo/Poejinho	18	horta/quintal	folha; rama	chá fervido; infusão	gripe; chiado/bronquite; pneumonia
47 Romã	2	horta/quintal	casca da fruta	chá fervido; infusão	estômago; garganta (gargarejo)

(continua...)

Nome popular	Citações	Local de Coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
48 Saião	5	horta/quintal	folha	infusão; bate no liquidificador e esquenta	inflamação; rins; dor de ouvido; pressão; infecção no útero; tóxico para beber
49 *	1	horta/quintal	folha	esfrega/bate e põe na água	dor de cabeça; qualquer dor
50 Urucum branco	3	horta/quintal	semente	chá fervido	tosse; expectorante; gripe; pneumonia
51 Vick	4	horta/quintal	folha	chá fervido; infusão; inalação	gripe; chiado; desentupir o nariz

\*Planta utilizada, mas não sem receber nenhum nome na comunidade

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 15 – Plantas ruderais mencionadas pelos entrevistados das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra utilizadas como remédios caseiros, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
1 Azedinha	3	roça	folha	esfrega/bate e põe na água	dor de barriga com cólica
2 Camará	6	horta/quintal	flor	chá fervido; infusão	gripe; pneumonia; febre
3 Carrapicho de carneiro	1	roça	planta toda	chá fervido	rins
4 Casadinho	1	roça	folha	chá fervido	antibiótico pós parto (baho)
5 Cordão de frade	1	horta/quintal	folha; raiz	chá fervido; esfrega a folha	pneumonia (chá); frieira (esfrega a folha)
6 Fedegoso	3	horta/quintal	raiz	chá fervido; esfrega/bate e põe na água; põe na água	febre; febre maleita
7 Gervão	4	horta/quintal	folha; raiz	chá fervido	gripe
8 Jalapinha /Batata de azeite	1	horta/quintal	raiz	infusão	vermífugo; estômago; purgante
9 Jurubeba	1	horta/quintal	fruta	chá fervido; coloca na pinga	fígado
10 Lobeira/Flor de lobo	2	horta/quintal	flor	chá fervido	gripe
11 Maroto	1	horta/quintal	planta toda	chá fervido	dor nas cadeiras sem parar (banho)
12 Picão	2	horta/quintal	flor; folha; raiz	chá fervido	para tudo; depurativo
13 Quebra pedra	1	horta/quintal	folha; raiz	chá fervido; infusão	rins

(continua...)

	Nome popular	Número de citações	Local de coleta	Parte utilizada	Preparo	Uso
14	Santa-maria/ Mastruz/Erva de cobra	2	horta/quintal	folha; raiz	infusão; sumo; coloca no leite	vermífugo (infusão e coloca no leite); quebra de osso (sumo)
15	Transagem/Tranchagem	7	horta/quintal	folha; raiz	chá fervido; infusão	inflamação; infecção; infecção do útero; rins; depurativo; intestinal
16	Vassourinha doce	1	horta/quintal	folha; flor	chá fervido	benzeção; rins; para tudo

Fonte: Dados da pesquisa

Neste trabalho o único aspecto levantado sobre a zooterapia foi a utilização de mel de abelha na preparação de chás, mencionado cinco vezes. Demais fatores não foram abordados, embora esta seja uma importante prática em sistemas locais de cura. (CAMBRAIA *et al.*, 2013).

Em relação ao uso de recursos naturais pelas comunidades estudadas, é importante contextualizar sua localização e relações com o PARNA das Sempre Vivas. Esta UC foi criada em 2002 e abrange os municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, Minas Gerais e tem aproximadamente 104.000 hectares. (BRASIL, 2002).

As comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra estão na ZA do PARNA das Sempre Vivas. O Plano de Manejo da UC traz informações sobre o histórico das comunidades e sugere sua categorização em comunidade tradicional “vazanteira”, por plantarem nas áreas de várzea e pela pesca em lagoas temporárias. A ZA do PARNA das Sempre Vivas é de três quilômetros e de acordo com o Plano de Manejo as normas serão ainda estabelecidas, pela equipe de trabalho da UC e as localidades envolvidas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Segundo Monteiro e Fávero (2011), a implantação do PARNA das Sempre Vivas não seguiu exigências legais de consulta pública especificadas no SNUC. Para os autores, os sujeitos daquele território que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência não foram respeitados. Em 2010, o grupo GESTA/UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) identificou o conflito entre o PARNA e as comunidades de seu entorno, causado pela proibição da coleta das flores sempre-vivas e de ações produtivas rurais realizadas por pequenos agricultores e pela fiscalização impositiva dos servidores do ICMBio entre os anos de 2001 e 2010. O conflito foi denominado de “Movimento dos atingidos pelo PARNA das Sempre Vivas”. Em 2010, foi criada a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades

Extrativistas (CODECEX) cuja primeira ação foi solicitar audiência pública ao Ministério Público Federal (MPF) para que fossem apresentadas, pelos moradores, as denúncias de abuso ocorridas no período. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012).

O Plano de Manejo da UC não aponta nenhum conflito específico com as comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016). No entanto, é relatado neste documento que o acesso para a pesca em rio dentro do PARNA das Sempre Vivas ocorre pela comunidade de Braúnas, sendo essa atividade incompatível com a categoria da unidade. Neste aspecto, esse acesso pode favorecer o fluxo de pessoas não só da comunidade mas de visitantes não informados sobre as restrições de uso da UC.

Em relação aos antecedentes de agravos de saúde das famílias entrevistadas, o maior número de citações é de pessoas com hipertensão (20), seguido por acidentes com animais peçonhentos (17) principalmente por cobra e escorpião e acidentes com ferramentas ou máquinas (12). Para o tratamento da hipertensão a busca pelo serviço de saúde foi a principal opção, já para o tratamento com de acidentes com animais peçonhentos não. Neste caso, foi observada utilização de remédios caseiros de plantas medicinais e benzeção, entre outras formas de tratamento não convencionais (TAB. 16).

Foram citadas seis internações hospitalares no último ano, sendo uma por quebra de braço de uma pessoa idosa com diabetes, uma para realização de parto, duas por problemas de rins, uma para operação de glaucoma e uma por problema cardíaco.

Em relação ao hábito de beber, 36 entrevistados mencionaram que não bebem e 28 citaram que sim, dentre esses 14 bebem até cinco doses ou copos por semana e 14 bebem mais que essa quantidade. As principais bebidas mencionadas foram cachaça e cerveja. Sobre o hábito de fumar, 50 pessoas disseram que não fumam e 14 disseram que fumam cigarro de palha.

Segundo os entrevistados, o Agente Comunitário de Saúde faz visita de rotina uma vez ao mês em 26 casas, a cada três meses em três casas, a cada dois meses em uma casa, uma vez ao ano em uma casa e quatro entrevistados disseram que não recebem visita do agente. A participação em campanhas de saúde pela comunidade se dá principalmente para vacinação animal, vacinação humana e de combate à dengue (25 citações), no entanto 11 pessoas mencionaram nunca ter participado de nenhuma campanha de saúde.

Tabela 16 – Antecedentes de agravos à saúde das famílias das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Agravos	N. de pessoas	Forma de tratamento (citações)		
		Autome- dicação	Serviço de Saúde	Outros
<b>acidente ferramentas /máquinas</b>	12	4	6	1 (passou limão); 1(banhou o ferimento com água e sal)
<b>acidente com bicicleta</b>	1	-	1	-
<b>animais domésticos</b>				
queda de cavalo	6	-	4	1 (não tratou); 1 (lavou o machucado)
mordida por cachorro	3	-	1	1 (utilizou remédio do mato); 1 (passou álcool e fumo)
<b>animais peçonhentos ou insetos</b>				
abelha	1	-	-	tomou chá de cangussú, passou limão, com vinagre e água morna
aranha	2	-	1	passou álcool
ofidismo (picada de cobra)	7	-	3	3 (utilizaram remédios do mato); 1 (recebeu benzeção, tomou garrafada); 1 (amarrou corda até chegar ao serviço de saúde)
escorpião	4	1	-	2 (passaram álcool e fumo); 2 (1 pessoa duas vezes acidentada não tratou)
lacraia	1	-	-	não tratou
marimbondo	2	-	-	1 (passou fumo); 1 (tomou chá de cangussú, passou limão, com vinagre e água morna)
<b>artrose</b>	1	-	1	-
<b>colesterol alto</b>	4	-	4	-
<b>dor lombar/coluna</b>	4	-	4	-
<b>acidente vascular cerebral</b>	1	-	1	-
<b>desnutrição</b>	1	-	1	-
<b>diabetes</b>	4	-	4	-
<b>doença cardíaca</b>	3	-	3	-
<b>doença de Chagas</b>	2	-	2	-
<b>problemas psiquiátricos</b>	2	-	2	-
<b>dor de cabeça</b>	1	1	-	-
<b>falta de ar à noite</b>	1	-	1	-
<b>hipertensão arterial sistêmica</b>	20	1	20	-
<b>leishmaniose tegumentar</b>	1	-	1	-
<b>problemas de pele</b>	2	-	2	-
queda	1	-	-	não tratou
<b>queimadura</b>	4	4	1	-
<b>tonteira</b>	1	1	-	-
<b>artrite gotosa</b>	1	-	1	-

Fonte: Dados da pesquisa  
**problemas de pele** (problemas de pele, pele, dermatite)

Na Unidade de Saúde de Senador Mourão foram pesquisados prontuários de saúde de 31 famílias, totalizando 108 pessoas entre 90 moradores e 18 emigrantes. Em relação aos prontuários das sete famílias restantes, três não foram localizados na Unidade e quatro não apresentam registro ou não possuem prontuários naquela Unidade. As parasitoses intestinais, hipertensão arterial sistêmica, problemas de pele e problemas respiratórios foram os agravos mais recorrentes entre os moradores e emigrantes das comunidades estudadas (TAB. 17).

Tabela 17 – Agravos à saúde registrados nos prontuários de saúde da família das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Agravos	Ocorrê	Agravos	Ocorr
acidente vascular cerebral	1	icterícia	1
acne juvenil	1	infecção no pé	1
alcoolismo	3	infecção pós parto	1
alergia	2	infecção na região submandibular	1
amigdalite	1	infecção umbilical	1
anemia	4	infecção urinária	3
anorexia	1	infecção vaginal	1
artrite gotosa	1	inflamação no nervo	1
artrose	1	inflamação no ouvido	4
asma	2	inflamação pélvica	1
baixo peso	4	insônia	1
câncer de mama	1	insuficiência cardíaca/cardiopatia	2
candidíase oral	2	intoxicação alimentar	1
candidíase vaginal	3	leishmaniose tegumentar	1
caspa	1	lesão no pé	1
chiado noturno	1	lesão na perna	1
cisto sinovial	1	lesões na pele	3
colesterol alto	1	linfadenopatia	1
corte pé	1	micose na unha	1
depressão	2	obesidade	1
diabetes	2	ofidismo (picada de cobra)	1
disfunção erétil	1	paralisia infantil	1
dislipidemia	2	parasitoses intestinais	53
distensão muscular	1	pneumonia	1
doença de chagas	2	problema oftálmico	1
dor de barriga	1	problemas de pele	28
dor de cabeça	3	problemas de próstata	1
dor de ouvido	1	problemas nos rins	2
dor lombar/coluna (dor nas costas, lombalgia)	11	problemas gástricos	15
dor membros/ombro	4	problemas neurológicos	2
dor muscular	3	problemas psicológicos	3
dor na mama	1	problemas psiquiátricos	5
enxaqueca	4	problemas respiratórios	34
epilepsia ou variação de humor	2	queda	1

(continua...)

escabiose	1	queimadura	1
ferida umbilical	1	risco nutricional	1
ferida com miíase	1	seborreia couro cabeludo/dermatite	4
ferida infectada	2	sinusite maxilar	1
fratura da clavícula ao nascer	1	sinusite pós trauma	1
furunculose	1	suspeita de dengue hemorrágica	1
gripe	14	tabagismo	1
hepatite	1	vaginose	4
hipertensão arterial sistêmica	19	varicela	1
hiporexia (falta de apetite)	1		

Fonte: Prontuários de saúde da família da Unidade de Saúde de Senador Mourão

**alergia** (alergia, alergia crônica)

**inflamação no ouvido** (inflamação no ouvido, otite)

**parasitoses intestinais** (parasitoses intestinais, amebíase, giardíase)

**problemas de pele** (problemas de pele, alergia picada de carrapato, alergia pele, alergia picada pernilongo, dermatite alérgica, dermatite, dermatite atópica, dermatite de contato, micose, pitiríase versicolor, psoríase)

**problemas gástricos** (problemas gástricos, dor de estômago, gastrite, gastrite aguda, úlcera, úlcera gástrica, pirose, refluxo gástrico)

**problemas nos rins** (problemas nos rins, nefrolitíase, pielonefrite)

**problemas respiratórios** (problemas respiratórios, broncopneumonia, bronquite, bronquite aguda, bronquite alérgica, bronquite crônica, dor de garganta, faringite, faringite alérgica, infecções agudas das vias áreas superiores, rinite, rinite alérgica, sinusite, tosse seca, tosse alérgica, síndrome bronquial alérgica)

Em análise dos dados por idade de ocorrência do agravo verifica-se que no primeiro ano de vida os problemas de pele foram os mais comuns (TAB. 18). Entre dois a 20 anos as parasitoses intestinais, os problemas respiratórios e os problemas de pele foram os mais comuns (TAB. 19).

Tabela 18 – Agravos à saúde registrados nos prontuários de saúde da família das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra em crianças de zero a um ano, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

<b>Agravos</b>	<b>Ocorrências</b>
baixo peso	3
candidíase oral	1
ferida umbilical	1
fratura na clavícula ao nascer	1
gripe	3
icterícia	1
infecção umbilical	1
lesões na pele	2
inflamação no ouvido	3
parasitoses intestinais	1
problemas de pele	9
problemas respiratórios	4
risco nutricional	1

Fonte: Prontuários de saúde da família da Unidade de Saúde de Senador Mourão

Tabela 19 – Agravos à saúde registrados nos prontuários de saúde da família das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra em pessoas de dois a 20 anos, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

<b>Agravos</b>	<b>Ocorrências</b>
acne juvenil	1
alergia	1
anemia	4
anorexia	1
baixo peso	1
candidíase oral	1
candidíase vaginal	2
caspa	1
cisto sinovial	1
corte pé	1
distensão muscular	1
dor membros/dor ombro	1
dor de barriga	1
dor de cabeça	1
dor de ouvido	1
enxaqueca	2
escabiose	1
gripe	6
hipertensão arterial sistêmica	1
hiporexia	1
infecção região submandibular	1
infecção urinária	1
inflamação pélvica	1
lesões na pele	1
dor lombar/coluna (dor nas costas, lombalgia)	1
dor na mama	1
paralisia infantil	1
parasitoses intestinais	42
problemas de pele	9
problemas gástricos	2
problemas neurológicos	1
problemas psicológicos	3
problemas psiquiátricos	2
problemas respiratórios	18
queimadura	1
seborreia couro cabeludo/dermatite couro cabeludo/dermatite	
seborreica	4
vaginose	2

Fonte: Prontuários de saúde da família da Unidade de Saúde de Senador Mourão

Entre 21 e 59 anos os problemas respiratórios, hipertensão arterial sistêmica, problemas gástricos, dores nos membros e coluna e parasitoses intestinais foram os mais comuns (TAB. 20). Entre os idosos (60-76 anos), ocorreu um caso de alterações no exame de próstata e três casos de hipertensão arterial sistêmica (TAB. 21).

Tabela 20 – Agravos à saúde registrados nos prontuários de saúde da família das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra em adultos de 21 a 59 anos, Diamantina, Minas Gerais, 2016.

<b>Agravos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Agravos</b>	<b>Ocorrências</b>
acidente vascular cerebral	1	infecção vaginal	1
alcoolismo	3	inflamação no ouvido	1
alergia	1	inflamação no nervo	1
artrite gotosa	1	insônia	1
artrose	1	insuficiência cardíaca	1
câncer de mama	1	intoxicação alimentar	1
candidíase vaginal	1	leishmaniose tegumentar	1
cardiopatia	1	lesão no pé	1
depressão	2	linfadenopatia	1
dermatite couro cabeludo	1	dor lombar/coluna (dor nas costas, lombalgia)	10
diabetes	2	obesidade	1
disfunção erétil	1	ofidismo (picada de cobra)	1
dislipidemia	2	parasitoses intestinais	11
doença de chagas	2	problema oftálmico	1
dor de cabeça	1	problemas de pele	8
dor membros/dor ombro	3	problemas gástricos	12
dor muscular	3	problemas neurológicos	1
enxaqueca	2	problemas nos rins	2
epilepsia ou variação de humor	1	problemas psiquiátricos	3
ferida com miíase	1	problemas respiratórios	13
ferida infectada	2	queda	1
furunculose	1	sinusite maxilar	1
gripe	2	sinusite pós trauma	1
hipertensão arterial sistêmica	15	tabagismo	1
infecção no pé	1	vaginose	2
infecção pós parto	1	varicela	1
infecção urinária	3	infecção pós parto	1
		hepatite	1

Fonte: Prontuários de saúde da família da Unidade de Saúde de Senador Mourão

Tabela 21 – Agravos à saúde registrados nos prontuários de saúde da família das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra em pessoas idosas (60 anos ou mais), Diamantina, Minas Gerais, 2016.

<b>Agravos</b>	<b>Ocorrências</b>
colesterol alto	1
dor de cabeça	1
epilepsia ou variação de humor	1
gripe	1
hipertensão arterial sistêmica	3
lesão na perna	1
problema de próstata	1
problemas de pele	2
problemas gástricos	1
suspeita de dengue hemorrágica	1
micose unha	1

Fonte: Prontuários de saúde da família da Unidade de Saúde de Senador Mourão

Dentre doenças transmitidas por vetores, houve registro de um caso de leishmaniose tegumentar, uma suspeita de dengue hemorrágica e dois casos de doença de Chagas, estes em adultos maiores de 50 anos de idade. Houve ainda um registro de dermatite de contato após colheita de feijão, o que pode sugerir uma relação com o uso de agrotóxicos.

Em comparação entre as citações de agravos pelos moradores e os dados dos prontuários de saúde pesquisados é possível verificar algumas convergências, como casos de hipertensão, diabetes, leishmaniose tegumentar, doença de Chagas, dor lombar/coluna, problemas de pele, artrite gotosa, colesterol alto, problemas psiquiátricos, acidente vascular cerebral, queimadura, artrose, queda e tonteira. Entretanto, nos prontuários só foi identificado um registro de ofidismo, considerando três citações de busca ao serviço de saúde para tratamento. Acidentes com ferramentas ou máquinas e com animais domésticos não foram encontrados nos prontuários.

Nas comunidades estudadas, foram relatados sete casos de ofidismo (58,3%), valor alto se comparado à média nacional de acidentes registrados, de 0,13% para cada mil habitantes. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Em trabalho sobre a epidemiologia dos acidentes ofídicos no Brasil em um período de 100 anos, foi verificado por Bochner e Struchiner (2003) a maior prevalência desses em trabalhadores rurais, ocorrendo em pessoas do sexo masculino e de idade produtiva, sendo que o membros inferiores são o mais atingidos, ficando os pacientes internados por período de um a cinco dias. Ainda segundo os

autores, a classificação desse agravo é moderada, com letalidade média geral de 0,45%, sendo a maioria atribuída a serpentes do gênero *Bothrops*.

Em uma revisão sobre acidentes de trabalho no meio rural brasileiro, Jesus e Brito (2009) descreveram que há uma prevalência aumentada nas atividades que exigem força, destreza, atenção e precisão no manuseio de ferramentas e utensílios, tais como facão, podão ou condução de tratores. Esse dado condiz com a realidade de Braúnas e Lagoa da Pedra, em que os acidentes com ferramenta ou máquinas agrícolas também ficaram entre os agravos mais mencionados pelos entrevistados.

As doenças de pele levantadas nesta pesquisa foram principalmente as dermatites e micoses. Um estudo sobre dermatite atópica em adolescentes no Distrito Federal cita que a doença é comum, crônica e frequentemente associada à asma e rinite alérgica e suas consequências comprometem a qualidade de vida dos indivíduos afetados e de seus familiares. De acordo com os autores, no Brasil a prevalência da doença está entre 13,2% a 15%. (BORGES *et al.*, 2008). Parte dos casos de micoses registrados nos prontuários de saúde das comunidades estudadas são de pitíriase versicolor. Segundo Aguilar (2012) a doença é geralmente oportunista, com tendência a recorrências, mas de baixa contagiosidade. Além disso, alguns fatores específicos podem favorecer seu aparecimento, como clima quente e úmido. Considerando que esse é o clima das localidades estudadas em grande parte do ano, provavelmente este é um dos fatores que contribui para o aparecimento do agravo.

Assim como as dermatites, as doenças respiratórias apresentadas nas pesquisa são em maioria vinculadas a quadros alérgicos. De acordo com Coelho *et al.* (2016), doenças alérgicas são um problema de saúde em nível global que afeta países industrializados ou não e são responsáveis por altos gastos socioeconômicos. Em estudo sobre asma e rinite em crianças e adolescentes de cinco regiões do país, Solé *et al.* (2006) confirmaram a associação positiva entre diagnóstico de asma pelo médico e a maior temperatura média anual. Já para a rinite e sintomas associados não houve relação significativa entre temperatura ou região da pesquisa. Sob esse contexto, identificar fatores de risco para as doenças alérgicas nas comunidades estudadas poderá contribuir para traçar estratégias de prevenção a esses agravos.

No âmbito das doenças infecciosas que atingem o trato respiratório está a gripe, causada pelo vírus influenza e seus subtipos. O controle da doença tem sido feito por meio da imunização por vacinas inativas e uso de medicamentos antivirais. Contudo, seu controle é dificultado pelas altas taxas de mutação do patógeno, resultando na inserção de novas variantes virais na população e a consequente ausência de imunidade, além disso, o vírus se replica facilmente. (FORLEO-NETO *et al.*, 2003). Dentre os entrevistados, houve a menção

de participação em campanhas de vacinação humana, mas sem especificação e não houve citação de uso de drogas antivirais, assim como não há registro nos prontuários sobre o uso desses medicamentos.

A hipertensão arterial sistêmica e a diabetes são consideradas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e estudos epidemiológicos indicam que as patologias estão comumente associadas. (FREITAS; GARCIA, 2012). Nos prontuários consultados o percentual de hipertensos é de 17,5%, e ocorre principalmente na faixa etária entre 21 a 59 anos. Este valor é inferior ao índice brasileiro, que varia entre 22,0% e 44% para adultos e mais de 50% para indivíduos com 60 a 69 anos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). A hipertensão arterial sistêmica é um grave problema de saúde pública no Brasil, associa-se às alterações funcionais e/ou estruturais do coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos e às alterações metabólicas, com aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais ou não, sendo caracterizada como uma das causas de maior redução da expectativa e da qualidade de vida. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Segundo Oliveira *et al.* (2016) o número de pessoas com diabetes é crescente devido ao aumento populacional com maior expectativa de vida, urbanização, sedentarismo, dieta inadequada e obesidade ou pela maior sobrevivência de pessoas com diabetes. Freita e Garcia (2012) mencionam que em 2030 o Brasil poderá ser o oitavo país no mundo com maior número de pessoas com a doença. Nas comunidades estudadas ocorreram quatro citações da morbidade (3,3%) entre os moradores, no universo de 120 pessoas e nos prontuários foram verificados dois casos (3,7%), no universo de 108 pessoas, percentuais próximos aos divulgados na PNAD 2008 para a área rural (3,3%). (ISER *et al.*, 2015).

Praticamente metade (oito ocorrências) dos problemas gástricos verificados nos prontuários médicos das comunidades estudadas são referentes gastrite e úlcera, sendo apenas um com confirmação de infecção por *Helicobacter pylori*. De acordo com Guimarães *et al.* (2008), nos últimos anos pesquisas tem sugerido a relação entre patologias gástricas e presença de bactérias no estômago. Ainda segundo os autores, a infecção da bactéria *H. pylori* na mucosa gástrica é considerada a principal causa da gastrite crônica ativa, do desenvolvimento da úlcera péptica e da gênese do câncer gástrico, podendo levar a morte. Assim, como na maior parte dos casos de distúrbios gástricos verificados das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra não há diagnóstico da presença da *H. pylori*, torna-se importante fazê-lo no sentido de traçar estratégias de tratamento e prevenção da patogênese.

Na PNAD de 2008, a doença de coluna foi a segunda enfermidade mais referida. Os problemas de coluna englobam cervicalgias, dores torácicas, ciática, transtornos dos discos

invertebrais, espondiloses, radiculopatias e dores lombares. De acordo com os dados por autorreferência da PNS de 2013, o problema crônico de coluna acomete 18, 5% de adultos no país, sendo mais frequente nas mulheres, indivíduos com mais de 60 anos de idade, de menor escolaridade e residentes na área rural. A maior parte das queixas referem-se à região lombar e essa condição pode gerar impacto financeiro negativo, já o tratamento tem elevados custos financeiros e que compromete a produtividade devido às licenças médicas. (OLIVEIRA *et al.*, 2015). No presente estudo, os problemas de coluna apareceram principalmente no grupo de pessoas em idade economicamente ativa, o que pode contribuir para um impacto financeiro negativo.

Zaiden *et al.* (2008) avaliando fatores de risco e a prevalência de parasitoses intestinais em 276 crianças de zero a seis anos de creches municipais de Rio Verde, Goiás, verificaram uma maior ocorrência na faixa etária de quatro anos, do sexo feminino, sendo um dos fatores de risco significativos o contato com o solo contaminado. Os autores observaram ainda que a incidência de parasitoses em crianças da faixa etária do estudo estavam vinculadas às mudanças em relação à resposta imune aos parasitos e hábitos pessoais, sociais e alimentares, tais como introdução de alimentos crus na dieta, diminuição dos cuidados diretos, maior contato com o solo, com outras crianças e animais domésticos. Essa realidade é confirmada nas comunidades estudadas, em que na faixa etária de zero a um ano só houve um caso de parasitose intestinal, fato que pode ser explicado pelas características de atividades da criança nesse período, já que tem pouco contato com o ambiente externo e portanto, fica menos exposta à estruturas infectantes dos parasitos causadores dessas morbidades. Já na faixa etária de pessoas de dois a 20 anos o número de casos de parasitoses foi expressivo. As crianças desse grupo já estão em contato com o ambiente externo e patógenos relacionados às parasitoses.

Silva *et al.* (2009) em estudo de áreas rurais no município de Coari, no estado do Amazonas, observaram que estão relacionadas às condições de saneamento e dos domicílios inadequadas e há prevalência em crianças, principalmente de *Ascaris lumbricoides* e *Trichuris trichiura*. Andrade *et al.* (2011) estudando uma comunidade quilombola no município de Bias Fortes, no estado de Minas Gerais, observaram que há relação positiva entre a prevalência de determinados parasitos e a ingestão de água sem tratamento e com o descarte de lixo de maneira inadequada.

Foi verificado em dois adultos maiores de 50 anos das comunidades estudadas a ocorrência da doença de Chagas. De acordo com Vinhaes e Dias (2000) estima-se que sejam de 16 a 18 milhões os indivíduos infectados com a doença de Chagas na America Latina,

sendo uma das patologias de mais larga distribuição no continente americano. Contudo, de acordo com Ferreira e Silva (2006), o Ministério da Saúde do Brasil recebeu em 2006 a Certificação Internacional de Eliminação da Transmissão da Doença de Chagas pelo *Triatoma infestans* (principal vetor da morbidade), conferida pela Organização Pan-Americana da Saúde. Segundo os autores a certificação representou a interrupção momentânea da transmissão da doença e que pressupõe a manutenção de alguma ação de controle e vigilância para essa interrupção se mantenha. Diante de um contexto de ações contra os vetores é possível que a presença de pessoas infectadas em Braúnas esteja relacionada à transmissão antiga do protozoário.

Esteves e Galvan (2006) explicam que a depressão é conhecida pela presença de diversos sintomas, como apatia, irritabilidade, perda de interesse, tristeza, ideias agressivas, desolação, atraso motor ou agitação e múltiplas queixas somáticas. Cunha *et al.* (2012) verificaram que a prevalência da depressão em comunidade adulta e idosa no sul do país está associada ao sexo feminino e houve tendência de aumento de ocorrência do agravo relacionado ao avanço da idade, redução da escolaridade e nível econômico, sendo esses dados confirmados por outras pesquisas segundo os autores.

Nos prontuários de Braúnas e Lagoa da Pedra, ocorreram dois casos da doença, ambos em adultos, contudo sem identificação de fatores que poderiam ter desencadeado a doença.

Problemas psiquiátricos e psicológicos foram identificados nos prontuários de saúde dentre as idades de dois a 59 anos, totalizando 9,2 % sobre os 108 prontuários pesquisados. Faria *et al.* (1999) em estudo sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha, Brasil verificaram a prevalência de transtornos mentais em 37,5% dos agricultores. Estes autores mencionaram a relação dessa morbidade com baixa escolaridade e condições econômicas, uso contínuo de ferramentas manuais e intoxicação por agrotóxicos.

Segundo Garcia e Freitas (2015) no Brasil, o consumo abusivo de álcool é definido como ingerir de cinco ou mais doses de bebida alcoólica para homens e quatro ou mais doses de bebida alcoólica para mulheres, em uma única ocasião, pelo menos uma vez nos últimos 30 dias, sendo que uma dose equivale a uma lata de cerveja, uma taça de vinho ou uma dose de cachaça, uísque ou qualquer outra bebida alcoólica destilada. De acordo com os autores, o abuso do álcool tem consequências para a saúde e causa perdas sociais e econômicas, sejam individuais ou coletivas, sendo as mulheres mais vulneráveis aos danos causados pelo álcool. A Pesquisa Nacional em Saúde (PNS) de 2013 apresentou que a prevalência do consumo excessivo de bebidas alcoólicas na população brasileira foi de 13,7%, maior entre os homens, entre adultos jovens de cor da pele preta ou indígena, fumantes e

peças que avaliaram sua saúde boa ou muito boa. (GARCIA; FREITAS, 2015). Nos prontuários verificados das comunidades estudadas, ocorreram três casos (3,8%) de alcoolismo em um universo de 79 pessoas de idade maior ou igual a 18 anos, valor bem abaixo da média nacional.



## 6 CONCLUSÕES

As comunidades rurais de Braúnas e Lagoa da Pedra são comunidades de agricultores familiares que produzem hortaliças, legumes e outros alimentos destinados principalmente para o autoconsumo

Os agricultores cultivam cinco variedades de feijão nas margens do Rio Jequitinhonha e ao longo do córrego do Leitão, neste caso com prioridade para a comercialização.

Os moradores das comunidades coletam frutas nativas e realizam pescas nas lagoas temporárias do Jequitinhonha para o autoconsumo o que contribui para a segurança alimentar dos mesmos.

Os moradores das comunidades utilizam de plantas medicinais, cultivadas ou coletadas em áreas modificadas ou nativas, para o tratamento de seus agravos à saúde.

O canguçu/canguçu branco é uma importante planta utilizada pela comunidade, para diferentes problemas de saúde.

As estruturas das residências nas comunidades são em geral adequadas, excetuando-se alguns itens de saneamento relacionados ao abastecimento de água e ao destino de dejetos.

O uso de adobe na construção da maioria dos domicílios revela uma característica de sustentabilidade ambiental e financeira nas comunidades.

Em relação à questão agrária, há uma fragilidade local, considerando a inexistência de documentação comprobatória de quase 50% dos entrevistados que mencionaram ser proprietários de seus domicílios.

Ocorre nas comunidades emigração de adultos jovens principalmente em busca de empregos e diferentes condições de vida.

Os principais agravos à saúde dos moradores de Braúnas e Lagoa da Pedra são as parasitoses intestinais, hipertensão arterial sistêmica, problemas de pele e problemas respiratórios; além de acidentes com animais peçonhentos e com máquinas agrícolas ou ferramentas.



## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os moradores das comunidades rurais de Braúna e Lagoa da Pedra vivem principalmente do plantio de alimentos para o autoconsumo e têm na plantação e venda de feijão uma importante fonte de renda. O fato das comunidades cultivarem em áreas alagáveis, nas várzeas do Rio Jequitinhonha e lagoas temporárias, pode contribuir para que sejam caracterizadas como populações tradicionais “vazanteiras”. Com a criação do PARNA das Sempre Vivas, as áreas utilizadas pelos moradores das comunidades para residirem, realizarem suas plantações, criação de animais e extrativismos, ficaram localizadas dentro das áreas de amortecimento desta UC. Baseado neste fato torna-se importante a manutenção de boas relações dos gestores da UC com as lideranças das comunidades, assim como, dos moradores das comunidades com os ambientes conservados, para que as práticas culturais e a biodiversidade sejam respeitadas por ambos.



## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, C. R. **Pitiríase versicolor, dermatite seborreia, xerodermia e prurido em mulheres grávidas ou não grávidas, infectadas ou não infectadas pelo HIV**. 2012. 118 f. Tese (Doutorado em Saúde da Mulher: Patologia mamária e ginecológica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ALENCAR, N. L.; SANTORO, F. R.; ALBUQUERQUE, U.P.; what is the role of exotic medicinal plants in local medical systems? A study from the perspective of utilitarian redundancy. **Revista Brasileira de Farmagnosia**, Curitiba, v. 24, n. 5, 506-515, set/out, 2014.
- ALMEIDA, H. F. **Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá (MG) e Parque Nacional das Sempre Vivas: direitos, território e saúde**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2014.
- AMOROZO, M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: Di Stasi, L.C. (org.) **Plantas medicinais: arte e ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996, p. 47- 68.
- ANDRADE, E. C. de; Leite, I. C. G.; VIEIRA, M. de; ABRAMO, C.; TIBIRIÇA, S. H. C.; SILVA, P. L. Prevalência de parasitoses intestinais em comunidade quilombola no Município de Bias Fortes, Estado de Minas Gerais, Brasil, 2008. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 337-344, set. 2011.
- AQUINO, J. R. de; SOUZA, R. C. **Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN**. Apresentação Oral - Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar - 45º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 2007.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, Ano II, n. 5, p. 79-92, 2º sem. 1999.
- BARBOSA, W. A. A. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 382p.
- BARROS, L. C. de. **Análise da Qualidade de Vida Urbana com base em Imagens de Alta Resolução: O Conjunto Taquaril, Belo Horizonte, MG**. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia: Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- BOCHNER, R.; STRUCHINER, C. J. Epidemiologia dos acidentes ofídicos nos últimos 100 anos no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 7-16, jan-fev. 2003.
- BORGES, W. G.; BURNS, D. A. R.; GUIMARÃES, F. A. T. M.; FELIZOLA, M. L. B.; BORGES, V. M. Dermatite atópica em adolescentes do Distrito Federal. Comparação entre as Fases I e III do ISAAC, de acordo com a situação socioeconômica **Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia**, v. 31, n. 4, p.146-150, 2008.

BRANDÃO, M. G. L.; ZANETTI, N. S.; OLIVEIRA, G. R.; SILVA, A. K. S.; GOULART, L. O.; OLIVEIRA, M. A.; GRAEL, C. F.; SANTOS, A. C. P.; SALIMENHA, M. F.; PIMENTA, D. S.; MESSIAS, M. C. T. B. Plantas medicinais da Estrada Real. **MG-Biota**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 4-15, 2008.

BRANDÃO, M. G. L.; PAULA-SOUZA, J. de; GRAEL, C. F.; SCALON, V. R.; SANTOS, A. C. P.; SALIMENHA, M. F.; MONTE-MÓR, R. L. M. Biodiversidade, Uso Tradicional de Plantas Mediciniais e Produção de Fitoterápicos em Minas Gerais. **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. Decreto de 13 de novembro de 2002. Cria o Parque Nacional das Sempre-Vivas, nos Municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

\_\_\_\_\_. Decreto de 7.602, de 07 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho – PNSST. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 08 nov. 2011. Seção 1, p. 9.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 5.889 de 08 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 7.802 de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=00010880&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2004&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00010880&seq_ato=000&vlr_ano=2004&sgl_orgao=NI)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=00011947&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 3, de 28 de março de 2007. Cria o Programa Caminho da Escola. Disponível em: <[https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000003&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2007&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000003&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília, DF: MS, 2013. 128 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. 2006: MS, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.607 de 10 de dezembro de 2004b. Aprova o Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM\\_2607.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM_2607.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/Gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.htm](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/Gm/2012/prt1823_23_08_2012.htm)>. Acesso em: 03 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho – PNSST. Brasília, DF, nov. 2004a. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_seguranca\\_saude.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_seguranca_saude.pdf). Acesso em: 03 out. 2015

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília, DF: IICA, 2008. 512 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.9).

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. O cerrado como fonte de plantas medicinais para uso dos moradores de comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, MG. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2, 2004, Indaiatuba. Anais eletrônicos. Indaiatuba: ANPPAS, mai. 2004. 20 p. PDF. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT02/GTJuliana.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT02/GTJuliana.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; MACEDO, R. L. G. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 47, n. 2, p. 519-538, jun. 2009.

CÂMARA, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M., GARRIDO, J. SPRING: Integrating Remote Sensing and GIS with Object-Oriented Data Modelling. **Computers and Graphics**, v. 15, n. 6, p. 13-22, 1996.

CARAMORI, S. S.; LIMA, C. S.; FERNANDES, K. F. Biochemical characterization of selected plant species from Brazilian savannas. **Brazilian Archives of Biology and**

**Technology**, v. 47, n. 2, p. 35-42, 2004.

CAMBRAIA, R. P.; CARVALHO, M. A.; PAES, S. R.; MURTA, N. M. G.; GODINHO, W. M.; GONÇALVES, J. Estudo de práticas zooterápicas com animais domésticos em algumas comunidades quilombolas de Minas Gerais In: II SEMANA DA INTEGRAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2013, Diamantina.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. 7ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987. 284p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; ARRUDA, C. A. M.; FOLGADO, C. A. R., SOARES, R. A. S., KIRSCH, R.; TYGEL, A. F., CARVALHO, P. D. de. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 275-293, jun. 2014.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; JÚNIOR, J. P. S.; FERRER, M. T. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. apresentação Oral - Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Ruralidade - 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 23 a 30 de julho de 2009.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais – Homepage. [www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossosprogramas/sociais/Paginas/luz\\_para\\_todos.a\\_spx](http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossosprogramas/sociais/Paginas/luz_para_todos.a_spx). Acesso em 16 jul. 2016

CIRQUEIRA JÚNIOR, H.; GROSSMANN, S. de M. C.; MURTA, N. M. G.; DIAS, J. V. L.; PIRES, H. H. R. Saúde em comunidade quilombola: caracterização ambiental e ocorrência de enteroparasitoses. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 603-612, 2015.

COELHO, M. A. de Q.; PINHO, L. M. P. Q.; SILVEIRA, M. F.; Solé D. Prevalência e fatores associados à asma em escolares de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1207-1216, abr. 2016.

CORRÊA, A. A. R.; TEIXEIRA, V. H.; LOPES, S. P.; OLIVEIRA, M. S. de. Avaliação das propriedades físicas e mecânicas do adobe (tijolo de terra crua). **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 30, n. 3, p. 503-515, maio./jun. 2006.

COSTA, C. C.; GUILHOTO, J. J. M. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 19, n. spe, p. 51-60, 2014.

COUTINHO, C. R.; ANDRADE, J. A.; MENDES, M.R.; MENDES, H. T. A.; SOUZA, A. A.; CUNHA, L. M. V. da. Lixo residencial rural: educação ambiental nas comunidades rurais de Agreste e Ressaca no município de Verdelândia – norte de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v.6, n. 2, p. 1-5, dez 2011.

CUNHA, S. A.; BORTOLLOTO, I. M. 2011. Etnobotânica de Plantas Medicinais no Assentamento Monjolinho, município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Acta Botânica Brasilica** v. 25, n. 3, p. 685-698, 2011.

CUNHA, R. V.; BASTOS, G. A. N.; DUCA, G. F. D. Prevalência de depressão e fatores associados em comunidade de baixa renda de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 346-354, jun. 2012.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo: revisão 2008: 2009 v. 1.

DIAS, E. C. Saúde do Trabalhador Rural. In: PINHEIRO, T. M. M. (Org.). **Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil**. Belo Horizonte: 2006, p. 1-25. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. (Orgs.). **Farmacopéia Popular do Cerrado**. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009, 352 p.

DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. (Orgs.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari, 2014, 32 p.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001, 175p.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248p. p. 11-32.

ESTEVES, F. C.; GALVAN, A. L. Depressão numa contextualização contemporânea. **Aletheia**, Canoas, n. 24, p. 127-135, dez. 2006.

FARIA, N. M. X. **A saúde do trabalhador rural**. 2005. 253 f. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G.; TOMASI, E. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 115-128, jan-mar. 2000.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA; A. G.; TOMASI, E. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 391-400, 1999.

FEHLBERG, M. F.; SANTOS, I. S. dos; TOMASI, E. Acidentes de trabalho na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo transversal de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p. 1375-1381, nov-dez. 2001.

FERREIRA, I. de L. M.; SILVA, T. P. T. Eliminação da transmissão da doença de Chagas pelo *Triatoma infestans* no Brasil: um fato histórico. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 39, n. 5, p. 507-509, out. 2006.

FORLEO-NETO, E.; HALKER, E.; SANTOS, V. J.; PAIVA, T. M., TONIOLO-NETO, J. Influenza. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 36, n. 2, p. 267-274, abr. 2003.

FORTES, B. de P. M. D.; ORTIZ, L. I. V.; RIBEIRO, S. do V.; MEDONHO, R. de A. Modelagem geoestatística da infecção por *Ascaris lumbricoides*. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 727-734, jun. 2004.

FREITAS, C. M. de; GARCIA, E. Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 12-16, jun. 2012.

FREITAS, L. R. S. de; GARCIA, L. P. Evolução da prevalência do diabetes e deste associado à hipertensão arterial no Brasil: análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998, 2003 e 2008 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 1, p.7-19, jan/mar, 2012.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social, Fossa Séptica Biodigestora. Saúde e Renda no Campo**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010, 32 p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça ambiental e Saúde no Brasil**, 2010. Disponível em: [http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo 4/](http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo%204/). Acesso em: 04 set. 2015.

GADOLFO, E. S.; HANAZAKI, N.. Distribution of local plant knowledge in a recently urbanized area (Campeche District, Florianópolis, Brazil). **Urban Ecosyst**, New York, v. 17, n. 3, p. 775-785, sep. 2014.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 40, n. 3, p. 561-580, jun/set. 2002.

GALIZONI, F. M. Migrações e rede familiares no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Caxambu: XII ENEP, out. 2000, 16 p. PDF. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt30\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt30_3.pdf)> Acesso em: 26 jul. 2016.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: Tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. 1182 p.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. de. Consumo abusivo de álcool no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 227-237, jun. 2015

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOMEZ, C. M. Avanços e entraves na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 21-25, jun. 2013

GUIMARÃES, J.; CORVELO, T. C.; BARILE, K. A. Helicobacter pylori: fatores relacionados à sua patogênese. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 22, n. 1, p. 33-38, mar. 2008.

HIJMANS, J. R.; CAMERON, S. E.; PARRA, J. L.; JONES, P. G.; JARVIS, A. VERY high resolution interpolated climate surfaces for global land areas. **International Journal of Climatology**, Berkshire, n. 25, p. 1965–1978, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011, 261 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014, v. 33, 133 p.

\_\_\_\_\_. FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI; M. E.; MARQUES, V. P. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009, 96 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 267 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **PNAD 2008: Primeiras análises – O setor rural.** Brasília, 2010, 24 p.

ISER, B. P.; MOEHLECKE, S. S. R.; CHUEIRI, P. S.; SZWARCOWALD, C. L.; MALTA, D. C., MONTEIRO, H. O. da C., DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I. Prevalência de diabetes autorreferido no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n.2, p. 305-314, abr/jun 2015.

JESUS, C. S.; BRITO, T. A. Estudo dos acidentes de trabalho no meio rural: Análise dos processos e condições de trabalho. **Revista Saúde.Com**, Jequié, v. 5, n. 2, p. 141-146, 2009.

KRETER, A. C.; BACHA, C. J. C.. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 467-502, set. 2006

LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 177 p. cap 1. p.15-32.

\_\_\_\_\_. Problèmes de sociologie rurale: la communauté paysanne et ses problèmes historico-sociologiques. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.6, p.78-100, 1949.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre. São Paulo, 18, n.19, p. 95-112, jul/dez. 2002.

MATTOSINHO, C. M. dos S.; FREIRE, P. P; CARVALHO, M. C. V. de. **O empreendedorismo no âmbito das associações rurais**. Apresentação Oral - Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria - 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010.

MELO D. N.; MEDEIROS, M. Caracterização do perfil socioeconômico de agricultores familiares no Território do Meio Oeste Contestado – SC. In: 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO/ XIV SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: 2º SNPD/XIV SINGEO, set. 2014, 21 p. PDF. Disponível em: <<http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2014/763.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

MENEGAT, R. P.; FONTANA, R. T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.9, n.1, p.52-59, jan/mar. 2010.

MESQUITA, M. O.; RIQUINHO; D. L.; SANTOS, V. C. F. dos, MEIRELLES, P. C. N.; SCHONS, M. da S.; FILHO, B. O. D. Políticas públicas para a proteção da saúde ambiental e do trabalhador do cultivo do tabaco em municípios da metade sul do Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE E AMBIENTE, 2, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: SBSA, out. 2014. 8 p. PDF. Disponível em: <<http://www.sibsa.com.br/site/anaisarquivoresumo#C>>. Acesso em: 04 set. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. .Homepage.<<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/20/2-Incidencia-Ofidismo-2000-2015.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO. Plano Cooperativo de Prevenção e Combate aos Incêndios do Parque Nacional de Sempre-Vivas/MG. Diamantina: 2006 (julho)

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Parque Nacional das Sempre-Vivas. Relatório de Atividade: Reunião Comunitária para elaboração do Plano de Manejo, Comunidade de Braúnas, Diamantina, MG. 09 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Plano de Manejo Parque Nacional das Sempre-Vivas. Brasília, janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Portaria nº 86 de 03 de março de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura (NR 31). Diário Oficial da União Brasília, DF, 04 mar. 2005. Seção 1, p. 105-120.

MONTEIRO, F. T.; FÁVERO, C. A luta dos (as) apanhadores (as) de flores sempre-vivas frente à expropriação territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza. **Agriculturas**, v. 8, n. 4, p.33-37, dez 2011.

MORAIS, M. S. de. **A realidade socioambiental imposta às comunidades locais pela criação e implementação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto.** 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, E. R. de. **O que é medicina popular.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, n. 31, 1985.

OLIVEIRA, D. M.; SCHOELLER, S. D.; HAMMERSCHMIDT, K. A.; SILVA, D. M. G. V.; ARRUDA, C. Desafios no cuidado às complicações agudas do diabetes mellitus em serviço de emergência adulto. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 18, p. 1-9, 2016.

OLIVEIRA, M. M.; ANDRADE, S. S. C. de A.; SOUZA, C. A. V. de; PONTE, J. N.; SZWARCOWALD, C. L.; MALTA, D. C. Problema crônico de coluna e diagnóstico de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) autorreferidos no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 287-296, jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Towards stronger family farms: voices in the IYFF.** Roma: ILEIA, FAO, 2014, 32 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenção Segurança e Saúde na Agricultura nº 184. Genebra: OIT, 2001a

\_\_\_\_\_. Recomendação Segurança e Saúde na Agricultura nº 192. Genebra: OIT, 2001b.

PAULINO, É. J. **O sistema alimentar no município de Couto de Magalhães de Minas: a inserção da agricultura familiar no comércio local.** 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2013.

PAULINO, É. J.; DIAS, J. V. L.; MURTA, N. M. G; MORAIS, H. A.; PIRES, H. H. R. A Agricultura Familiar em um município do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social: Unimontes**, Montes Claros, n.13, p.5-20, 2014.

PEREIRA, D.B. Unidades de Conservação e mapeamentos: permanências e conversões, 2011. Disponível em < conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br >. Acesso em: 22 abr. 2015.

PILLA, M. A. C; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 789-802, 2006.

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 751-762, 2006.

RAZZOLINI, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.1, p.21-32, 2008.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B. SILVESTRE, L. H. Gestão, Uso e Conservação de Recursos Naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 7, n.2, p. 77-99, nov. 2005

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, dez. 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. ALMEIDA, A. F.; PEREIRA, V. G. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 365-386, jun. 2014.

RIQUINHO, D. L.; H., É. A. Diversificação agrícola em localidade rural do Sul do Brasil: reflexões e alternativas de cumprimento da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 183-207, mar. 2014.

SABOURIN, E. P. **Será que existem camponeses no Brasil?** Apresentação Oral - Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Ruralidade - 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 23 a 30 de julho de 2009.

SANTANA, V. S.; MOURA, M. C. P.; NOGUEIRA, F. F. Mortalidade por intoxicação ocupacional relacionada a agrotóxicos, 2000-2009, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 598-606, 2013.

SANTORO, F. R.; JÚNIOR, W. S. F; ARAÚJO, T. A. S.; LADIO, A. H.; ALBUQUERQUE, U. P. Does Plant Species Richness Guarantee the Resilience of Local Medical Systems? A Perspective from Utilitarian Redundancy. **PLoS ONE**, Ibadan, v. 10, n. 3, mar. 2015.

SANTOS, J. F. L.; AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C. Uso popular de plantas medicinais na comunidade rural da Vargem Grande, Município de Natividade da Serra, SP. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 1, n.3, p.67-81, 2008.

SARAIVA, M. G.; OLIVEIRA, D. de S., FILHO, G. M. C. F.; COUTINHO, L. A. S. de A.; GUERREIRO, J. V. Perfil epidemiológico dos acidentes ofídicos no Estado da Paraíba, Brasil, 2005 a 2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 449-456, set. 2012.

SCHMIDT M., I., DUCAN, B. B.; HOFFMANN, J. F.; MOURA, L. de M.; MALTA, D. C.; CARVALHO, R. M. S. V. de. Prevalência de diabetes e hipertensão no Brasil baseada em inquérito de morbidade auto-referida, Brasil, 2006. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, supl. 2, p.74-82, 2009.

SILVA, C. C. Cultivo do Feijoeiro Comum. **Sistemas de Produção, 2**. Empraba Arroz e Feijão, Brasília, jan. 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.org.br/>

cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/CultivodoFeijoeiro /plantio.htm. Acesso em: 19 jul. 2016.

SILVA, C. S. P. da; PROENÇA, C. E. B. Uso e disponibilidade de recursos medicinais no município de Ouro Verde de Goiás, GO, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, São Paulo, v.22, n.2, p. 481-492, jun. 2008.

SILVA, D. C. **Análise de conteúdo do discurso de criadores do cavalo curraleiro no estado de Goiás**. 2014. 77 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência Animal) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, E. F. da; SILVA, E. B. da; ALMEIDA; K. de S.; SOUSA; J. J. N. de; FREITAS, F. L. da C. Enteroparasitoses em crianças de áreas rurais do município de Coari, Amazonas, Brasil. **Revista de Patologia Tropical**, Goiânia, v. 38, n. 1, 35-43, jan/mar. 2009.

SILVA-ALMEIDA, M. F; AMOROZO M. C. M. Medicina popular no distrito de Ferraz, município de Rio Claro, São Paulo. **Brazilian Journal of Ecology**, Rio Claro, SP, Brazil, v. 2, n. 1, 1998.

SILVA, F. S.; RAMOS, M. A; HANAZAKI, N.; ALBUQUERQUE, U. P. Dynamics of traditional knowlegde of medicinal plantas in a rural community in the Brazilian semi-arid region. **Revista Brasileira de Farmagnosia**, Curitiba, v. 23, n. 3, 382-391, mai/jun, 2011.

SILVA, F. C. C. M.; GONÇALVES, J. W. S.; SANTORUM, J. A.; SOUTO, K. M. B.; SOUZA, M. S. de; PESSOA, V. M. P. Curso Promoção da Equidade no SUS – Fascículo 9: Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Fundação Demócrito Rocha e Universidade Aberta do Nordeste, 2014. Disponível em: <<http://www.saudecampofloresta.unb.br/wp-content/uploads/2014/08/SUS-FASCICULO09.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SILVA, J. M. da; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P.; PINHEIRO, T. M. M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, dez. 2005.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, dez. 2001.

SILVA, T. L. da. Juventude rural organizada no enfrentamento ao êxodo: o caso da associação dos colonos ecologistas da região de Torres - ACERT, RS/Brasil. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS; S. B. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p.

SILVA, T. S.; FREIRE, E. M. X. Abordagem etnobotânica sobre plantas medicinais citadas por populações do entorno de uma unidade de conservação da caatinga do Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinai**s, Botucatu, v.12, n.4, p.427-435, 2010.

SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; MARZIALE, M. H. P.; DALRI, M. C. B.. Acidente de Trabalho entre trabalhadores rurais e da agropecuária identificados através de

registros hospitalares. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.4, n.2, p. 120-128, mai/ago. 2005.

SOARES, R. A. S.; MATOS, A. S.; CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; ARRUDA, C. A. M. Caracterização da população do campo, floresta e águas: quem são, como vivem e de que adoecem. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE E AMBIENTE, 2, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: SBSA, out. 2014. 18 p. PDF. Disponível em: <<http://www.sibsa.com.br/site/anaisarquivossumo#C>>. Acesso em: 04 set. 2015.

SOLÉ, D.; WANDALSEN, G. F., CAMELO-NUNES, I. C., NASPITZ, C. K. Prevalência de sintomas de asma, rinite e eczema atópico entre crianças e adolescentes brasileiros identificados pelo International Study of Asthma and Allergies (ISAAC): fase 3. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 82, n. 5, p. 341-346, out. 2006.

SONDA, C. **Comunidades Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba: Caracterização sócio-econômica e utilização dos Recursos vegetais silvestres**. 2002. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

TOLEDO, C.; PRESNO A. N. B. Associações Comunitárias do Meio Rural: Um Estudo de Caso no Centro Oeste de Minas Gerais. **Mundo agrário**, La Plata, v. 15, n. 30, dez. 2014.

TRINDADE-FILHO, J.; LOYOLA; R. D. Performance and Consistency of Indicator Groups in Two Biodiversity Hotspots. **PLoS ONE**, Ibadan, v. 6, n. 5, mai. 2011.

TULER, A. C.; SILVA, N. C. B. da. Women's ethnomedicinal knowledge in the rural community of São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Farmagnosia**, Curitiba, Vol. 24, n.2, p. 159-169, mar/apr. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Movimento dos atingidos pelo Parque Nacional das Sempre Vivas. Ficha Técnica. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=259>>. Acesso em 23 mai. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – Homepage. [www.ufvjm.edu.br/universidade/institucional.html?lang=pt\\_BR\\_utf8%2C+pt\\_BR.UT](http://www.ufvjm.edu.br/universidade/institucional.html?lang=pt_BR_utf8%2C+pt_BR.UT). Acesso em 16 jul. 2016.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos conceitos de Território e de Políticas Públicas. **GEographia (UFF)**, Rio de Janeiro, v. ano 4, n. 8, p. 77-106, 2003.

VIEIRA, F. R.; LEE, F. **Valoração dos Quintais Rurais dos Agricultores Familiares de Itapuranga-GO**. Apresentação Oral - Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Ruralidade - 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 23 a 30 de julho de 2009.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002. v. 1. 198p.

VIEGAS, A. P. B.; CARMO, R. F.; DA LUZ, Z. M. P. Fatores que influenciam o acesso aos serviços de saúde na visão de profissionais e usuários de uma unidade básica de referência. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 100-112, 2015.

VINHAES, M. C.; DIAS, J. C. P. Doença de Chagas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, sup. 2, p. 7-12, 2000.

WONCA - WORKING PARTY ON RURAL PRACTICE. Policy on Quality and Effectiveness of Rural Health Care. Traralgon: Monash University School of Rural Health; 2002.

ZAIDEN, M. F.; SANTOS, B. M .O.; CANO, M. A. T.; NASCIF JÚNIOR, I. A. Parasitoses intestinais em crianças de creches de Rio Verde, GO. **Medicina - Ribeirão Preto**, v.41, n. 2, p: 182-187, abr/jun. 2008.

## APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: “**Braúnas e Lagoa da Pedra: Questões sociais em saúde de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina, Minas Gerais**” por ser morador de uma dessas comunidades que serão estudadas.

A pesquisa será desenvolvida pela pesquisadora Ana Caldeira de Barros, sob a orientação do professor Herton Helder Rocha Pires e co-orientação do pesquisador João Victor Leite Dias.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora ou com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Os objetivos dessa pesquisa são caracterizar as comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra quanto à composição familiar, escolaridade, tipo de ocupação/trabalho, informações socioeconômicas, sistema de produção de alimentos e extrativismo. Também serão estudados os aspectos relacionados à saúde das comunidades, principalmente sobre acidentes de trabalho e uso de remédios caseiros ou do mato.

Caso você decida aceitar o convite, você responderá a um questionário com perguntas que você responderá livremente. Também será solicitada sua colaboração em mostrar o entorno de sua moradia para observação de condições ambientais. O tempo previsto para sua participação é de aproximadamente 60 minutos.

Os possíveis riscos relacionados com sua participação são o constrangimento durante a entrevista ao responder determinadas questões e a divulgação das informações prestadas por você. Por essa razão, você poderá se recusar a responder qualquer uma das questões e solicitar exclusão de conteúdos com os quais discordar – isto será prontamente atendido. Será garantido o sigilo de informações dadas, isto é, em nenhum momento sua identidade e essas informações serão reveladas a outras pessoas se não aqueles responsáveis pela pesquisa.

Não estão previstos nesta pesquisa o recebimento de benefícios diretos por sua participação. Entretanto, espera-se que o estudo contribua para o esclarecimento das condições de vida de sua comunidade, identificando suas carências e principais necessidades. Além disso, o estudo poderá contribuir para minimizar possíveis conflitos locais com a implantação do plano de manejo do PARNA Sempre Vivas, auxiliando a comunidade para a busca da melhoria da qualidade de vida.

Os resultados desse estudo poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares sem que seus dados pessoais e informações prestadas possam ser identificados, permanecendo confidenciais e sigilosos. A sua participação assim como de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenadora do Projeto: Ana Caldeira de Barros

Endereço:

CEP 39100-000.

Telefone: (31)

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 – KM 583 – nº 5000 – Alto da Jacuba –  
Diamantina /MG CEP 39100000  
Tel.: (38) 3532-1240  
Coordenador: Prof. Dr. Disney Oliver Sivieri Júnior  
Vice-Coodenador: Prof. Dr. Robson Campos Silva  
Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br)

## APÊDICE 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

### INSTRUMENTO DE PESQUISA – QUESTIONÁRIO DE CAMPO <sup>7</sup>

#### ASPECTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E OCUPACIONAIS DA POPULAÇÃO DE BRAÚNAS E LAGOA DA PEDRA

**REFERÊNCIA:**

Entrevista Nº [ \_\_\_\_ ]    Data [ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ ]    Entrevistador [ Ana Barros ]

**BLOCO A: IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

1. Nome (prenome) [ \_\_\_\_\_ ]    2. Sexo [ \_\_\_ ]    3. Data de nascimento [ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ ]  
 4. Idade [ \_\_\_\_ ] anos  
 5. Localidade [ \_\_\_\_\_ ]  
 6. Qual a cor/raça que você se considera: [ \_\_\_ ] Branca [ \_\_\_ ] Negra [ \_\_\_ ] Parda [ \_\_\_ ] Indígena  
 [ \_\_\_ ] Oriental  
 7. Naturalidade [ \_\_\_\_\_ ]    8. Estado [ \_\_\_\_ ]  
 9. Estado Civil [ \_\_\_ ] solteiro [ \_\_\_ ] casado [ \_\_\_ ] viúvo [ \_\_\_ ] divorciado [ \_\_\_ ] união estável  
 [ \_\_\_ ] só religioso  
 10. Tempo de moradia na comunidade [ \_\_\_\_ ] anos  
 11. Nome do cônjuge [ \_\_\_\_\_ ]    12. Sexo [ \_\_\_ ]    13. Data de nascimento [ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ ]  
 14. Idade [ \_\_\_\_ ] anos  
 16. Naturalidade [ \_\_\_\_\_ ]    17. Estado [ \_\_\_\_ ]

**BLOCO B: AMBIENTE DOMICILIAR E PRODUÇÃO DA PROPRIEDADE**

1. Condição do domicílio  
 [ \_\_\_ ] Próprio                      [ \_\_\_ ] Alugado                      Outro [ \_\_\_\_\_ ]  
 1.1. Que tipo de documento possui do imóvel  
 [ \_\_\_ ] Registro em cartório    [ \_\_\_ ] Contrato de compra e venda    [ \_\_\_ ] Não possui  
 Outro [ \_\_\_\_\_ ]  
 2. Tipo de parede do domicílio  
 [ \_\_\_ ] Alvenaria                      [ \_\_\_ ] Madeira aparelhada                      [ \_\_\_ ] Madeira aproveitada  
 [ \_\_\_ ] Taipa revestida                      [ \_\_\_ ] Palha                      Outro [ \_\_\_\_\_ ]  
 3. Tipo de piso do domicílio  
 [ \_\_\_ ] Cerâmica                      [ \_\_\_ ] Cimento                      [ \_\_\_ ] Madeira aparelhada  
 [ \_\_\_ ] Madeira aproveitada    [ \_\_\_ ] Terra                      Outro [ \_\_\_\_\_ ]  
 4. Tipo de cobertura do domicílio  
 [ \_\_\_ ] Laje                      [ \_\_\_ ] Telha de barro                      [ \_\_\_ ] Telha de fibra / zinco  
 [ \_\_\_ ] Madeira                      Outro [ \_\_\_\_\_ ]

<sup>7</sup> O presente instrumento para registro e coleta de dados de campo foi adaptado de trabalhos desenvolvidos por PAULINO (2014)

5. Número de cômodos do domicílio [ \_\_\_\_\_ ] 5.1 Número de quartos [ ] 5.2 Número de salas [ ] 5.3 Outros [ ]
6. Cômodos usados para dormir [ \_\_\_\_\_ ]
7. Origem da água utilizada no domicílio:  
 [ \_\_\_ ] Rede geral de distribuição [ \_\_\_ ] Poço ou nascente Outro [ \_\_\_\_\_ ]
8. A água é canalizada [ \_\_\_ ] Sim/Não
9. Canalizada para [ \_\_\_ ] dentro de casa [ \_\_\_ ] fora de casa [ \_\_\_ ] Não se aplica
10. Instalação Sanitária (banheiro ou privada):  
 [ \_\_\_ ] Banheiro dentro da casa [ \_\_\_ ] No quintal [ \_\_\_ ] Inexistente
- 10.1 Instalação Sanitária (banheiro ou privada) é de uso: [ \_\_\_ ] Exclusivo por domicílio  
 [ \_\_\_ ] Coletivo [ \_\_\_ ] Não se aplica
11. Destino dos dejetos (urina e fezes):  
 [ \_\_\_ ] Rede coletora de esgoto [ \_\_\_ ] Fossa séptica [ \_\_\_ ] Fossa rudimentar  
 [ \_\_\_ ] Vala/diretamente no quintal [ \_\_\_ ] Direto para o rio ou lago Outro [ \_\_\_\_\_ ]
12. Destino do lixo:  
 [ \_\_\_ ] Coletado pela prefeitura [ \_\_\_ ] Queimado na propriedade [ \_\_\_ ] Enterrado  
 [ \_\_\_ ] Jogado em terreno baldio ou logradouro [ \_\_\_ ] Jogado em rio ou lagos Outro [ \_\_\_\_\_ ]
13. Forma de iluminação do domicílio:  
 [ \_\_\_ ] Elétrica da rede geral [ \_\_\_ ] Pannel solar  
 [ \_\_\_ ] Gerador com combustível [ \_\_\_ ] Gerador movido a água Outra forma [ \_\_\_\_\_ ]
- 13.1. Se elétrica da rede geral, o padrão atende a quantas casas? [ \_\_\_ ]
14. Tem fogão em casa? De que tipo ou tipos?  
 [ \_\_\_ ] Gás canalizado [ \_\_\_ ] Gás de botijão [ \_\_\_ ] Lenha [ \_\_\_ ] Energia elétrica  
 [ \_\_\_ ] Não tem fogão
15. Presença de geladeira: [ \_\_\_ ] Sim/Não
16. Presença de rádio: [ \_\_\_ ] Sim/Não 16.1 Qual a rádio (emissora) que você mais escuta: [ \_\_\_\_\_ ]
17. Presença de TV: [ \_\_\_ ] Sim/Não
18. Tipo de animais mantidos no ambiente domiciliar (Peri e intradomicílio)  
 [ \_\_\_ ] Galinhas Quantidade [ \_\_\_\_\_ ] [ \_\_\_ ] Cachorro Quantidade [ \_\_\_\_\_ ]  
 [ \_\_\_ ] Gato Quantidade [ \_\_\_\_\_ ] [ \_\_\_ ] Porco Quantidade [ \_\_\_\_\_ ]  
 [ \_\_\_ ] Boi Quantidade [ \_\_\_\_\_ ] Outro [ \_\_\_\_\_ ] Quantidade [ \_\_\_\_\_ ]
19. A criação de animais é para: [ \_\_\_ ] apenas consumo próprio [ \_\_\_ ] também para venda. Se vende, o que vende: [ \_\_\_\_\_ ]
20. Presença de estrutura (construção, benfeitoria):  
 [ \_\_\_ ] Galinheiro [ \_\_\_ ] Chiqueiro [ \_\_\_ ] Curral [ \_\_\_ ] Casa de farinha [ \_\_\_ ] Engenho  
 Outros [ \_\_\_\_\_ ]
21. Você tem o hábito de cultivar horta em casa? [ \_\_\_ ] Sim/Não
22. Se Sim, Quais tipos de hortaliças você normalmente cultiva?  
 [ \_\_\_\_\_ ]
23. A horta é para: [ \_\_\_ ] apenas consumo próprio [ \_\_\_ ] também para venda [ \_\_\_ ] outros

23.1. O que você utiliza para adubar a horta?  
 [ \_\_\_\_\_ ]

24. Que tipos de produtos são processados na propriedade? [ \_\_\_\_ ] Farinha de mandioca [ \_\_\_\_ ] Rapadura [ \_\_\_\_ ] Queijo e/ou Requeijão [ \_\_\_\_ ] Doce de leite [ \_\_\_\_ ] Doces de fruta [ \_\_\_\_ ] Cachaça [ \_\_\_\_ ] Outros

24.1 Quais desses produtos são comercializados e qual a quantidade?  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 3/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 4/Quant

25. Fora verduras, você planta alguma outra coisa em volta da sua casa? [ \_\_\_\_ ] Sim/Não. Se sim, o que planta?  
 [ \_\_\_\_\_ ]

25.1. Você sabe qual a quantidade produzida de cada produto que você plantou na última colheita?  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 3/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 4/Quant

26. Você tem roçado? [ \_\_\_\_ ] Sim/Não. Se sim, qual a distância [ \_\_\_\_\_ ]  
 O que você planta?  
 [ \_\_\_\_\_ ]

26.1. Você sabe qual a quantidade produzida de cada produto que você plantou na última colheita?  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 1/Quant  
 [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 3/Quant . [ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ ] Prod. 4/Quant

26.2. Quantas pessoas da família trabalham na produção? [ \_\_\_\_ ] Quantas outras pessoas também trabalham na produção? [ \_\_\_\_ ]

27. Você utiliza algum produto para controle de praga na horta e/ou na roça?  
 [ \_\_\_\_\_ ]

28. Há algum incentivo municipal para comercialização desses produtos (feiras livres, merenda escolar)?  
 [ \_\_\_\_ ] Sim/Não

29. Você sabe se existe cooperativa na comunidade? [ \_\_\_\_ ] Sim/Não. Se sim, você participa?  
 [ \_\_\_\_ ] Sim/Não

**BLOCO C: COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

1. Quantas pessoas moram na casa incluindo você? [ \_\_\_\_\_ ] pessoas

Nome (prenome)	Data Nascimento	Sexo	Grau Parentesco	Estuda (S/N)	Nível Escolaridade	Naturalidade
Entrevistado						
Cônjuge						
3						
4						
5						
6						
7						

8						
9						
10						

2. Existem filhos fora da comunidade? [ \_\_\_ ] Sim/Não

3. Se sim:

Nome	Idade	Naturalidade	Localidade da residência	UF	Motivo	Ano de saída

#### BLOCO D: DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA

1. Você possui algum rendimento atualmente? [ \_\_\_ ] Sim/Não

Se sim, como obtém?

(\_\_\_\_\_)

2. Participa de algum Programa/Projeto do governo? [ \_\_\_ ] Sim/Não

Se sim, qual(is)?

[ \_\_\_ ] PRONAF [ \_\_\_ ] Bolsa Família Outros [ \_\_\_\_\_ ]

3. Quais os veículos que usa para seu deslocamento dentro da comunidade? [ \_\_\_ ] Não tem [ \_\_\_ ] Carro (s)

[ \_\_\_ ] Moto (s) [ \_\_\_ ] Bicicleta (s) [ \_\_\_ ] Cavalos (s) (montaria)

#### BLOCO E: CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OCUPACIONAL

ENTREVISTADO:

1. Em qual atividade você trabalha atualmente? [ \_\_\_\_\_ ]

2. Qual vínculo de trabalho:

[ \_\_\_ ] trabalhador autônomo [ \_\_\_ ] aposentado/pensionista [ \_\_\_ ] empregado com carteira assinada

[ \_\_\_ ] servidor público outros [ \_\_\_\_\_ ]

3. Há quanto tempo você está nesta atividade? [ \_\_\_ ] < de 1 ano [ \_\_\_ ] >1 e < 3 anos

[ \_\_\_ ] > 3 anos

4. Já trabalhou em outra(s) atividade(s) anteriormente? [ \_\_\_ ] Sim/Não

Qual(is):

Atividade	Local	Tempo (Anos/meses)

#### BLOCO F: ANTECEDENTES DE AGRAVOS À SAÚDE DA FAMÍLIA

1. Existe algum membro da família que faz ou fez no último ano tratamento para alguma doença? [ \_\_\_ ]

Sim/Não.

1.2. Se sim:

Agravos	Quem	Como a doença é/foi tratada?		
		Automedicação	Serviço de Saúde	Outros

<b>Diabetes</b>				
<b>Hipertensão</b>				
<b>Doença de Chagas</b>				
<b>Doença Cardíaca</b>				
<b>Animais peçonhentos (“venenosos”)</b>				
<b>Animais domésticos</b>				
<b>Por ferramentas /máquinas</b>				
<b>Queimadura</b>				
<b>Outros</b>				

1.3. Você tem o costume de tomar bebida alcoólica? [ \_\_\_ ] Sim/Não 1.3.1. Se sim, qual bebida e quantidade?

[ \_\_\_ ] Cerveja [ \_\_\_ ] n. copos [ \_\_\_ ] Pinga [ \_\_\_ ] n. doses [ \_\_\_ ] Vodka [ \_\_\_ ] n. doses [ \_\_\_ ] Conhaque [ \_\_\_ ] n. doses [ \_\_\_ ] Outros 1.3.2. Qual é a frequência? [ \_\_\_ ] dias por semana

1.4. Tem o hábito de fumar? [ \_\_\_ ] Sim/Não Se sim, qual tipo? [ \_\_\_ ] Palha [ \_\_\_ ] Papel [ \_\_\_ ] Ambos

2. A família recebeu a visita de agentes de saúde em sua casa nos últimos 12 meses? [ \_\_\_ ] Sim/Não Se sim, qual o motivo da visita?

[ \_\_\_ ] visita de rotina outra: [ \_\_\_\_\_ ]

3. Alguém da família participou de alguma campanha de saúde no município nos últimos dois anos? [ \_\_\_ ] Sim/Não

3.1 Se sim, mencione qual(is)?

[ \_\_\_\_\_ ]

4. Alguém da família esteve hospitalizado nos últimos 12 meses? [ \_\_\_ ] Sim/Não

Se sim, qual o motivo? [ \_\_\_\_\_ ]

#### BLOCO G: EXTRATIVISMO

1. Você ou alguém da família usam algum material retirado da natureza, como por exemplo:

<b>Tipo de material</b>	<b>Para que?</b>	<b>Onde coleta?</b>
Madeira/lenha		
Areia		
Pedras		
Argila		
Frutas		
Sementes		

Peixe (pesca)				
<p>1.1. Além desses, existe algum outro material que utiliza que gostaria de falar?</p> <p>[ _____ ]</p>				
<p>2. Você ou alguém da família utiliza plantas como remédio?</p>				
Qual planta?	Onde coleta?	Para que utiliza?	Qual parte utiliza?	Como é preparada?
<p>3. Você ou alguém da família utiliza plantas do mato para consumo (alimentação)?</p>				
Qual planta?	Onde coleta?	Qual parte utiliza?	Como utiliza?	

4. Você utiliza algum material da natureza para artesanato?			
Nome do material	Onde coleta?	Qual parte utiliza?	Qual o destino?

**BLOCO H: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA**

1. Você sabe se a comunidade é representada por alguma associação? [\_\_\_\_] Sim/Não.  
 1.2. Se sim, você participa? [\_\_\_\_] Sim/Não 1.3 É associado? [\_\_\_\_] Sim/Não  
 2. Você é associado em outra organização? [\_\_\_\_] Sim/Não . Se sim, qual?  
 [\_\_\_\_\_]

**BLOCO I: ACESSO À COMUNIDADE/DESLOCAMENTO**

1. Como você se desloca para fora da comunidade?  
 [\_\_\_\_] Ônibus [\_\_\_\_] Carro (próprio) [\_\_\_\_] Moto [\_\_\_\_] Bicicleta [\_\_\_\_] Cavalo (montaria)  
 Outros [\_\_\_\_\_]

**ANEXO PARA PREENCHIMENTO DO GRUPO FAMILIAR****BLOCO E: CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OCUPACIONAL**

1. Nome: [ \_\_\_\_\_ ]  
 1.1 Em qual atividade você trabalha atualmente? [ \_\_\_\_\_ ]  
 1.2 Qual vínculo de trabalho:

trabalhador autônomo     aposentado/pensionista     empregado com carteira assinada     servidor público    outros [ \_\_\_\_\_ ]

1.3. Há tempo você está nesta atividade?  < de 1 ano     >1 e < 3 anos     > 3 anos

1.4. Já trabalhou em outra(s) atividade(s) anteriormente?  Sim/Não

Qual(is):

Atividade	Local	Tempo (Anos/meses)

**BLOCO F: ANTECEDENTES DE AGRAVOS À SAÚDE DA FAMÍLIA**

1.3. Você tem o costume de tomar bebida alcoólica?  Sim/Não    1.3.1. Se sim, qual bebida e a quantidade?

Cerveja  n. copos     Pinga  n. doses     Vodka  n. doses     Conhaque  n. doses     Outros

1.3.2. Qual é a frequência?  dias por semana

1.4. Tem o hábito de fumar?  Sim/Não    Se sim, qual tipo?  Palha     Papel

Ambos

**APÊNDICE 3 – PLANILHA DE DADOS DAS PLANTAS MEDICINAIS COLETADAS NA COMUNIDADE BRAÚNAS/LAGOA DA PEDRA DEPOSITADAS NO HERBÁRIO DIAMANTINA – UFVJM POR ANA CALDEIRA DE BARROS (NÚMERO DE COLETA DE 50 A 184)**

<b>Família</b>	<b>Espécie</b>	<b>Autor</b>	<b>Det.</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Localidade</b>	<b>Observações</b>	<b>Data de coleta</b>	<b>Coletor</b>	<b>Número de coleta</b>
				Sapé	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Nilza Souza. 17°46'6.13199647"S, 43°34'52.68000001"W, 667 m alt.	Erva, 50 cm alt. Em touceira.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	50
				Pacari	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Estrada da Fazenda Leitão. 17°45'46.18799647"S, 43°32'6.54"W, 910 m alt.	Árvore, 4m alt. Em borda fragmento Cerrado.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	51
				Canguçu/ Canguçu Branco	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Estrada da Fazenda Leitão. 17°45'36.35999647"S, 43°32'26.52"W, 864 m alt.	Erva, ereta, sem ramificações, folhas e caule piloso. 50 cm alt. Em borda fragmento Cerrado (campo).	22.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	52
				Vick	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Lagoa da Pedra.	Erva rasteira, cultivada.	23.IV.2016	A.C.Barros, S.P.Pereira,	53

					Comunidade Rural. Quintal de Sabino Pinto Pereira. 17°44'1.42799646"S, 43°35'28.14000001"W, 663 m alt.	Aromática.		H.H.R.Pires	
				Milho (híbrido)	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'53.89199647"S, 43°35'54.16800001"W, 664 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	54
				Pustemeira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Trilha para roça de feijão. 17°45'47.33999647"S, 43°36'3.74400001"W, 662 m alt.	Planta em terreno modificado, solo arenoso, sem pedras, próximo a curso d'água.	23.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	55
				Babosa	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'36.57599647"S, 43°36'11.34000001"W, 649 m alt.	Planta cultivada. Suculenta	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	56
				Babosa -1	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.90799647"S, 43°36'11.34000001"W, 646 m alt.	Planta cultivada. Suculenta. Folhas menores, mais finas e mais serreadas que a outra babosa.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	57

				Piteira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.99999647"S, 43°35'55.96800001"W, 672 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	58
				Quebra-pedra	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'58.53599647"S, 43°35'43.18800001"W, 670 m alt.	Erva, em terreno areno-pedregoso, borda de estrada, próximo fragmento Cerrado.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	59
				Araçazinho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'49.85999647"S, 43°36'0.86400001"W, 664 m alt.	Árvore, 3 m alt. Em borda de estrada.	23.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	60
				Alecrim da vargem	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva espontânea, 1,5 m alt., aromática. Em local úmido.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	61
				Amarelinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Trilha entre propriedades rurais. 17°45'58.28399647"S, 43°35'53.80800001"W, 664 m	Árvore, 4 m alt, borda de trilha, terreno modificado.	23.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	62

					alt.				
				Massambé	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'58.57199647"S, 43°35'43.33200001"W, 666 m alt.	Árvore, 6 m alt., borda de estrada, próximo fragmento Cerrado.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	63
				Carapiá	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Cerrado. 17°46'15.59999647"S, 43°35'5.02800001"W, 666 m alt.	Planta rasteira, solo não muito arenoso, sem pedras, em meio de árvores. Cerrado ("tabuleiro"). Raiz medicinal, aromática	21.IV.2016	A.C.Barros, J.S.Alves,H. H.R.Pires	65
				Alho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Manoel dos Reis Silva. 17°45'33.65999647"S, 43°34'30.72000001"W, 691 m alt.	Herbácea, cultivada.	23.IV.2016	A.C.Barros, C.Silva, H.H.R.Pires	66
				Cervejinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Trilha entre propriedades rurais. 17°45'58.24799647"S, 43°35'53.84400001"W, 664 m alt.	Arbusto, ereto, pouco ramificado. Flores amareladas.	23.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	67

				Espinheira Santa	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Trilha entre propriedades rurais. 17°45'58.24799647"S, 43°35'53.84400001"W, 664 m alt.	Árvore, 6 m alt, borda de trilha, terreno modificado.	23.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	68
				Maminha de cachorro/ Leiteira/ Mama cadela	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°46'4.83599647"S, 43°34'54.04800001"W, 670 m alt.	Arbusto, lactescente. Encontrado em terreno modificado, borda de estrada	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	69
				Velame	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'58.57199647"S, 43°34'45.19200001"W, 689 m alt.	Planta em solo areno-pedregoso, aprox 50 cm de altura, caule arroxeadado, raiz aromática. Encontrado na borda de estrada, borda de fragmento Cerrado.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	70
				Poejo/ Poejinho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Horta de Joseli Alves. 17°46'14.77199647"S, 43°35'17.73600001"W, 645 m alt.	Rasteira, aromática. Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, J.S.Alves, H.H.R.Pires	71
				Carqueja	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas.	Planta arbustiva, solo	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza	72

					Comunidade Rural. Horta de D. Maria Nilza Souza. 17°46'5.41199647"S, 43°34'53.68800001"W, 669 m alt.	fértil (horta), cultivada.		, H.H.R.Pires	
				Perdiz/Pé de Perdiz/ Canela de Perdiz	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°46'3.97199647"S, 43°34'51.06000001"W, 674 m alt.	Planta em solo areno-pedregoso, aprox 50 cm de altura. Encontrado na beira de estrada, borda de fragmento Cerrado	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	73
				Laranjeira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Nilza Souza. 17°46'5.55599647"S, 43°34'53.36400001"W, 672 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	74
				Losna	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Horta de D. Maria Nilza Souza. 17°46'5.33999647"S, 43°34'53.36400001"W, 672 m alt.	Subarbusciva, cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.N.F.Souza, H.H.R.Pires	75
				Goiaba vermelha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.81999647"S, 43°35'55.50000001"W, 662 m	Planta em terreno modificado (quintal). Árvore.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	76

					alt.				
				Jambolão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'52.45199647"S, 43°35'55.53600001"W, 660 m alt.	Árvore grande porte, cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	77
				Pitangueira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.71199647"S, 43°35'55.50000001"W, 662 m alt.	Árvore, cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	78
				Vassourinha doce	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'52.55999647"S, 43°35'55.60800001"W, 660 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Erva, caule muito ramificado.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	79
				Gervão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D.Geralda Souza. 17°46'11.71199647"S, 43°35'11.68800001"W, 651 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Flores azuladas, subarbusto, máximo 50 cm de altura	21.IV.2016	A.C. Barros, M.G. Souza, H.H.R.Pires	80

				Imbaúba	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.38799647"S, 43°35'55.21200001"W, 667 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Árvore.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	81
				Algodão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'54.03599647"S, 43°35'55.71600001"W, 673 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	82
				Limão capeta/Limão galego	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.56799647"S, 43°35'55.50000001"W, 665 m alt.	Árvore cultivada. Frutos maduros com casca alaranjada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	83
				Jenipapo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.27999647"S, 43°35'53.80800001"W, 665 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Árvore.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	84
				Cana bananeira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	85

				Santos. 17°45'53.63999647"S, 43°35'55.42800001"W, 665 m alt.				
			Acerola	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'54.17999647"S, 43°35'54.92400001"W, 665 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos, H.H.R.Pires	86
			Ruibarbo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Estrada da Fazenda Leitão. Cerrado. 17°45'35.56799647"S, 43°32'9.636"W, 893 m alt.	Erva, ereta, sem ramificações. Na estrada, borda de fragmento Cerrado.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	87
			Manjeriçã (alfavaca)	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Lagoa da Pedra. Comunidade Rural. Quintal de Sabino Pinto Pereira. 17°44'1.42799646"S, 43°35'28.14000001"W, 663 m alt.	Herbácea subarbutiva, cultivada. Aromática.	23.IV.2016	A.C.Barros, S.P.Pereira, H.H.R.Pires	88
			Sem nome	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva rasteira, cultivada. Aroma similar ao da losna.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	89
			Elevante/Ale vante	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de	Erva rasteira, cultivada. Aromática.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	90

					Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.				
				Macilica	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva cultivada, rasteira. Aroma forte.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	91
				Romã	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Arbusto cultivado. Aromática. Flores roseas.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	92
				Pimenta dedo de moça	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Herbácea cultivada.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	93
				Transagem/ Tanchagem/ Tanssagem	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva cultivada.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	94
				Hortelã Branco	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde.	Erva rasteira cultivada, aromática. Caule verde.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	95

					17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.				
				Hortelã Roxo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva rasteira cultivada, aromática. Caule arroxeadado.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	96
				Vick	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva rasteira cultivada, aromática. Folhas menores que a menta, cheiro amadeirado.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	97
				Menta	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva rasteira cultivada, aromática. Cheiro e gosto amentolado.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	98
				Funcho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva cultivada.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	99
				Laranja da Terra	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S,	Arvore cultivada. Frutos amargos.	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	100

					43°34'43.06800001"W, 646 m alt.				
				Picão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Dalvino Vieira Ataíde. 17°45'16.37999647"S, 43°34'43.06800001"W, 646 m alt.	Erva em terreno modificado (quintal). Inflorescências amarelas	23.IV.2016	A.C.Barros, D.V.Ataíde, H.H.R.Pires	101
				Japecanga	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Joaquim (Ticão) Gomes Gonçalves. 17°45'18.21599647"S, 43°34'56.02800001"W, 665 m alt.	Trepadeira, em terreno modificado (quintal/roça). Com espinhos.	23.IV.2016	A.C.Barros, J.G.Gonçalves, H.H.R.Pires	102
				Sucupira branca	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Joaquim (Ticão) Gomes Gonçalves. 17°45'19.15199647"S, 43°34'56.42400001"W, 667 m alt.	Árvore em borda de fragmento Cerrado, próxima a outras árvores (mata).	23.IV.2016	A.C.Barros, J.G.Gonçalves, H.H.R.Pires	103
				Chápeixe branco	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Joaquim (Ticão) Gomes Gonçalves. 17°45'18.21599647"S, 43°34'56.02800001"W, 665 m alt.	Arbusto em terreno modificado (quintal), 2 m alt.	23.IV.2016	A.C.Barros, J.G.Gonçalves, H.H.R.Pires	104
				Grão de galo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de	Árvore em fragmento de Cerrado.	23.IV.2016	A.C.Barros, J.G.Gonçalves,	105

				Joaquim (Ticão) Gomes Gonçalves. 17°45'18.28799647"S, 43°34'54.73200001"W, 668 m alt.			H.H.R.Pires	
			Alecrim	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Eliene Beatriz Borges Gonçalves. 17°45'30.20399647"S, 43°35'8.01600001"W, 659 m alt.	Cultivado.	23.IV.2016	A.C.Barros, E.B.B. Gonçalves, H.H.R.Pires	106
			Assa-peixe branco	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Jesus da Silva Borges. 17°45'33.80399647"S, 43°35'7.00800001"W, 667 m alt.	Arbusto, muito ramificado, 2,5 m alt. Em terreno modificado (pasto),	23.IV.2016	A.C.Barros, M.J.S.Borges , H.H.R.Pires	107
			Mulungu	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Jesus da Silva Borges. 17°45'33.98399647"S, 43°35'6.07200001"W, 670 m alt.	Árvore, 6 m alt, borda de fragmento de Cerrado. Casca do tronco espessa. Espinho nas folhas.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.J.S.Borges , H.H.R.Pires	108
			Eucalipto "cheiroso"	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Fazenda Leitão. 17°45'14.43599647"S, 43°32'21.084"W, 847 m alt.	Árvore cultivada. 6 m alt.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	109
			Urucum branco	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas.	Árvore cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos,	110

					Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.38799647"S, 43°35'55.32000001"W, 666 m alt.	Tegumento carnoso verde cobre as sementes, somente seco se torna avermelhado, por isso denominado "branco".		H.H.R.Pires	
				Cavalinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'19.65599647"S, 43°34'31.04400001"W, 673 m alt.	Arbusto, borda de curso d'água.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	111
				Saião	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.81199647"S, 43°35'46.82400001"W, 655 m alt.	Erva de folhas suculentas, ovaladas, margem ondulada. Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	112
				Bálsamo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'53.63999647"S, 43°35'55.06800001"W, 664 m alt.	Erva suculenta, cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	113
				Boldinho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas.	Erva cultivada, máx 50 cm de	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigu	114

					Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.81199647"S, 43°35'46.86000001"W, 653 m alt.	alt.		es, H.H.R.Pires	
				Melão de São Caetano	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.63199647"S, 43°35'47.54400001"W, 655 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Trepadeira	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	115
				Alcaçuz	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Cerrado. 17°46'8.25599647"S, 43°35'19.32000001"W, 663 m alt.	Erva entre rochas. Cerrado ("tabuleiro"). Raiz medicinal, aromática.	21.IV.2016	A.C. Barros, M.G. Souza, H.H.R.Pires	116
				Camará	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D.Geralda Souza. 17°46'14.30399647"S, 43°35'15.93600001"W, 649 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Flores avermelhadas. Frutos drupas, ovoides.	21.IV.2016	A.C. Barros, M.G. Souza, H.H.R.Pires	117
				Lobeira/Flor de lobo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D.Geralda Souza. 17°46'13.94399647"S, 43°35'14.24400001"W, 648 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Frutos grandes, arredondados.	21.IV.2016	A.C. Barros, M.G. Souza, H.H.R.Pires	118

				Cipó unha de gato	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.81199647"S, 43°35'47.65200001"W, 655 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal/roça). Trepadeira. Gavinha em formato típico	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	119
				Buta	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.37999647"S, 43°35'47.43600001"W, 653 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal/roça). Trepadeira. Folhas glabras superior, inferior pilosas.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	120
				Salsaparrilha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'42.80399647"S, 43°35'47.04000001"W, 657 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal/roça). Trepadeira, raiz formato similar o da mandioca.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	121
				Cervejinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'42.58799647"S, 43°35'46.93200001"W, 657 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal/roça), arenoso. Arbusto.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	122
				Café	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de	Arbusto cultivado.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	123

					D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.19999647"S, 43°35'47.29200001"W, 655 m alt.				
				Guiné	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.84799647"S, 43°35'46.96800001"W, 655 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Arbusto, max 70 cm alt. Inflorescência racemosa. Aroma forte	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	124
				Mamoeiro	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.99199647"S, 43°35'47.18400001"W, 655 m alt.	Árvore cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	125
				Boldo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.91999647"S, 43°35'46.82400001"W, 656 m alt.	Arbusto cultivado, flores arroxeadas.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigues, H.H.R.Pires	126
				Espada de São Jorge	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.58399647"S, 43°36'11.48400001"W, 646 m	Cultivada.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	127

					alt.				
				Laranjeira brava	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'14.55479647"S, 43°34'31.90800001"W, 672 m alt.	Arbusto em terreno modificado (quintal), arenoso, 2 m alt. Pouco ramificado. Aroma agradável.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	128
				Canela sassafrás	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.93199647"S, 43°34'33.52800001"W, 671 m alt.	Árvore, 3 m alt., borda de curso d'água.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	129
				Sangue de Cristo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'15.65999647"S, 43°34'30.50400001"W, 674 m alt.	Herbáceo em terreno modificado (roça), 50 cm alt. Folhas novas muito pilosas.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	130
				Maracujá (de suco)	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'12.56399647"S, 43°34'30.50400001"W, 670 m alt.	Trepadeira (cultivada).	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	131

				Erva de bicho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'12.41999647"S, 43°34'30.54000001"W, 670 m alt.	erva rasteira, em terra adubada	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	132
				Florides	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'11.95199647"S, 43°34'31.40400001"W, 669 m alt.	Herbaceo, em terra adubada, 1,5 m alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	133
				Canela	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'12.34799647"S, 43°34'31.18800001"W, 669 m alt.	Árvore cultivada.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	134
				Bolsa de Pastor	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'10.15199647"S, 43°34'30.46800001"W, 668 m alt.	Arbusto, 50 cm alt. Em terreno modificado (roça).	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	135
				Assa-peixe roxo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos	Arbusto, 2,5 m alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	136

				Santos. 17°45'11.91599647"S, 43°34'30.82800001"W, 670 m alt.				
			Rinheira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'33.33599647"S, 43°36'8.35200001"W, 667 m alt.	Arbusto, 1 m alt. Em solo areno- pedregoso, borda fragmento Cerrado.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	137
			Arnica	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'32.83199647"S, 43°36'10.65600001"W, 666 m alt.	Erva, 50 cm, sem cheiro. Em solo areno- pedregoso, dentro de fragmento de Cerrado, próximo a trilha	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	138
			Dom Bernardo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'35.81999647"S, 43°36'10.87200001"W, 649 m alt.	Arbusto, máx. 2 m altura. Encontrado na borda de fragmento Cerrado.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	139
			Carrapicho de carneiro	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.15999647"S, 43°36'12.99600001"W, 644 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Herbácea	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	140

				Manga espada	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.37599647"S, 43°36'11.52000001"W, 643 m alt.	Árvore cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	141
				Lacraieira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'40.49999647"S, 43°36'10.26000001"W, 632 m alt.	Erva, em borda de estrada ou borda de curso d'água.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.C Rodrigues, H.H.R.Pires	142
				Jatobá	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.55599647"S, 43°36'13.06800001"W, 641 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Árvore.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	143
				Cagaiteira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.41199647"S, 43°36'11.73600001"W, 642 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Árvore.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	144
				Bugre	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.77199647"S, 43°36'10.94400001"W, 643 m alt.	Arbusto em solo arenoso, modificado (quintal). Máx. 1,8m alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	145

				Jalapinha/Batata de azeite	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.44799647"S, 43°36'12.92400001"W, 642 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Trepadeira, sem gavinhas.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	146
				Jurubeba	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.00799647"S, 43°36'10.98000001"W, 648 m alt.	Arbusto em terreno modificado (quintal)	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	147
				Manjerona	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.26799647"S, 43°36'11.26800001"W, 645 m alt.	Erva cultivada. Aromática.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	148
				Alfavaquinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'38.01599647"S, 43°36'11.70000001"W, 644 m alt.	Erva cultivada. Aromática.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	149
				Rufão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Cerrado. 17°45'37.22399647"S, 43°35'38.94000001"W, 667 m alt.	Arbusto, 1,5 m alt. Encontrado dentro dentro fragmento Cerrado, sob outras árvores. Em solo	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	150

						arenoso.			
				Carobinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'38.08799647"S, 43°35'38.97600001"W, 668 m alt.	Arbusto, 2 m alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	151
				Bacupari	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.58399647"S, 43°36'11.48400001"W, 646 m alt.	Árvore em solo arenoso, 3 m alt. Encontrado na borda de fragmento Cerrado	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	152
				Erva cidreira de folha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.76399647"S, 43°36'11.66400001"W, 645 m alt.	Arbusto cultivado. Aromática. Flores roseas.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	153
				Pessegueiro do mato	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'33.29999647"S, 43°36'8.02800001"W, 666 m alt.	Arbusto herbáceo em terreno arenopedregoso, 2m alt. Encontrado na borda de fragmento Cerrado. Flores arroxeadas.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	154
				Bolsa de Pastor	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas.	Arbusto, 1,80 m alt. Em solo	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos,	155

					Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'38.84399647"S, 43°35'38.32800001"W, 666 m alt.	areno-pedregoso, borda fragmento Cerrado.		H.H.R.Pires	
				Santa Maria	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'36.53999647"S, 43°36'11.30400001"W, 652 m alt.	Herbácea em terreno modificado (quintal). Aroma forte.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	156
				Azedinha	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'38.01599647"S, 43°35'39.04800001"W, 667 m alt.	Herbáceo, em solo areno-pedregoso, borda fragmento Cerrado. Folhas gosto azedo.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	157
				Unha d'anta	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada próxima entrada propriedade Maria José dos Santos. 17°45'40.60799647"S, 43°36'9.18000001"W, 646 m alt.	Árvore em solo arenoso, 3,5 m alt. Casca espessa no tronco. Encontrado na borda de fragmento Cerrado	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	158
				Gengibre	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'36.43199647"S, 43°36'10.94400001"W, 648 m	Planta cultivada.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	159

					alt.				
				Chapéu de couro	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de André Lima Vieira de Ataíde. 17°45'25.37999647"S, 43°35'10.10400001"W, 668 m alt.	Herbáceo, folhas grandes, nervuras muito aparentes, borda de curso d'água.	22.IV.2016	A.C.Barros, A.L.V. Ataíde, H.H.R.Pires	160
				Pregadinho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'33.33599647"S, 43°36'8.35200001"W, 667 m alt.	Herbáceo, em solo areno-pedregoso, borda fragmento Cerrado. Folhas com mucilagem.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	161
				Fedegoso	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de André Lima Vieira de Ataíde. 17°45'23.29199647"S, 43°35'9.31200001"W, 671 m alt.	Arbusto em solo modificado (quintal), 1m alt. Vários pés. Frutos tipo legume	22.IV.2016	A.C.Barros, A.L.V. Ataíde, H.H.R.Pires	162
				Fumo bravo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.31999647"S, 43°34'33.16800001"W, 685 m alt.	Arbusto em terreno modificado (roça). 50 cm alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	163
				Barbatimão	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais.	Arvore em terreno areno-pedregoso, Encontrado na	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	164

					17°45'33.73199647"S, 43°36'8.31600001"W, 665 m alt.	borda de fragmento Cerrado. Entre-casca avermelhada.			
				Cipó Sebo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'54.46799647"S, 43°35'56.11200001"W, 648 m alt.	Arbusto em solo arenoso, 1 m alt. Muito ramificado. Folhas secretam mucilagem. Aroma forte. Encontrado na beira de estrada, borda de fragmento Cerrado	21.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	165
				Artimigio	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.41599647"S, 43°35'47.32800001"W, 653 m alt.	Erva cultivada, 50 cm de alt., flores esbranquiçada s, aroma similar ao da losna.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigu es, H.H.R.Pires	166
				Cordão de frade	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'36.79199647"S, 43°36'11.34000001"W, 648 m alt.	Herbácea em terreno modificado (quintal).	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	167
				Casadinho	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça	Arbusto em terreno modificado	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	168

					Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'14.14799647"S, 43°34'32.98800001"W, 673 m alt.	(quintal), arenoso, 2 m alt.. Flores arroxeadas. Aroma agradável.			
				Eucalipto	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'15.26399647"S, 43°34'30.93600001"W, 674 m alt.	Cultivada.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	169
				Mangaba	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Estrada entre propriedades rurais. 17°45'35.45999647"S, 43°34'31.76400001"W, 685 m alt.	Árvore	22.IV.2016	A.C.Barros, C.Silva, H.H.R.Pires	170
				Amora	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.90799647"S, 43°36'12.60000001"W, 646 m alt.	Árvore cultivada, 3 m alt.	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	171
				Monjolo	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Fazenda Tocos. Estrada entre propriedades rurais. 17°47'15.79199648"S, 43°34'1.56000001"W, 693 m alt.	Árvore, 6 m alt., borda de estrada, próximo fragmento Cerrado.	23.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	172
				Braço Forte	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas.	Planta em terreno	21.IV.2016	A.C.Barros, G.G.Santos,	173

					Comunidade Rural. Quintal de Sr. Gomercino Gonçalves dos Santos. 17°45'53.99999647"S, 43°35'55.96800001"W, 672 m alt.	modificado (quintal). Arbusto.		H.H.R.Pires	
				Quina de vara/Quina/Três quina	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Estrada da Fazenda Leitão. 17°45'47.87999647"S, 43°32'41.56800001"W, 866 m alt.	Árvore, 4m alt. Caulde piloso amarronzado. Em borda fragmento Cerrado (campo).	22.IV.2016	A.C.Barros, M.R.Silva, H.H.R.Pires	174
				Moça pobre	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Roça Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.53599647"S, 43°34'33.20400001"W, 662 m alt.	Árvore, 4m alt. Em terreno modificado (quintal). Madeira "mole" usada para fazer gamela, colher de pau.	22.IV.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	175
				Maroto	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria José dos Santos. 17°45'37.47599647"S, 43°36'12.02400001"W, 647 m alt.	Planta em terreno modificado (quintal). Herbácea	22.IV.2016	A.C.Barros, M.J.Santos, H.H.R.Pires	176
				Pau Terra	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Joaquim (Ticão) Gomes Gonçalves. 17°45'18.75599647"S, 43°34'54.04800001"W, 669 m	Árvore, 4 m alt, em fragmento de Cerrado, próxima a outras árvores (mata). Casca	23.IV.2016	A.C.Barros, J.G.Gonçalves, H.H.R.Pires	177

					alt.	do tronco espessa.			
				Capim cidreira	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de D. Maria Conceição Rodrigues. 17°45'43.63199647"S, 43°35'47.43600001"W, 654 m alt.	Cultivada.	21.IV.2016	A.C.Barros, M.C.Rodrigu es, H.H.R.Pires	178
				Japecanga 1	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.740"S, 43°34'32.580"W, 666 m alt.		22.V.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	179
				Pau magro	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.740"S, 43°34'32.580"W, 666 m alt.		22.V.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	180
				Copaíba (Pau d'óleo)	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.740"S, 43°34'32.580"W, 666 m alt.		22.V.2018	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	181
				Imburana	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr. Jones. 17°45'71.37"S, 43°34'.40.871"W, 670 m alt.		22.V.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	182
				Mastruz (Erva de Santa Maria)	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de		22.V.2016	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	183

					Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.740"S, 43°34'32.580"W, 666 m alt.				
				Carapiá	Brasil. Minas Gerais. Diamantina. Braúnas. Comunidade Rural. Quintal de Sr.Domingos Francisco dos Santos. 17°45'13.740"S, 43°34'32.580"W, 666 m alt.		22.V.2021	A.C.Barros, D.F. Santos, H.H.R.Pires	184

**APÊNDICE 4 – CATEGORIZAÇÃO DE PREPAROS E USOS DE PLANTAS  
MEDICINAIS CITADAS PELOS MORADORES ENTREVISTADOS DA  
COMUNIDADE DE BRÚNAS/LAGORA DA PEDRA**

**Preparo**

**Chá fervido** (chá fervido; chá; lava e faz o chá; chá água fervida; ferver com...; ferve; fervido com...; ferve e abafa; amassada e ferve; põe para ferver; esquentar).

**Infusão** (infusão; vira na água quente; água quente; abafa; chá abafado; bate e faz infusão; põe para secar e põe no café para menino tomar; chá de folha abafada; soca, coa e põe na água morna; amassa, põe na água quente e abafa)

**Põe na água** (põe na água; deixa de molho de um dia para o outro; limpa e põe na água; põe na água fria, na água é bebe; raspa e põe na água; põe na água na geladeira para tomar de jejum de manhã; infusão em água fria).

**Esfrega/bate e põe na água** (esfrega/bate e põe na água; esfrega na água; esfrega e põe na água, esfrega água fria; bate e põe na água; amassa a raiz e põe na água; bate e põe na água fria; bate no liquidificador, bate a batata e põe na água; soca casca ou folha e põe na água; bate no liquidificador com água).

**Coloca na pinga** (coloca na pinga, põe na pinga, pinga, na pinga)

**Rapé** (rapé; torra e faz rapé; faz pó seca a raiz para cheirar)

**Ao natural** (ao natural; toma pura; toma; come)

**Uso**

**Gripe** (gripe; gripe de criança; gripe longa)

**Rins** (rins; dor nos rins)

**Estômago** (estômago; dor no estômago; gastrite; azia; estômago sujo)

**Dor de barriga** (dor de barriga; dor de barriga de menino novo; dor de barriga de idoso; desando)

**Pressão** (pressão; pressão alta)

**Depurativo** (depurativo; depurativo do sangue; sangue)

**Digestão** (digestão; má digestão)

**Inflamação** (inflamação; antiinflamatório)

**Câncer** (câncer; encontro perigoso)

**Garganta** (garganta; inflamação garganta)

**Vermífugo** (vermífugo; verme)



## ANEXO 1 – CARTA COPARTÍCIPE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

SECRETARIA DE SAÚDE

## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especificamente a Resolução CNS 466/12. A Secretaria de saúde de Diamantina está ciente de suas responsabilidades na condição de coparticipante do projeto de pesquisa "Braúnas e Lagoa da Pedra: questões sociais em saúde de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas, Diamantina, Minas Gerais", coordenada pela mestrandia Ana Caldeira de Barros, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura adequada e necessária para assegurá-las.

Diamantina, 06 de novembro de 2015.

  
Cinara Lemos Meira Souza  
Secretária Municipal de Saúde  
Interina